

**Políticas de inclusão escolar no Brasil:  
descrição e análise de sua implementação em  
municípios das diferentes regiões**

**Coordenadora Geral:** PRIETO, Rosângela Gavioli - FEUSP

**Coordenadores Locais:**

**Belém do Pará/PA** – OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de – UEPA; OLIVEIRA, Rejane de Assis – UEPA; LIMA, Adriane Raquel Santana de – discente Especialização – UEPA; SILVA, Kássya Christinna Oliveira da – discente Pedagogia – UEPA

**Natal/RN** – MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos - PPGED/UFRN; SILVA, Luzia Guacira dos Santos – Doutoranda PPGED/UFRN; VARGAS, Marli Rocha Medeiros de – SME/Natal

**Campo Grande/MS** – OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares de – Mestranda CCHS/UFMS; CORRÊA, Nesdete Mesquita - Mestranda CCHS/UFMS; KASSAR, Mônica Magalhães – UFMS

**Diadema/SP** – PRIETO, Rosângela Gavioli – FEUSP; SERNAGIOTTO, Ligia Cecilia Buso e VIZIM, Marli – CUFSA

**Porto Alegre/RS** – BAPTISTA, Claudio Roberto e DORNELES, Beatriz Vargas – PPGE/UFRGS

## **Índice**

Apresentação .....	3
Inclusão escolar nas redes de ensino municipal e estadual em Belém do Pará .....	6
Inclusão escolar na rede municipal de Natal/RN .....	36
Construção da educação inclusiva: a situação de Campo Grande – MS .....	60
Políticas de inclusão escolar no Brasil: uma descrição de sua implementação no município de Diadema – SP .....	81
Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise do município de Porto Alegre .....	113
Anexos .....	137

## **Apresentação**

Em 2003, na 26ª Reunião Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o GT-15 Educação Especial indicou como trabalho encomendado a elaboração de uma pesquisa sobre políticas de atendimento escolar direcionadas a pessoas com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de descrever e analisar sua implantação em municípios de diferentes regiões brasileiras. Sua justificativa está assentada nos seguintes argumentos:

Além da necessidade evidente de conhecimento dos efeitos do debate relativo à inclusão no âmbito das políticas municipais de educação, tem sido destacada, pela literatura especializada, a fragmentação de conhecimento sobre os possíveis desdobramentos da existência de diretrizes gerais para o Brasil que indicam o atendimento educacional no ensino comum como prioritário. (BAPTISTA e DORNELES, neste trabalho).

Com essas mesmas intenções, na reunião da referida associação, realizada no ano anterior, foram avaliadas as políticas públicas de educação especial na quase totalidade dos estados brasileiros. Mais especificamente, os resultados produzidos buscaram considerar:

(a) em termos da educação geral, os impactos provocados pelas várias reformas implantadas na educação básica a partir de meados da década de 90 (descentralização, FUNDEF, LDB, diretrizes para organização do ensino e para formação de professores); (b) em termos mais específicos, o momento de transição da área de educação especial, com as mudanças ensejadas pela LDB, com as diretrizes definidas em 2001 pelo CNE para a área na educação, com a presença hegemônica do discurso pela escola inclusiva associado à crítica dos trabalhos desenvolvidos junto à escola básica pelos serviços educacionais ditos especializados. (BUENO e FERREIRA, 2003<sup>1</sup>).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi indicada uma coordenadora geral que estabeleceu contato com os pesquisadores que elaboraram o trabalho anterior para que indicassem profissionais a serem convidados como coordenadores regionais. Esse processo resultou na formação de cinco equipes, representando municípios das diferentes regiões do país: Belém do Pará – Norte; Natal – Nordeste; Campo Grande – Centro-Oeste; Diadema – Sudeste; Porto Alegre – Sul.

Os coordenadores regionais compuseram suas parcerias e se incumbiram de organizar e coordenar a coleta, a sistematização e a análise dos dados, bem como de produzir o texto final referente ao município sob sua responsabilidade, tal como posteriormente apresentados.

Os dados foram coletados a partir de um roteiro mestre, adaptado pela coordenadora

---

<sup>1</sup> BUENO, José Geraldo Silveira e FERREIRA, Júlio Romero. Políticas regionais de educação especial no Brasil. In: *Anais da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu/MG, 2003.

geral a partir de material da Secretaria de Educação Especial, intitulado “Educação inclusiva. Direito à diversidade”, utilizado para “formação de gestores e educadores como referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos”, em novembro de 2003 (SEESP/MEC, 2003). Do roteiro constavam os seguintes tópicos: 1. Caracterização da realidade sócio-político-econômica do município; 2. Histórico da rede de ensino municipal, contendo a descrição de aspectos políticos, administrativos e pedagógicos; 3. Indicadores de atendimento no ensino regular e no ensino especial; 4. Histórico da educação especial no município; 5. Legislação do município sobre educação especial; 6. Compilação e análise de produções acadêmicas sobre o atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais pelo município.

Os cinco textos foram elaborados a partir de consulta documental e de entrevistas ou contatos informais com gestores da educação nos municípios. A pesquisa documental incluiu: dados estatísticos e censitários divulgados em séries históricas, sobre indicadores populacionais e educacionais, mais especificamente; a fundamentação legal e demais normatizações e orientações para os sistemas de ensino; registros escritos de ações das secretarias de educação; dados de relatórios de pesquisa e demais publicações, trabalhos e textos acadêmicos, produzidos sobre educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Em campo foram realizadas entrevistas e consultas junto aos gestores dos sistemas e, em alguns casos, com representantes do Conselho Municipal de Educação, para confirmação, atualização ou complementação de dados. Recorreu-se, ainda, ao registro de memória de alguns de seus autores que fazem parte do quadro de funcionários do sistema de ensino municipal, tal como em Diadema, ou que “acompanharam, em diferentes momentos e de diversas formas, a construção dos serviços de Educação Especial”, caso específico de Campo Grande (OLIVEIRA, CORRÊA e KASSAR, neste trabalho).

De seus resultados destaca-se a necessidade de se reunir esforços para que sejam produzidos mais estudos que analisem as propostas e programas de atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais, na perspectiva da educação inclusiva, tal como tão bem expresso no trabalho aqui apresentado sobre Belém do Pará:

A existência de propostas diferentes no processo de inclusão escolar em Belém, nos coloca diante da necessidade de estudos mais específicos sobre as práticas de inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais nas escolas destas redes de ensino, objetivando identificar: como no cotidiano da sala de aula está se efetivando a educação inclusiva? Qual a proposta que mais favorece ao processo de inclusão escolar? Quais os problemas pedagógicos enfrentados pelos professores no processo de inclusão? A formação continuada e em serviço tem atendido a demanda de qualificação dos professores? (OLIVEIRA; OLIVEIRA; LIMA e SILVA, neste trabalho)

A seguir são apresentados os textos produzidos pelas equipes já mencionadas e, no final, estão registradas algumas constatações e questões para aprofundamento deste trabalho e Quadros-síntese, elaborados pela referida coordenadora geral, categorizando as informações coletadas sobre cada um dos cinco municípios.

## **Inclusão escolar nas redes de ensino municipal e estadual em Belém do Pará**

### **Responsáveis pela pesquisa**

Profª Drª Ivanilde Apoluceno de Oliveira – Professora – UEPA (Coordenadora)

Profª Ms. Rejane de Assis Oliveira – Professora – UEPA

Adriane Raquel Santana de Lima – Discente Especialização – UEPA

Kássya Christinna Oliveira da Silva – Discente Pedagogia – UEPA

### **Introdução**

O presente estudo foi realizado a convite da ANPED – GT Educação Especial. O objetivo é identificar como no Município de Belém do Pará a rede municipal e a estadual estão implementando nas suas unidades escolares a inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Trata-se de uma pesquisa de campo e documental. Dados estatísticos, documentos da Secretaria de Estado de Educação do Pará e da Secretaria Municipal de Educação, além do INEP, do Anuário Estatístico do Município de Belém, entre outros, foram analisados. Entrevista foi realizada com a Coordenadora da Educação Especial da SEMEC - Belém e técnicos da Secretaria Estadual de Educação foram consultados para esclarecimento sobre informações obtidas nos documentos.

Apresentamos, inicialmente, a caracterização da realidade sócio-política-econômica do Município de Belém do Pará. Em seguida, as ações educacionais das Secretarias Municipal Estadual de Educação, tendo como foco de análise a educação especial no município de Belém. Tecemos, ainda, nas considerações finais, algumas reflexões sobre a educação especial em Belém, tendo como referência as duas Secretarias de Educação Pesquisadas.

### **1 Caracterização da Realidade Sócio-Político-Econômica do Município de Belém do Pará**

O Município localiza-se ao norte do Estado do Pará, com a extensão territorial de 6.875,50 km<sup>2</sup>, constituída por uma Região Metropolitana formada por 8 distritos administrativos: Mosqueiro, Outeiro, Icoaraci, Benguí, Entroncamento, Sacramenta, Belém e

Guamá, com uma população total de 1.361.672 habitantes (SEPLAN, 2004). Do total de habitantes 32% estão na faixa etária dos 0 aos 14 anos. É uma cidade situada a margem da Baía do Guajará e de rios, além de atravessada por igarapés. O clima é quente e úmido, com a temperatura média de 30°.

O Governo do Estado do Pará está sob a responsabilidade do Governador Simão Jatene do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em seu primeiro mandato e a cidade de Belém está sendo administrada pelo Prefeito Edmilson Rodrigues, filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT, em seu segundo mandato seqüencial.

Belém é um município pouco industrializado, com reduzida oferta de emprego, predominando a prestação de serviços e o comércio de mercadorias como atividades produtivas de maior relevância (ANUÁRIO, 2000). O índice de desenvolvimento humano do Município de Belém, em 2000, foi de 0,806 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003).

Os sistemas educacionais (municipal e estadual) não estão conseguindo atender a demanda, encontrando-se, em Belém, um elevado índice de analfabetos, o correspondente a 75.419, na faixa etária de 5 a 60 anos ou mais (ANUÁRIO, 2000). Acrescenta-se a este dado de exclusão educacional, que de uma população de 365.754 na faixa etária de até 14 anos foi indicado uma frequência escolar de apenas 69,6% (CENSO IBGE, 2000 apud CPME-SEMEC, 2003). Isto significa que 30,4% dessa população, o equivalente a 111.238 crianças e adolescentes estão fora do sistema escolar no Município de Belém.

Na rede municipal, a educação infantil apresentou, em 2001, uma evasão de 13,12%, o ensino fundamental 7,24% e a educação de jovens e adultos 38,4%. O índice de repetência/retenção é de 8,9% no ensino fundamental e 14,72% na educação de jovens e adultos (CPL-2003, p.16).

Existe, portanto, um quadro de exclusão escolar, destacando-se, sobretudo, o fracasso escolar na educação de jovens e adultos.

Em relação à população com necessidades especiais, em Belém, há um indicativo de que 208.707 pessoas que apresentam pelo menos um tipo de deficiência (CENSO IBGE, 2000 apud CPME-SEMEC, 2003). Assim, existe um potencial de pessoas que podem necessitar atendimento educacional especializado. Entretanto, não se tem dados disponíveis sobre essa possível demanda.

No Sistema de Ensino Municipal o atendimento na educação especial é realizado somente na classe regular de ensino com apoio especializado, enquanto que no Estado é efetivado em classes regulares com apoio especializado, em classes especiais e, também, em escolas especiais.

## **2 Rede Municipal de Ensino de Belém**

### **2.1 Plano de Ação**

A Rede Municipal de Ensino está em fase de elaboração de seu Plano de Educação, utilizando como estratégia metodológica a realização de eventos envolvendo representações sociais locais. Entretanto, possui alguns documentos preliminares que expressam os resultados destes encontros e que definem os princípios norteadores do Projeto denominado «Escola Cabana», implementado desde 1997.

A política educacional do Município de Belém encontra-se pautada em valores expressivos de sua cultura, que busca a construção de novos homens e mulheres em direção à efetivação da democracia econômica, social, cultural entre os cidadãos. (PPP - Escola Cabana, 2003, p. 22).

Esses valores são inspirados nos ideais do Movimento Cabano, que nos anos de 1800, congregou diferentes segmentos da sociedade paraense, em especial os oprimidos (índios, negros e caboclos, que viviam a margem dos rios em cabanas miseráveis, e outros), no ideal de liberdade e cidadania para o povo paraense, contra o desrespeito do imperialismo europeu para com o país e a opressão do governo central para com o Estado.

O projeto da Escola Cabana objetiva o desenvolvimento de um trabalho coletivo de democratização do ensino, via movimento de reorientação curricular, expressando uma concepção política de educação, sintonizada com o projeto de emancipação das classes populares. «Os princípios da dialética-materialista, as teorias do desenvolvimento infantil e humana na perspectiva sócio-constructivista defendidos por Piaget, Vygostsk e Walon e a educação popular freireana» constituem a base teórica da proposta de organização do ensino em ciclos da Escola Cabana (PPP – Escola Cabana, 2003, p. 36).

Na rede municipal, somente a partir de 1997 que a educação especial foi estruturada, tendo como referência o paradigma inclusivo. Em sua proposta de implementação consta o seguinte plano de ação (I Fórum Municipal, 1997):

- a) Escola – referência: espaço aberto ao aluno diferente. A implementação inicial de escolas de referência, para posterior ampliação gradual de toda a rede;

- b) A inclusão de pessoas que apresentam necessidades especiais nos ciclos básicos, contrapondo-se às experiências segregacionistas;
- c) A chegada de um aluno diferente: ponto de partida para a inclusão. Os educandos que apresentam necessidades especiais poderão procurar as escolas municipais independente de serem ou não escolas-referência. Necessidade de reduzir o número de alunos nas turmas, devendo contar a escola-referência com um mínimo de duas turmas, por turno, uma com alunos com perda de acuidade visual e a outra auditiva. Os educandos que evidenciarem comprometimento mental ou de comportamento devem fazer parte de turmas com um número menor de pessoas com necessidades especiais, em relação aos que evidenciam perdas sensoriais;
- d) O processo ensino-aprendizagem. A inclusão de pessoa com necessidade educativa especial na escola, por meio da diversificação e a flexibilização do processo ensino-aprendizagem, visa atender às especificidades de cada educando. Pressupõe o trabalho interdisciplinar e a constituição de equipe multidisciplinar;
- e) Parcerias. Ampliando os espaços de formação ao professor e de atendimento ao educando com necessidades especiais. Parcerias com as seguintes áreas:
  - ☐ Saúde (atendimento fisioterápico, fonoaudiológico, ações de prevenção física, sensorial e mental, entre outras);
  - ☐ Esporte, Arte e Lazer (acesso às vivências esportivas, artísticas e de lazer);
  - ☐ Instituições de Ensino Superior (formação de professores e estágio de graduandos);
  - ☐ Instituições Especializadas (formação de turmas inclusivas).

A partir de 2003, as ações educativas da Escola Cabana passaram a ser organizadas por meio de eixos temáticos: (1) Acesso e permanência com sucesso na educação; (2) Qualidade social da educação; (3) Gestão Democrática na educação; (4) Educação para a inclusão social; (5) Formação e Valorização do profissional da educação e (6) Financiamento da educação (CPME - SEMEC, 2003).

Com essa nova organização, as propostas direcionadas ao alunado que requer atendimento educacional especializado foram incluídas em todos os eixos, caracterizando uma visão de educação para a diversidade sem delimitar os espaços de debate e de ação dessa modalidade de educação escolar.

Destacaremos em cada eixo as diretrizes referentes à Educação Especial.

1) Acesso e permanência com sucesso na educação:

- ☐ Fortalecer o exercício da pedagogia com sucesso prevendo plano de apoio pedagógico aos alunos(as) que apresentam dificuldades no seu processo de aprendizagem como determinada na LDBEN;
- ☐ Ampliar as metas de atendimento com pessoas com necessidades especiais na rede pública de ensino.

2) Qualidade social da educação:

- ☐ Qualificar e ampliar o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais.

3) Gestão Democrática na educação:

- ☐ Qualificar as condições de aprendizagem através da realidade, possibilitando a definição de prioridades e a adequação de metodologias através da multiplicação de experiências educacionais alternativas.

4) Educação para a inclusão social:

- ☐ Qualificar o atendimento as pessoas com necessidades especiais;
- ☐ Garantir formação especializada aos educadores, equipamentos, materiais didáticos e o fornecimento de órteses e próteses;
- ☐ Promover sistematicamente projetos educacionais específicos de combate ao preconceito e a discriminação nas escolas de Belém;
- ☐ Aperfeiçoar o processo de formação dos educadores para atendimento especializado as pessoas com necessidades especiais, investindo na aprendizagem da língua de sinais, equipamentos e materiais específicos;
- ☐ Atender alunos e professores com necessidades especiais na aquisição de órteses e próteses.

5) Formação e Valorização do profissional da educação:

- ☐ Melhorar a qualificação dos profissionais pensando de forma integrada a qualificação e melhoria da qualidade de vida pessoal e de trabalho de todos os segmentos que atuam na escola.

6) Financiamento da educação:

- α Garantir o financiamento da educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e ensino médio.

Assim, a educação de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais no Projeto da Escola Cabana é orientada pelas diretrizes da educação geral e ocorre na rede municipal de ensino, tendo como princípios «o respeito e a valorização das diferenças individuais e a pluralidade sociocultural, contrapondo-se às propostas segregacionistas e excludentes». Propõe a inclusão social compreendida como «mudanças de mentalidades e valores, inscrição em leis e legislação social, planejamento e implementação de políticas públicas», visando reverter a exclusão social e ampliar as possibilidades de inserção de crianças, jovens e adultos em escolas regulares (PPP- Escola Cabana, 2003, p. 40).

O princípio da inclusão social do Projeto da Escola Cabana: (1) admite as diferenças, mas não as desigualdades; (2) compreende os tempos e os ritmos diferenciados de aprendizagem dos sujeitos do conhecimento; (3) concebe todos os envolvidos na ação escolar como sujeitos do conhecimento; (4) acredita na ação educativa escolar como possibilidade da solidariedade e fraternidade na formação de homens e mulheres comprometidos com um projeto de humanidade (I Fórum Municipal, 1997).

Esse projeto considera o direito ao exercício da cidadania, numa perspectiva inclusiva, que abrange os aspectos pessoais, sociais, culturais, econômicos e políticos, comprometendo-se com a educação para todos, democratizando o acesso e a permanência, com sucesso, às pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema municipal de ensino. Além das ações educativas prevê atendimento e acompanhamento de serviços complementares de apoio por meio de ações conjuntas com as áreas de saúde e assistência (PPP - Escola Cabana, 2003).

## **2.2 Caracterização Administrativa da Rede**

### **2.2.1 Atendimento Educacional**

A rede municipal de ensino de Belém atende a educação infantil, o ensino fundamental e médio e as modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial.

Em 2003, conta com 59 escolas do ensino fundamental, incluindo 32 anexos<sup>(2)</sup>, 01 do ensino médio (Escola Bosque), 34 Unidades de Educação Infantil e mais de 226 turmas de alfabetização de adultos do MOVA - Belém<sup>(3)</sup> (PPP - Escola Cabana, 2003).

No período de 1990 a 1995, a Escola Bosque de Educação Ambiental, a única escola municipal de ensino médio, não apresentou matrícula. Em 1996, reiniciou a matrícula, atendendo 314 alunos (PEE - SEDUC, 2003).

A matrícula inicial no Município de Belém, na educação infantil, é de 10.766, sendo de 0 a 3 anos, 1.857 e de 4 a 6 anos, 8.909. Na alfabetização, 313 e no ensino fundamental, de 07 a 14 anos, 47.547. No ensino médio 170 e na Educação de Jovens e Adultos 13.801 alunos (INEP-2000).

No Estado do Pará existe um universo de 15.080 alunos com necessidades especiais matriculados. Destes, em Belém, 4.295 são atendidos pelo Estado (DEES - SEDUC, 2002). Na Rede Municipal de Belém, em 2003, esse atendimento foi de 431 alunos, em 36 escolas, sendo 160 com salas de recursos e 271 sem salas de recursos (COPLAN-SEMEC, 2003), conforme tabela abaixo.

**Tabela 1.** Matrícula Inicial de Pessoas com Necessidade Especiais - 2003

Salas	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	Super-dotado	Condutas Típicas	Outros	Total
Com recursos	11	16	31	39	15	---	2	46	160
Sem recursos	39	48	38	48	10	---	26	62	271
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>64</b>	<b>69</b>	<b>87</b>	<b>25</b>	<b>---</b>	<b>28</b>	<b>108</b>	<b>431</b>

Fonte: COPLAN-SEMEC - 2003

Essa tabela evidencia um número significativo de educandos com atendimento sem recursos específicos e a provável dificuldade dos educadores em identificarem casos de altas habilidades. O alto índice de «deficiência mental» juntamente com «outros» pode estar associado a problemas de aprendizagem, mas essa hipótese necessita de um estudo mais específico.

<sup>2</sup> Escolas comunitárias que foram incorporadas à rede municipal e deixaram de ser consideradas sub-redes de ensino.

<sup>3</sup> Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos Prof. Paulo Freire – Belém.

O atendimento especializado é realizado por meio de convênio com as seguintes instituições (PPP - Escola Cabana, 2003):

- ☐ Universidade da Amazônia - UNAMA – serviço de fonoaudiologia;
- ☐ Associação Paraense de Equoterapia – serviço de equoterapia;
- ☐ SESMA/MOSQUEIRO – serviço de fisioterapia, pediatria, fonoaudiologia, neuropediatria, terapia ocupacional, assistência social e enfermagem;
- ☐ Universidade Federal do Pará - UFPA/Ambulatório – serviço de pediatria;
- ☐ Conselho Brasileiro de Oftalmologia/Campanha Olho no Olho – serviço de oftalmologia.

As ações educativas da Educação Especial envolvem ainda interação com as várias Secretarias do Governo Municipal.

A inserção dos profissionais da rede municipal se realiza por meio de concurso público ou quando necessário através de contratação. O quadro docente é composto por 333 no ensino pré-escolar, 1.704 no ensino fundamental e 16 no ensino médio, perfazendo um total de 2.053 docentes (INEP – Censo 2000).

A formação continuada é uma das diretrizes contida no documento «Construindo o Plano Municipal de Educação» (2003), o qual apresenta a proposta de melhoria e qualificação dos profissionais por meio de:

- ☐ Vincular a formação continuada à formação acadêmica, com orçamento e convênios, visando garantir a graduação e pós-graduação dos profissionais da educação;
- ☐ Implementar a organização de uma categoria única de trabalhadores da educação, discutindo nessa perspectiva, a formação inicial, a continuada e a de carreira;
- ☐ Garantir horários para estudo e planejamento dentro da carga horária remunerada do/a professor/a;
- ☐ Garantir orçamento destinado ao apoio de publicação, divulgação e socialização de trabalhos e experiências das escolas e de educadores/as.

A formação continuada dos educadores está regulamentada na Resolução N°. 17/99 do Conselho Municipal de Educação.

A formação continuada dos educadores da rede municipal é realizada por meio de encontros coletivos nas Horas Pedagógicas, no próprio espaço educativo e nos encontros coletivos gerais ou distritais, tendo como eixos norteadores: gestão democrática, ritmos e tempos de aprendizagem, construção social do conhecimento e avaliação emancipatória (PPP - Escola Cabana, 2003).

Essa formação está ligada, também, ao acompanhamento e assessoramento do/a professor/a na sala de aula, por meio de pesquisa etnográfica e da observação das práticas pedagógicas cotidianas dos/as educadores/as. As situações problemas diagnosticadas nas práticas dos docentes orientam o conteúdo e a metodologia das atividades realizadas no processo de formação.

As Horas Pedagógicas são vivenciadas como uma política pedagógica, apresentadas de forma diferenciada entre o professor pedagógico de tempo integral, com liberação para estudo dentro de sua jornada de trabalho, e o professor licenciado, horista, que é liberado 5 horas semanais para estudo. Cada escola deve ter seu Plano de Ação das Horas Pedagógicas.

Segundo informações da Coordenadora da Educação Especial da rede municipal de Belém, essa formação continuada inclui a capacitação de professores/as do ensino comum para o atendimento de alunos que apresentam necessidades especiais e também para educadores da educação especial. Não há, neste sentido, uma formação específica para os profissionais da educação especial.

Explica, ainda, que o Município dispõe de professores do ensino regular para atender a demanda da educação especial, mas os professores especializados compõem a equipe técnica para assessoria à educação especial, porque não há atendimento em classes especiais. Entretanto, enfatiza que o trabalho da equipe técnica é realizado com dificuldades para atender a demanda das escolas, que vem aumentando a cada ano.

A equipe dá o suporte para o professor receber os alunos que apresentam necessidades especiais, mas ainda assim, os professores dizem não estarem preparados para a inclusão, para trabalharem com as diferenças. A equipe não é suficiente para atender as necessidades da escola, mas não é política da equipe sozinha levantar a bandeira da inclusão, mas que a escola aceite este aluno como seu e não como aluno da educação especial. (Coordenadora da Educação Especial - SEMEC).

Neste sentido, não há trabalho cooperativo entre professor do ensino regular e o professor especializado. A relação é entre o professor do ensino regular e a equipe técnica, cuja assessoria é realizada com o professor na escola e, em alguns casos, com alunos

especiais. A equipe técnica é formada por professores especializados, assistente social e psicólogo, não existindo regulamentação sobre o assunto.

O acompanhamento do aluno especial pela equipe técnica é realizado por meio da solicitação do professor do ensino regular que encaminha à Secretaria um relatório pedagógico deste aluno. A equipe técnica visita a escola e realiza uma avaliação deste aluno em vários espaços para poder acompanhá-lo.

A Coordenadora informou que até 2002 existia um Plano Individual de Atendimento ao Aluno Especial, mas que foi superado em função de que:

[...] no distrito uma escola era selecionada e nela uma sala reservada para que realizássemos as ações com as crianças que apresentam necessidades educativas especiais, mas observamos que quando realizávamos o trabalho, com o aluno especial, o professor não podia acompanhá-lo e ainda havia a problemática de que o professor não compreendia o aluno especial como seu aluno, por isso, não desenvolvia atividades pedagógicas com ele, esperando que os professores especializados assim o fizesse. Decidimos inverter esse processo realizando o assessoramento com os professores.

O Município conta com um planejamento para a implementação das adaptações de grande porte (acessibilidade, aquisição de materiais e equipamentos) necessárias para atender às necessidades educacionais especiais, que, segundo a coordenadora, não é realizado pelo sistema educacional e sim pela assistência. Mas não explicou de que forma isso ocorre nem como o sistema educacional indica a sua demanda. A aquisição de equipamentos e de materiais específicos é mencionada no documento «Construindo o Plano Municipal de Educação – 2003».

Informou a Coordenadora que no atendimento de alunos com necessidades especiais em turmas regulares adota-se o número de no máximo 3 alunos especiais por turma, mas que depende da turma e do ciclo. A exceção é no atendimento do aluno surdo, cuja turma deve ter no mínimo 2 alunos com esta necessidade especial para não prejudicar a sua comunicação.

## **2.3 Caracterização Pedagógica**

### **2.3.1 A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação**

O trabalho pedagógico nos ciclos de formação visa superar a lógica fragmentada do processo escolar e flexibilizar o tempo de aprendizagem, mudando os critérios de enturmação

dos alunos, que são agrupados por faixa etária e não por série, sendo as atividades organizadas a partir das vivências culturais, informações e características peculiares às fases de desenvolvimento dos educandos (PPP - Escola Cabana, 2003).

A concepção de conhecimento adotada é a de processo de construção e reconstrução, cuja significação do saber tem como referência as experiências dos sujeitos-educandos. Neste sentido, a organização curricular busca superar a hierarquização das áreas do conhecimento e a fragmentação dos saberes viabilizando a interdisciplinaridade (PPP - Escola Cabana, 2003).

O ensino fundamental está organizado em ciclos de formação, com duração de 9 anos, distribuído da seguinte maneira:

Ciclo de formação I – com duração de 3 anos – abrange alunos de: 1º ano, 6 anos, com 25 alunos, 2º ano, 7 anos, com 30 alunos e 3º ano, 8 anos, com 30 alunos;  
Ciclo de formação II - com duração de 2 anos – abrange alunos de: 9 e 10 anos com 35 alunos por turma ano/ciclo;  
Ciclo de formação III e IV - com duração de 2 anos – abrange respectivamente alunos de 11 e 12 anos e 13 e 14 anos, com 40 alunos. (PPP, 2003, p. 34).

A carga horária do ano letivo dos ciclos é de 800 horas, cumpridas em 200 dias e organizadas em 40 horas semanais. A semana corresponde no mínimo 23 horas de efetivo trabalho escolar e a hora-aula em escolas dos ciclos III e IV é de 45 minutos (PPP - Escola Cabana, 2003).

O tema gerador é o princípio metodológico do currículo do ensino fundamental sendo estruturado em 3 momentos do fazer pedagógico: (1) estudo da realidade, por meio de pesquisa socioantropológica; (2) organização do conhecimento, por meio da construção de redes temáticas, escolha do tema gerador e contra-tema e (3) aplicação do conhecimento via negociação das áreas e seleção dos tópicos do conhecimento e programações das aulas. A definição dos conteúdos curriculares é estabelecida tendo como referência o desenvolvimento do tema gerador pelos educadores com assessoria da Coordenadoria de Educação (PPP - Escola Cabana, 2003).

### **2.3.2 A Avaliação**

A proposta de avaliação da Escola Cabana visa romper com a tradicional lógica avaliativa classificatória, contribuindo de forma significativa para a inclusão social. Apresenta-se como orientadora do processo de tomada de decisões, apontando a trajetória dos sujeitos, seus avanços, dificuldades, e possibilidades, no sentido de indicar novos caminhos a serem percorridos. Indica, também, a adequação político-pedagógica dos instrumentos de

trabalho utilizados, verificando se são capazes de contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos no processo de construção do conhecimento. Assim, «não se considera a possibilidade de retenção dos alunos nos ciclos de formação da educação infantil e ensino fundamental» (PPP - Escola Cabana, 2003, p. 39).

A proposta é de uma avaliação processual e diagnóstica e que utilize diversos instrumentos de avaliação para aferir resultados em relação à retenção dos conteúdos trabalhados.

A avaliação está inserida na dinâmica de trabalho da escola no planejamento e na organização curricular, envolvendo diferentes sujeitos, os pais, os responsáveis, os professores e os técnicos. Apresenta como instâncias de avaliação escolar o Conselho escolar e o Conselho de Ciclo.

Constituem instrumentos de registro de avaliação (PPP - Escola Cabana, 2003):

- ☐ O *arquivo* de atividades discentes;
- ☐ A organização de *coletânea das produções* significativas realizadas pelo aluno e pela turma, com o registro de suas observações, inclusive sobre o trabalho docente e dos coordenadores pedagógicos, o desenvolvimento da turma e as reuniões pedagógicas;
- ☐ O *diário de classe*, que permite anotações referentes ao desenvolvimento da turma e de cada aluno, através de elementos descritivos e analíticos;
- ☐ O *Registro-síntese de acompanhamento do aluno*, que possibilita o acompanhamento sistemático do processo de desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

A organização em ciclos de formação e a avaliação em processo visam contribuir ao atendimento dos alunos em geral e aos que apresentam necessidades especiais, respeitando o seu tempo e ritmo de desenvolvimento.

### **2.3.3 O Projeto Político-Pedagógico**

A Escola Cabana apresenta o projeto político-pedagógico como norteador das ações desenvolvidas pelas escolas, por isso, cada unidade de ensino deve ter o seu projeto construído coletivamente na rede municipal de educação. As Conferências Municipais realizadas desde 1997 vêm se constituindo no espaço de construção coletiva dos Projetos Pedagógicos, nos quais são definidas as metas comuns para a gestão e práticas curriculares.

Cada escola deve a cada ano rever seu projeto tendo como objeto de investigação a realidade vivenciada pela comunidade escolar (PPP - Escola Cabana, 2003).

### **2.3.4 Plano Pedagógico de Apoio**

Esse Plano é compreendido como investimento ao sucesso escolar dos educandos e ao processo continuado de formação dos sujeitos. Por meio de acompanhamento pedagógico coletivo são priorizadas as ações que atendam as diferentes necessidades dos educandos. Os docentes repensam suas programações de aula em conjunto visando possibilitar o aproveitamento dos alunos em seu processo de formação plena.

Esse Plano apresenta-se, ainda, como avaliação emancipatória e progressão continuada. Ao serem identificadas as dificuldades dos educandos os educadores agem numa intervenção conjunta, sem selecionar, excluir e/ou classificar crianças, jovens e/ou adultos. Entretanto, no PPP – Escola Cabana, 2003, p. 57, ressalta-se que:

[...] não se deve confundir as dificuldades de aprendizagem com aqueles que apresentam diferentes ritmos de aprendizagem, nem com aqueles que apresentam problemas/distúrbios de aprendizagem que têm origem em comprometimento em nível neurológico que se caracteriza enquanto Necessidade Educacional Especial.

O Plano Pedagógico de Apoio não é considerado aula de reforço e insere-se no procedimento de avaliação contínua e diagnóstica. As especificidades/necessidades dos educandos são trabalhadas a partir dos indicativos apresentados nos instrumentos do processo avaliativo dos alunos, por meio de ações estratégicas definidas em conjunto pelos profissionais que atuam nos ciclos. O atendimento do plano de apoio está previsto para ser realizado nos horários regulares das aulas, nas classes ou nos ambientes da escola (PPP - Escola Cabana, 2003).

Não existe um plano específico para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. O Plano elaborado pelos educadores responde aos princípios da educação inclusiva. Neste sentido, o atendimento é direcionado ao professor que tiver necessidade de aprofundamento teórico-metodológico sobre conhecimentos específicos e especializados na área da educação especial, por meio de formações em serviço.

O atendimento ao educando que apresenta necessidades educativas especiais é feito juntamente com os demais alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, por meio do

Plano Pedagógico de Apoio. Este Plano é normalizado pela Resolução N°. 17/1999 do Conselho Municipal de Educação.

### **2.3.5 Educação de Jovens e Adultos**

Essa modalidade de educação é destacada, na Resolução N°. 17/1999 do Conselho Municipal de Educação, em relação a sua proposta curricular, que tem como princípio norteador a «Totalidade de Conhecimento», ou seja, que «toda ação educativa escolar deve pautar-se na busca do conhecimento, enquanto uma TOTALIDADE» (PPP - Escola Cabana, 2003, p. 80).

A proposta curricular organiza o ensino fundamental de jovens e adultos em 4 anos abrangendo 4 Totalidades do conhecimento, desencadeada em processo gradativo:

- I Totalidade: corresponde ao 1º e 2º ano do ensino fundamental.
- II Totalidade: corresponde ao 3º e 4º ano do ensino fundamental.
- III Totalidade: corresponde ao 5º e 6º ano do ensino fundamental.
- IV Totalidade: corresponde ao 7º e 8º ano do ensino fundamental. (PPP - Escola Cabana, 2003, p. 82).

Cada ano letivo corresponde a uma Totalidade, com a carga horária de 800 horas, cumprida em 200 dias, organizada em 40 horas semanais de efetivo trabalho escolar.

O Tema Gerador é considerado o princípio metodológico e a proposta curricular é constituída pelos seguintes conhecimentos: linguagem; histórico, geográfico, social e político; cálculo e raciocínio lógico-matemático; físico-natural e arte.

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos é processual e diagnóstica, considerando-se a progressão continuada dos alunos conforme o seu ritmo de aprendizagem. Para efeito de progressão do aluno adota-se a frequência mínima de 75% (PPP - Escola Cabana, 2003).

## **3 O Município de Belém na Rede Estadual de Ensino**

### **3.1 Plano de Ação**

A rede estadual possui Plano Estadual de Educação, que no momento encontra-se em discussão na Assembléia Legislativa. A sua estrutura é a mesma do Plano Nacional de Educação abrangendo todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a educação superior, a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a

educação indígena, a educação do campo e a educação dos remanescentes quilombolas (PEE - SEDUC, 2003).

### **3.1.1 Educação Infantil**

A Educação Infantil está normalizada pela Resolução Nº. 029/99 do Conselho Estadual de Educação, que estabelece o atendimento para crianças de 0 a 6 anos.

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- ☐ Universalizar a educação infantil visando a ampliação do atendimento na escola pública, permitindo acesso a população de 0 a 6 anos de idade, inclusive crianças indígenas e as remanescentes dos quilombos;
- ☐ Ampliar o horário de permanência das crianças de 0 a 6 anos para 7 horas diárias, oportunizando práticas pedagógicas que promovam a formação integral, considerando os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais;
- ☐ Garantir a elaboração de calendário escolar respeitando as características de cada local e faixa etária das crianças, disseminando esta ação entre os remanescentes dos quilombos e as sociedades indígenas;
- ☐ Criar programas que contemplem a diversidade religiosa, cultural e étnica, para a produção de materiais didáticos-pedagógicos tais como: livros, brinquedos com materiais regionais; e outros de interesse deste nível de ensino;
- ☐ Garantir assessoramento técnico e pedagógico contínuo, incluindo também atendimento: psicológico; odontológico; pediátrico; fonoaudiológico e os que se relacionam aos portadores de necessidades especiais, no atendimento aos alunos das creches e pré-escolas, incluindo ainda os específicos dos remanescentes dos quilombos e povos indígenas;
- ☐ Instalar um Fórum permanente que esteja revendo o atendimento a este nível de ensino, objetivando, em dois anos, a implantação de um projeto pedagógico das Secretarias de Educação, discutido amplamente com os profissionais.

### **3.1.2 Ensino Fundamental**

Este ensino destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos.

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- ❑ Criar, adequar e equipar, no prazo de três anos, os espaços pedagógicos das escolas – salas de leitura, bibliotecas, TV escola, laboratórios pedagógicos e de informática educativa – garantindo inclusive a lotação de profissionais para coordenar os espaços e respeitando as diferenças culturais existentes nas sociedades indígenas e remanescentes dos quilombos, objetivando um melhor atendimento às atividades pedagógicas e, portanto, melhoria na aprendizagem;
- ❑ Implantar e implementar nas unidades escolares, cursos de alfabetização de jovens e adultos, extensivos às pessoas com necessidades especiais e remanescentes dos quilombos, objetivando a erradicação do analfabetismo;
- ❑ Implantar classes de aceleração da aprendizagem, objetivando em até quatro anos minimizar a distorção idade-série;
- ❑ Promover a informatização das escolas de maneira a atender tanto a Secretaria quanto aos professores e alunos, propiciando inclusive acesso a Internet, garantindo que em até cinco anos todas as unidades escolares estejam atendidas;
- ❑ Estabelecer parcerias entre as diversas redes de ensino e outras instituições públicas e/ou privadas para em três anos melhorar o desenvolvimento do currículo escolar, inclusive em atenção aos portadores de necessidades especiais e remanescentes nos quilombos;
- ❑ Promover a revisão do currículo do Ensino Fundamental com ênfase na diversidade regional e diferenças culturais e individuais.

### **3.1.3 Ensino Médio**

O ensino médio segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelecidas na Resolução N°. 03/98 do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- ❑ Expandir o número de escolas no prazo de cinco anos para atendimento aos alunos egressos do Ensino Fundamental, possibilitando a continuidade de estudos e respeitando as necessidades especiais, a alunos das comunidades remanescentes de quilombos;

- ❑ Ampliar e equipar os espaços pedagógicos (laboratórios multidisciplinares e de informática educativa, sala de vídeo com recursos pedagógicos e tecnológicos e bibliotecas), no prazo de três anos, com material adequado ao funcionamento, favorecendo inclusive a lotação de coordenadores para estes espaços, visando a melhoria da qualidade do ensino;
- ❑ Rever o currículo das escolas para que no prazo de um ano possa cumprir com os encaminhamentos e providências para uma escola mais atual, que se preocupe com o aluno enquanto sujeito da aprendizagem, ofertando estrutura curricular diversificadas e atendendo à realidade local.

### **3.1.4 Educação de Jovens e Adultos**

Essa modalidade de educação pauta suas diretrizes nos princípios da LDB: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; garantia de padrão de qualidades; valorização da experiência escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- ❑ Ampliar programas de alfabetização de jovens e adultos de forma que até o ano de 2008 todos os municípios sejam contemplados, incluindo-se as comunidades remanescentes de quilombos e os indígenas, atentando para as especificidades culturais dos mesmos, com vistas a eliminação do analfabetismo no Estado;
- ❑ Garantir o acesso e a permanência de qualidade, de aluno com necessidades educacionais especiais nos programas de alfabetização de jovens e adultos;
- ❑ Garantir o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nos programas existentes na EJA;
- ❑ Ofertar cursos profissionalizantes aos egressos de EJA visando preparar o jovem e adulto para uma melhor atuação no mercado de trabalho e incentivar a permanência dos alunos na escola.

### **3.1.5 Educação a Distância e Tecnologias Educacionais**

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- q Ampliar a oferta de programas de formação a distância para a educação de jovens e adultos, especialmente em nível fundamental, atentando para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural, povos indígenas, remanescentes de quilombos e pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo também a educação profissionalizante;
- q Observar, no que diz respeito à educação a distância e às novas tecnologias educacionais, as metas pertinentes incluídas nos capítulos referentes a educação infantil, formação de professores, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, remanescentes de quilombos e educação no campo.

### **3.1.6 Educação Tecnológica e Formação Profissional**

A educação profissional pauta-se no paradigma inclusivo como norteador de suas diretrizes educacionais, considerando que a educação deve ser para todos os alunos, respeitando as diferenças, das pessoas com necessidades educacionais especiais, dos remanescentes de quilombos e dos povos da sociedade indígena.

Principais diretrizes e metas (PEE-SEDUC, 2003):

- q Flexibilidade maior no currículo dos cursos ofertados;
- q Elaborar e implementar o Plano de Ensino Profissionalizante – PEP definindo-se a demanda e o déficit de vaga nesse nível de ensino;
- q Ampliar a oferta de vagas para adolescentes de 15 a 18 anos, que tenha concluído o ensino médio ou tenham interesse em aperfeiçoamento profissional em paralelo ao ensino médio, de 10% para 40%.

### **3.1.7 Educação Indígena**

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- q Cumprir as diretrizes nacionais para a educação escolar indígena emanadas pelo Conselho Nacional de Educação e o Ministério de Educação garantindo e assegurando os objetivos e necessidades educacionais dos povos indígenas;

- ☐ Criar programas voltados para a produção e publicação de material didático específico para as escolas indígenas, com a participação de profissionais especialistas em educação escolar indígena;
- ☐ Garantir a autonomia das escolas indígenas no que se refere:
  - a) ao desenvolvimento de atividades propostas nos projetos pedagógicos e regimentos escolares;
  - b) uso de recursos financeiros para a manutenção do cotidiano escolar;
  - c) decisão de cada sociedade quanto a organização, gestão e funcionamento da escola;
  - d) capacitar o professor indígena quando necessário para atender alunos com necessidades especiais.

### **3.1.8 Educação do Campo**

As diretrizes desta educação pautam-se na Resolução CNE/CEE N°. 1 de 03/04/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- ☐ Assegurar recursos materiais específicos à área do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, manejo florestal, produção orgânica, visando o desenvolvimento de projetos e experiências pedagógicas e de iniciação profissional;
- ☐ Incentivo de programas socioculturais respeitando-se as especificidades e peculiaridades locais.

### **3.1.9 Educação Especial**

O Estado do Pará vem desenvolvendo políticas de atenção às pessoas que apresentam necessidades especiais desde 1955, quando criou a Escola de Cegos do Pará. Em 1960, criou a Escola de Surdos Mudos Prof. Astério de Campos e, ainda, nesse ano, estabeleceu convênio com a Fundação Pestalozzi para atender ao aluno com deficiência mental. Em 1968, pelo fato das escolas especiais não comportarem a demanda de alunos, foram criadas as classes especiais, que se expandiram para todo o Estado, nos anos 70 e 80.

Desde 1996, sob as diretrizes do movimento de educação inclusiva, proclamado em documentos nacionais e internacionais sobre a educação de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, a Secretaria Estadual de Educação vem redirecionando práticas pedagógicas tendo como referência os princípios da diversidade educacional e do respeito às diferenças de aprendizagem.

A Educação Especial na rede estadual está assentada no princípio filosófico «Reconhecer as diferenças, diminuir as desigualdades, construir a Escola para todos», base para consolidação da escola inclusiva (PEE - SEDUC, 2003, p. 56).

Principais diretrizes e metas (PEE - SEDUC, 2003):

- Universalizar a escola inclusiva, através da reestruturação de todos os sistemas de ensino, em todos os níveis e modalidades, na educação básica e superior, no sentido de organizar-se para oferecer respostas às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais;
- Generalizar, em sete anos, o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive através de consórcios entre municípios quando necessário, provendo nestes casos transporte escolar rodoviário e/ou fluvial, com as adaptações necessárias, especialmente para alunos que apresentem dificuldades de locomoção;
- No Ensino Fundamental, nas turmas onde houver alunos com necessidades educacionais especiais, devem ser considerados, no ato da matrícula, a capacidade da sala de aula e o limite máximo de 30 (trinta) alunos por turma, a fim de possibilitar melhor atendimento às necessidades específicas dos alunos;
- Assegurar, em cinco anos, a inclusão, no projeto pedagógico de todas as escolas regulares públicas e privadas, o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço a todos os profissionais em exercício de cada unidade escolar;
- Ampliar a oferta de estimulação precoce em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, com ênfase nas creches;
- Garantir, em cinco anos, através de parceria com a área de Saúde, a generalização da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as unidades escolares;

- Assegurar que, em três anos, todos os prédios escolares públicos ou privados estejam adaptados de acordo com o padrão mínimo de infra-estrutura estabelecido, de modo a atender às necessidades especiais dos usuários desses espaços;
- Tornar disponível, no prazo de três anos, livros didáticos e de literatura falados, em braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal;
- Redimensionar e incrementar, em até três anos, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas conforme as necessidades dos usuários;
- Implementar em três anos e generalizar em sete anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para o aluno surdo e do sistema braille para o aluno com deficiência visual, extensivos às suas famílias e pessoal das unidades escolares;
- Estabelecer parcerias e interfaces com as áreas da saúde, trabalho, assistência social e segurança para o desenvolvimento de ações de prevenção, reabilitação, educação e trabalho, em atenção às pessoas com necessidades especiais e seus familiares;
- Ampliar a disponibilização e uso de equipamentos e recursos de informática, como auxiliar no processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais;
- Implementar programas para identificação e atendimento de alunos com altas habilidades nas áreas artística, intelectual e psicomotora;
- Viabilizar o acesso de pessoas com necessidades especiais aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, oferecidos pelas redes regulares de ensino público ou privado, promovendo sua colocação no mercado de trabalho.

A rede estadual dispõe em sua estrutura organizacional um Departamento de Educação Especial dispendo de uma equipe de profissionais que discutem as estratégias e os mecanismos de inclusão escolar, além de um coordenador do *Programa de Capacitação Continuada Conhecer para Acolher*.

O trabalho educacional realizado junto a esses educandos requer além de uma proposta pedagógica que atenda às suas especificidades educacionais, o suporte da área da saúde. Todavia essa interface, ainda se dá de forma precária, não provendo os serviços necessários dessa área para o acesso e permanência desse aluno no processo educacional.

Existe discussão com a área da saúde para uma possível articulação, porém, até o momento, a única linha de prioridade ocorre em relação à saúde bucal – chamada de odontologia especial. Quanto aos demais serviços de saúde, os educandos e seus familiares buscam os suportes da saúde pelos caminhos do SUS, não existindo nenhum tipo de prioridade.

Existe, também, em Belém, o passe livre a todos os deficientes que apresentam carteira fornecida pela Associação Paraense de Portadores de Deficiência – APPD.

O ensino fundamental não está municipalizado em Belém, ocorrendo a gerência desse nível de ensino tanto pela rede estadual quanto pela municipal. O Estado vem desacelerando o processo de matrícula na educação infantil, deixando ao encargo da rede municipal. Porém, em relação à educação de crianças com necessidades especiais, sobretudo graves, na faixa etária de 0 a 6 anos, essas são atendidas pelo Estado, por meio de serviços ofertados em escolas especiais estaduais ou em instituições conveniadas com o Estado.

### **3.2 Caracterização Administrativa da Rede**

#### **3.2.1 Atendimento Educacional**

Belém possui, segundo o INEP (Censo 2000), 415 unidades escolares estaduais, funcionando 108 com educação infantil, 237 com ensino fundamental e 77 ensino médio. Entretanto, esse número corresponde ao funcionamento de escolas em que predomina mais de um nível de ensino. O dado fornecido pela Secretaria de Estado de Educação é de 257 unidades escolares funcionando com até 2 ou mais níveis de ensino.

Em Belém, a matrícula inicial realizada pelo Estado, na educação infantil é de 1.354, sendo de 0 a 3 anos 310 e 4 a 6 anos 1.044. No ensino fundamental de 07 a 14 anos 145.511, no ensino médio 80.230 e na educação de jovens e adultos 46.300 alunos, conforme dados do (INEP-2003).

A matrícula na Educação Especial, em Belém, em 2003, pela rede estadual, em escolas regulares, especializadas e conveniadas é de 4.291, correspondendo a: 295 na educação infantil, sendo 63 de 0 a 3 anos e 232 de 04 a 06 anos; 3.042 no ensino fundamental, sendo 1.563 de 7 a 14 anos e 1.479 com mais de 14 anos; 713 na educação de jovens e adultos com mais de 14 anos e 241 ensino médio com mais de 14 anos (DEES - SEDUC – 2003).

A contratação de recursos humanos pela rede estadual é feita por meio de concurso público ou contrato temporário.

Em Belém, o quadro docente é de 341 no ensino pré-escolar, 5.048 no ensino fundamental e 2.753 no ensino médio, perfazendo um total de 8.142 docentes (INEP - Censo, 2000).

Em relação à Educação Especial, os professores são arrematados do ensino comum, não havendo, até o presente momento, concurso público de chamada para profissionais com formação específica nessa área para atuar nos serviços da educação especial.

Essa ausência de chamada de profissionais por meio de concurso é um fator preocupante porque as escolas estaduais não dispõem de técnicos em número suficiente para assessorar e apoiar a proposta de inclusão escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especial.

Na medida em que são identificados os educandos com necessidades educacionais especiais e a demanda de docentes para atividades de apoio ou complementação curricular são requisitados professores do ensino comum com disponibilidade de carga horária para serem capacitados e prestarem serviços pedagógicos especializados por falta destes profissionais.

A formação dos professores em educação especial em tempos atrás, era efetivada mediante os cursos de Estudos Adicionais. Atualmente, os profissionais que atuam junto a esses alunos, quer em classes comuns de ensino ou serviços pedagógicos especializados são preparados em Cursos de Capacitação Continuada e Capacitação em Serviço, coordenados pelo Departamento de Educação Especial (DEES/SEDUC, 2003).

O Estado, desde 1996, vem atuando na capacitação dos profissionais que atuam nas classes especiais e escolas especiais, formando agentes multiplicadores, para o redimensionamento da prática docente junto a esse alunado. Em 2002, organizou um programa de capacitação continuada, intitulado «Conhecer para Acolher», ocasião em que capacitou aproximadamente 800 professores que atuam em sala de aula e serviços de educação especial. O objetivo dessa capacitação foi trabalhar em nível de informação conteúdos sobre o contexto da diversidade educacional na busca de práticas que se adequassem à aprendizagem de todos os alunos, quer comuns ou específicas. Em 2003, o referido programa foi ampliado, passando a desenvolver formação específica mediante conteúdos que subsidiassem a prática pedagógica junto ao educando com deficiência mental, surdez, cego, baixa visão, autista e altas habilidades.

Em 2004, o Programa retomou a capacitação em nível de informação, no qual estão participando aproximadamente 1.100 professores, com previsão de encerramento para agosto de 2004. A metodologia utilizada se baseia nos recursos da educação a distância, servindo-se de encontros presenciais para reflexão teórica e realização de atividades práticas desenvolvidas no espaço de sala de aula, como *locus* de concretização da práxis educacional.

Os cursos de aprofundamento em conteúdos específicos são ofertados em diferentes horários de modo que o professor possa fazer a sua melhor opção sem que isso implique no seu horário de trabalho docente. No momento, a Secretaria Estadual de Educação está desenvolvendo os Cursos «Escola inclusiva: a compreensão de uma Educação para a Diversidade» e «Construindo uma Proposta Pedagógica Bilíngüe na Escola Regular de Ensino para Educandos Surdos», atendendo, respectivamente, 736 e 350 professores do ensino fundamental e médio.

### **3.3 Caracterização Pedagógica**

#### **3.3.1 Plano Individualizado de Ensino**

A rede estadual adota o *Plano Individualizado de Ensino* para os alunos com necessidades educacionais especiais, sendo capacitados os educadores para elaboração deste Plano no Programa de Capacitação Continuada Conhecer para Acolher. As diretrizes da ação pedagógica junto ao educando com necessidades educacionais especiais estão previstas no Projeto Político Pedagógico da escola, garantindo desde a presença do professor especialista, a implantação de espaços pedagógicos especializados, o atendimento individualizado, a flexibilidade curricular, entre outras situações que se fizerem necessárias aos educandos.

A proposta de educação inclusiva em Belém vem sendo discutida desde 1996. Tendo em vista otimizar a ação dos recursos humanos, o trabalho foi organizado nas escolas que possuíam o reduto das classes especiais, por se entender que essas requeriam com mais urgência uma compreensão dos referenciais teóricos-práticos que norteiam o processo de inserção escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, em 1997, iniciou-se um redimensionamento em duas escolas. Posteriormente, expandiu-se para 42 escolas.

Em decorrência da apropriação dos direitos previstos em lei, um maior número de pais de pessoas com necessidades educacionais especiais vem procurando pela matrícula na rede estadual de ensino, além dos gestores escolares estarem a cada dia mais interessados pela

problemática. Por isso, desde 2000, todas as escolas vêm sendo capacitadas pelos profissionais que atuam nas Escolas Referências e nas Unidades Educacionais Especializadas.

Entretanto, embora venha se ampliando a discussão sobre a proposta de educação inclusiva, exigindo das escolas uma mudança de atitude e de ações pedagógicas com vistas a superação das práticas tradicionais, ainda se encontra equívocos na identificação das necessidades educacionais. As escolas apontam muitas vezes as dificuldades escolares de alunos como situações que requerem o apoio da educação especial. Subentende-se que os profissionais da educação ainda estão avaliando o aluno tendo como referência as dificuldades de aprendizagem, centralizando o olhar para o aluno de forma individual, inclusive, responsabilizando-o pelo seu insucesso escolar, sem considerar o contexto educacional em que o aluno está inserido.

Assim, uma das dificuldades dos docentes é compreender a situação educacional dos alunos que requer serviço pedagógico especializado.

### **3.3.2 Formação de classes inclusivas**

Os critérios estabelecidos pela rede estadual para constituição das classes inclusivas são:

- ❑ Número máximo de 30 alunos por sala, nas turmas de 1ª a 4ª séries em que for enturmado o aluno com deficiência;
- ❑ Número máximo de 40 alunos por sala, nas turmas de 5ª a 8ª séries, e em que for enturmado o aluno com deficiência;
- ❑ Enturmação de 1 a 4 alunos com necessidades educacionais especiais por sala, mediante a avaliação educacional do nível de desenvolvimento global do aluno, dando-se relevância entre outros aspectos do desenvolvimento, a faixa etária, a maturidade emocional e o desenvolvimento social, e o tipo de apoio e ajudas específicas que o aluno solicitar;
- ❑ Flexibilidade no ano letivo aos alunos com deficiência mental e múltiplas que freqüentam classes de ensino comum.

Esses critérios são discutidos e acordados em nível Secretaria Estadual de Educação, porém não são previstos em legislação estadual. A não concretização desses critérios ocorre

pela falta de um maior controle por ocasião da matrícula na rede estadual e pela resistência de alguns gestores.

O encaminhamento do aluno com necessidades educacionais especiais realiza-se:

- ☐ Por ocasião da matrícula, em que contam com o assessoramento de técnicos especializados (em nível de graduação, pós-graduação e capacitação em serviço) que orientam o processo de enturmação do aluno na escola;
- ☐ E no decorrer do ano, encaminhamento para matrícula na escola regular, preferencialmente, e excepcionalmente em escola especial, para avaliação educacional tendo em vista a identificação das necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

O ato da matrícula é garantido a todos os alunos por ocasião da matrícula, independente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, para posterior avaliação no contexto escolar, realizado com o assessoramento de professores e técnicos da educação especial, na medida em que os professores apontem a presença de dificuldades acentuadas de aprendizagem, para posterior orientação e a necessária implementação pedagógica, se o caso solicitar.

### **3.3.3 Avaliação**

A flexibilização do processo de avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais vem ocorrendo na rede de ensino estadual no município de Belém, a partir da compreensão que os professores têm acerca das especificidades e possibilidades de aprendizagem desses alunos. Porém, não há nenhuma legislação que normalize as questões referentes aos aspectos da avaliação desses alunos.

### **3.3.4 Trabalho Pedagógico em Equipe**

As escolas referências para a oferta dos serviços pedagógicos especializados têm como diretriz o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre os professores, com ações conjuntas de planejamento e trabalho em equipe. Neste sentido, existe uma sistemática formal e definida para o trabalho cooperativo entre os professores das classes comuns e os especializados.

A equipe de profissionais do Departamento de Educação Especial coordena e discute os princípios e a proposta de educação inclusiva junto aos diversos segmentos da Secretaria de Estado de Educação e outras instâncias sociais.

### **3.3.5 Projeto Político Pedagógico**

Os serviços pedagógicos especializados, as ações referentes ao apoio, complementação e suplementação curricular ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais estão sendo regulamentadas no Projeto Político Pedagógico das escolas.

Uma questão que vem sendo trabalhada dentro da política do Estado para o alunado com necessidades educacionais especiais é a eliminação das barreiras arquitetônicas. Há um projeto na rede física para introduzir na construção e reformas dos espaços escolares as adaptações arquitetônicas para a acessibilidade dos educandos com dificuldades de mobilidade ou com mobilidade reduzida. No que diz respeito a aquisição de materiais e equipamentos esses vêm sendo realizados com os recursos do FNDE e contrapartida do governo estadual.

### **Considerações Finais**

Em Belém, as Redes Municipal e Estadual pautam suas ações no paradigma da inclusão, compreendido como o respeito às diferenças individuais e à diversidade cultural; diminuição da desigualdade social e o direito de acesso a uma «escola para todos».

A SEMEC apresenta a inclusão como o paradigma em toda rede de ensino, superando a inclusão como proposta educativa específica da educação especial. A organização do ensino por meio de eixos temáticos viabiliza a articulação do paradigma entre os diversos níveis e modalidades de ensino. Além disso, o discurso da inclusão está contido em diversos documentos da Instituição: Proposta do Plano Municipal de Ensino, o Projeto Político-Pedagógico, entre outros.

Essa organização por eixos temáticos, tendo como referência a inclusão, constitui um avanço pedagógico em relação à estrutura organizacional do ensino da SEDUC, que mantém a inclusão como paradigma da educação especial e separa esta modalidade dos demais níveis e modalidades de ensino.

Na SEDUC as diretrizes são apresentadas separadas por nível e modalidade de ensino, concentrando-se os indicadores educacionais em relação às pessoas que apresentam

necessidades especiais predominantemente na educação especial. Entretanto, na SEMEC, em todos os eixos são encontradas diretrizes referentes à educação especial.

Assim, a SEMEC, em Belém, apesar de viabilizar um atendimento educacional menor que a rede estadual, apresenta suas ações interligadas na busca de uma educação inclusiva, tratando a educação especial no mesmo patamar que os outros níveis de ensino.

Todavia, o fato de na SEMEC estar a educação especial diluída nas diretrizes educacionais contidas nos eixos temáticos, dificultou a coleta dos dados sobre essa modalidade de ensino, enquanto que na SEDUC, todas as informações estavam descritas na educação especial, facilitando o acesso à informação.

Na SEMEC observamos uma proposta mais criativa distanciando-se dos documentos nacionais, apesar de fazer referência a documentos legais, enquanto que a SEDUC apresenta fortemente uma influência dos documentos nacionais sobre a educação. Identificamos, por exemplo, na rede estadual os discursos inclusivos na educação especial e o pluralista cultural no ensino fundamental, além da própria organização do documento do Plano Estadual de Educação reproduzindo a estrutura do Plano Nacional de Educação.

A política da educação especial, em Belém, por meio das redes estadual e municipal de ensino aponta para a implementação de uma escola inclusiva sendo, entretanto, pensada e estruturada de forma diferenciada. E essa organização reflete na escola.

Na SEMEC o atendimento aos alunos que apresentam necessidades especiais é realizado em turmas regulares, apresentando o número máximo destes alunos por turma menor do que a SEDUC. Delimita o número mínimo de 02 alunos surdos por sala, objetivando facilitar a comunicação. Iniciou a implementação da inclusão com escolas de referência, mas atualmente o atendimento é realizado nas escolas da rede. A SEDUC mantém escolas de referência, escolas especializadas, classes especiais e classes comuns.

Entretanto, as duas Secretarias apresentam flexibilidade no processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais; garantem a matrícula para todos os educandos; apresentam propostas de adaptações de grande porte e buscam a integração de ações com outras áreas/serviços, como a saúde.

A SEMEC vem buscando implementar a inclusão sem estabelecer diferença entre os professores especializados da educação especial e os do ensino comum, direcionando à equipe técnica a responsabilidade do acompanhamento dos docentes como um todo. Adota o Plano Pedagógico de Apoio para todos os educandos. Entretanto, a SEDUC mantém a diferença

entre o professor especializado e o do ensino comum, desenvolvendo ações pedagógicas cooperativas ou de apoio. Utiliza o «Plano Individual de Atendimento ao Aluno Especial».

As duas Secretarias desenvolvem formação continuada, sendo que a SEMEC instituiu as Horas Pedagógicas a serem trabalhadas no próprio ambiente escolar e em encontros coletivos por meio de palestras, seminários, eventos culturais, entre outros. Presta assessoramento em sala de aula tendo como apoio a pesquisa etnográfica e a observação das práticas cotidianas. Não há formação específica só para os educadores da educação especial, a formação é realizada com os professores do ensino regular.

Na SEDUC a formação continuada atende predominantemente os docentes que trabalham com pessoas que apresentam necessidades especiais em classes comuns ou em serviços especializados.

O fato da SEMEC incluir o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais na escola no ensino regular, sendo considerada uma situação educacional necessária e de debate em todos os níveis e modalidades de ensino, possibilita que o discurso da inclusão seja, de fato, analisado pelos educadores de toda a rede, enquanto que na SEDUC, apesar de já ter a prática da inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular, o discurso da inclusão está fortemente demarcado na educação especial. Com isso, a SEMEC tem mais possibilidade de avançar no processo de inclusão escolar do que a SEDUC. A própria formação do educador na SEMEC não é diferenciada entre os níveis e modalidades de ensino, viabilizando o estudo da educação especial entre todos os educadores da rede.

Entretanto, a SEDUC, em sua proposta educacional, enfatiza, mais do que a educação especial, a educação indígena e dos quilombolas, ratificando a política pluralista cultural implementada em nível nacional.

Assim, em Belém, a educação inclusiva está sendo implementada pelas redes municipal e estadual de educação, com especificidades pedagógicas que refletem a posição política adotada. A SEMEC busca no ideário libertados do Movimento Cabano consolidar o processo de inclusão escolar e a SEDUC reproduz as diretrizes e o planos nacionais buscando adequá-los à realidade social e escolar do Estado.

A existência de propostas diferentes no processo de inclusão escolar em Belém, nos coloca diante da necessidade de estudos mais específicos sobre as práticas de inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais nas escolas destas redes de ensino, objetivando identificar: como no cotidiano da sala de aula está se efetivando a educação

inclusiva? Qual a proposta que mais favorece ao processo de inclusão escolar? Quais os problemas pedagógicos enfrentados pelos professores no processo de inclusão? A formação continuada e em serviço tem atendido a demanda de qualificação dos professores?

Essas são questões importantes e instigadoras para a continuidade dos estudos sobre a política inclusiva nas redes municipal e estadual de ensino em Belém e em outros municípios do Estado do Pará e da Região Amazônica.

## Referências

- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003. In: site: [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br).
- BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. *Censo Educacional 2003*. Brasília: INEP, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Censo Educacional 2000*. Brasília: INEP, 2000.
- PARÁ. *Governo do Estado*. SEPLAN, 2004. Site: [www.sepof.pa.gov/seplan/para](http://www.sepof.pa.gov/seplan/para).
- BELÉM. *Prefeitura Municipal de. Anuário Estatístico do Município de Belém*. Belém-Pará, 2000. Site: [www.segep.com.br/download/Anuario2000](http://www.segep.com.br/download/Anuario2000).
- SEDUC. *Plano Estadual de Educação*. Belém: SEDUC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Secretaria de Educação Especial*. Belém: SEDUC, 2003.
- SEMEC. *Construindo o Plano Municipal de Educação: PME de Belém: proposta preliminar*. Belém: SEMEC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Cabana: orientações para a organização do planejamento escolar 2003*. Belém: SEMEC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Coordenadoria de Planejamento*. Belém: SEMEC, 2003.
- \_\_\_\_\_. I Fórum de Educação da Rede Municipal de Belém. *Projeto político-pedagógico: um olhar que resignifique a educação municipal*. Belém, 15 a 17 de dezembro de 1997.

## **Inclusão escolar na rede municipal de Natal/RN**

### **Responsáveis pela Pesquisa**

Profª Dra. Lúcia de Araújo Ramos Martins - Professora PPGED / UFRN (Coordenação)

Profª Ms. Luzia Guacira dos Santos Silva – Doutoranda em Educação / PPGED UFRN e técnica da Secretaria Municipal de Educação de Natal – SME (Coordenação )

Profª Esp. Marli Rocha Medeiros de Vargas – SME Natal (Colaboradora)

### **Introdução**

Desenvolvemos o presente estudo a convite da ANPED – GT Educação Especial, com a finalidade de identificar as políticas municipais de educação inclusiva de Natal. Essa cidade é administrada pelo Prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves, filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, que se encontra em seu primeiro mandato.

A investigação empreendida envolveu uma pesquisa documental e de campo. No tocante ao primeiro procedimento, foram consultados documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria de Estado de Educação, de Cultura e dos Desportos (SECD), da Prefeitura Municipal de Natal, entre outros. Para a complementação das informações obtidas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a Coordenadora de Ensino e com técnicas atuantes na equipe de Educação Especial da SME, que se mostraram bastante receptivas quanto aos esclarecimentos e complementações das informações coletadas por meio das fontes documentais.

Antes de nos determos nas ações educacionais que vêm sendo desenvolvidas pela SME, apresentaremos uma breve caracterização da realidade sociopolítica e econômica do município de Natal. Situaremos, por fim, algumas considerações a título de reflexão sobre o trabalho empreendido na rede municipal de ensino, com vistas ao atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

### **1 Caracterização da Realidade Sociopolítica e Econômica do Município**

Natal é uma cidade litorânea localizada no Estado do Rio Grande do Norte, ao nordeste do Brasil. Situa-se num triângulo natural com um vértice para o Norte, banhada pelo rio Potengi de um lado e pelo oceano Atlântico do outro.

Está situada numa altitude média de 33m acima do nível do mar. Seu clima é tropical, com temperatura média de 27° e umidade relativa do ar em 70%. Na região em que está localizada sopram ventos constantes (alísios) e, segundo uma pesquisa realizada pela NASA, ali está o ar mais renovável do continente.

Seu nome se originou da data da sua fundação: 25/12/1599. Apesar de ter mais de 400 anos de existência, é uma cidade que alia os antigos casarios (concentrados, principalmente, nos bairros da Ribeira e Cidade Alta), com construções modernas, situadas em suas bem traçadas ruas e largas avenidas. Limita-se ao norte pelo município de Extremoz, ao sul por Parnamirim, a oeste por São Gonçalo do Amarante e a leste pelo Oceano Atlântico.

A cidade de Natal tem uma boa infra-estrutura básica. Hoje, quase 100% dos seus domicílios são atendidos pela rede elétrica e mais de 93% são ligados ao abastecimento de água. No entanto, menos de 30% têm saneamento básico. O turismo representa a sua principal fonte de renda, chegando a concentrar cerca de 25% de sua população economicamente ativa como mão-de-obra trabalhando nessa atividade.

Possui uma área de 169,9km quadrados. Em 2000, segundo dados do último Censo Demográfico, tinha 712.317 habitantes, representando 25,65% da população do Estado. Segundo dados do IBGE (2003), ocorreu, no período de 1991 a 2000, uma taxa média de crescimento de 1,86%, passando de 607.330 habitantes em 1991 para 712.317, em 2000. A taxa de urbanização passou de 99,93% para 100%.

A população, por faixa etária, em 2000, segundo dados do IBGE (2003), estava assim distribuída:

Menos de 15 anos	201.327
15 a 64 anos	471.861
65 anos e mais	39.129

No período de 1991-2000, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Natal cresceu 7,50%, passando de 0,733, em 1991, para 0,788, em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a Educação, com 48,5%, seguida pela Renda, com 28,8% e pela Longevidade, com 22,7%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1-IDH.

foi reduzido em 20,6%. Em 2000, estava entre as regiões de médio desenvolvimento humano no país.

No período de 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 16%, passando de 43,49% (por mil nascidos vivos), em 1991, para 36,53% (por mil nascidos vivos), em 2000. A esperança de vida ao nascer (em anos) cresceu 2,19 anos, passando de 66,59 anos em 1991 para 68,78 anos em 2000. Por sua vez, a taxa de fecundidade total (filhos por mulher) foi reduzida de 2,4%, em 1991, para 2 %, em 2000.

Em relação à educação, verificamos que ocorreu um crescimento da população jovem que estava freqüentando a escola (%), principalmente nas faixas etárias de 7 a 9 anos e 10 a 14 anos, conforme dados contidos no quadro a seguir:

**Tabela 1.** População jovem que freqüenta a escola, em Natal - 1991 - 2000

<b>Faixa etária</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
7 a 9 anos	89,2 %	95,8 %
10 a 14	89,4 %	95,9%
15 a 17 anos	71,2 %	85,6%

Fonte: IBGE. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2004.

Constatamos, também, que ocorreram melhorias significativas no nível educacional da população de 7 a 14 anos, conforme especificações contidas na tabela 2.

**Tabela 2.** Nível educacional da população jovem, em Natal - 1991 e 2000

<b>Faixa etária</b>	<b>% de analfabetismo</b>		<b>% com menos de 4 anos de estudos</b>		<b>% com menos de 8 anos de estudo</b>		<b>% freqüentando a escola</b>	
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>7 a 9 anos</b>	20.4	12.6	-	-	-	-	89.2	95.8
<b>10 a 14 anos</b>	12.1	5.3	56.2	38.9	-	-	89.4	95.9

Fonte: IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2001

Analisando a tabela 2, em relação ao nível educacional, ao serem comparados os dados relativos aos anos de 1991 e 2000, em Natal, verificamos que ocorreu uma significativa redução da taxa de analfabetismo e um crescimento da matrícula. Na faixa etária de 7 a 9 anos

o analfabetismo decaiu de 20,4% para 12,6% e, na faixa etária de 10 a 14 anos, de 12,1% para 5,3%. Por sua vez, a população com menos de 4 anos de estudo, na faixa etária entre 10 e 14 anos caiu de 56,2 % para 38,9 %. A frequência à escola, na faixa etária de 7 a 9 anos, cresceu de 89,2% para 95,8% e, na faixa etária de 10 a 14 anos, de 89,4% para 95,9%.

## **2 Sistema Municipal de Ensino**

### **2.1 Constituição e Histórico**

De acordo com o Plano Municipal de Educação - PME - 2003/2012, a Secretaria Municipal de Educação - SME, criada em 19 de dezembro de 1959, constitui-se órgão gestor do Sistema Municipal de Ensino. Este, formalizado pelo Decreto nº 4.927, de 10 de dezembro de 1992, e submetido à alteração pela Lei nº 5.339, de 26 de dezembro de 2001, em consonância com os princípios da LDB/96, passou a ser denominado Sistema de Ensino do Município de Natal. Integram este sistema a Secretaria Municipal de Educação - SME, o Conselho Municipal de Educação – CME, as unidades escolares, as escolas privadas conveniadas, com oferta de Educação Infantil, as creches públicas municipais, as creches privadas conveniadas, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEL, a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social – SEMTAS, as escolas conveniadas da Educação Infantil e a Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCART.

Isto posto, consideramos importante expor, ainda com base no PME, uma retrospectiva histórica da educação no Município de Natal, consoante com a realidade nacional. As informações existentes nos registros oficiais revelam a vocação da educação municipal para trilhar os caminhos democráticos do ensino. Nessa trajetória, merece destaque a experiência da campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, desenvolvida na década de 60. Esse movimento, que foi marcado pela vontade política de erradicar o analfabetismo em Natal, utilizando abordagem metodológica de caráter inovador, extrapolou as metas propostas no Plano Nacional de Educação de 1962. A mobilização dessa campanha atingiu uma população de 60.254 analfabetos, assim distribuídos: 35.810 crianças e 24.444 adultos, através de uma proposta educacional centrada em três eixos: escola pública, laica e gratuita para todos.

Com a supressão dos princípios democráticos instaurados a partir de 1964, em consequência do golpe militar, houve uma brusca interrupção dos movimentos educacionais de caráter popular, em todo o país, comprometendo, significativamente, a educação no município de Natal.

As lutas populares pressionaram o retorno ao estado democrático que, aos poucos, foi sendo reconstruído no país, a partir do final da década de setenta. Instaurou-se uma grande mobilização nacional em defesa da nova Carta Constitucional, promulgada em 1988. Nela, a educação se consolidou como obrigatoriedade institucional, impondo-se como condição para o desenvolvimento do país.

Condicionada a esse novo quadro social, político e econômico que se vislumbrava no cenário nacional, a Secretaria Municipal de Educação retomou a sua trajetória, direcionando sua política educacional para a construção de uma sociedade democrática. Com essa visão, mobilizou a comunidade escolar, associações de bairros, sindicatos e partidos políticos com a intenção de discutir o contexto educacional. Dessas articulações, foi realizado o I Seminário de Educação Municipal, que deu origem ao Plano Municipal de Educação para o biênio 87/88, priorizando três eixos: o democrático, o participativo e o realista. Como fruto dessa mobilização, realizou-se a primeira eleição para as direções das escolas da Rede Municipal de Ensino e a instituição dos Conselhos de Escola.

A política desse Plano enfatizou, também, a educação de adultos com o *Programa Municipal de Educação Popular – PROMEP*, cujo objetivo vincula-se a uma educação comprometida com os interesses das classes populares, representada por menores trabalhadores, jovens e adultos. Com essa mesma intenção, na década de noventa, a SME municipalizou a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ao mesmo tempo, criou o projeto *Vivendo e Aprendendo*, em parceria com as empresas privadas e públicas para alfabetizar os seus trabalhadores, realizando, assim, uma experiência pioneira em canteiros de obras da construção civil.

No quadriênio 89/92, foi redimensionada a política educacional da SME, tendo como prioridade oportunizar mais educação, melhor educação e educação mais democrática. Esses objetivos se materializaram na implementação de ações centradas na melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem; na melhoria da rede física escolar – expansão, recuperação e manutenção; na aquisição de equipamentos escolares; na ampliação do processo democrático da gestão escolar; na qualificação de recursos humanos e no redirecionamento da assessoria pedagógica às escolas municipais. Como apoio às ações de ensino, foram implementados e consolidados os serviços de merenda escolar; de livro didático; de saúde escolar e de mobilização cultural, direcionados aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Ainda focalizada na perspectiva de garantir um processo democrático, a SME sistematizou o Plano Municipal de Educação para o quadriênio 93/96, definido a partir de uma discussão coletiva, com os segmentos ligados à educação. Visando implementar uma

política educacional, pautada na Educação para a Cidadania, o Plano foi norteado para viabilizar quatro diretrizes: universalização das oportunidades educacionais; valorização dos profissionais da educação; equalização das oportunidades educacionais e melhoria dos padrões de gestão educacional.

Com vistas a materializar as metas propostas nesse Plano, foram implementados os programas de *Combate à Repetência e Evasão*; o projeto de auto-gestão escolar – *Escola Cidadã*, com a participação efetiva dos Conselhos de Escola e o programa de *Valorização do Profissional de Educação*, através da capacitação permanente.

No contexto dos compromissos da Conferência Mundial de Educação, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, realizada em Jomtien - Tailândia, em 1993, foi instituída a Década da Educação que preconiza Educação para todos, fundamentada em quatro pilares: Aprender a Aprender, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Conviver com os Outros. No Brasil, mobiliza-se uma ampla discussão, com a sociedade civil e com o Congresso Nacional, que culmina com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa Lei *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e confere* à União, responsabilidade na elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

No município de Natal, foi elaborado o Plano Municipal de Educação previsto para o período 1998 a 2001. Este Plano sistematizou uma política educacional centrada em quatro linhas de ação: universalização da escola básica; melhoria da qualidade da escola; valorização profissional e melhoria dos padrões de gestão. Essa política foi implantada e implementada através de ações que subsidiaram a eficácia e a melhoria da qualidade da educação no Sistema de Ensino do Município de Natal.

Com a perspectiva de estabelecer diretrizes educacionais para a educação brasileira, foi instituído o Plano Nacional de Educação – PNE, através da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Esse instrumento delegou competência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para elaborarem, também, seus Planos Decenais de Educação, com a mobilização de instituições políticas, educacionais, civis e sindicais, sob a gestão das esferas públicas.

Dessa forma, foi elaborado o Plano Municipal de Educação de Natal – PME, para o período 2003 a 2012, apoiado na referência legal do PNE, na análise situacional do ensino municipal de Natal e nos resultados das discussões realizadas com a participação de representantes de entidades civis, políticas e educacionais, definindo quatro grandes metas:

- . Universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- . Melhoria da qualidade do ensino;
- . Ampliação e melhoria da rede física;
- . Valorização Profissional.

## **2.2 Aspectos Políticos**

Os dirigentes da Educação Municipal consideram que a dimensão do Plano Municipal de Educação, constituído a partir de uma reflexão coletiva, é de fundamental importância por se tratar de um conjunto de princípios gerais que irá nortear as ações educacionais gerenciadas pela SME, sendo necessário, como desdobramento, garantir – por lei – a viabilização dos recursos e a sua adequação às especificidades das Unidades Gestoras.

No referido plano, foram definidas prioridades e estabelecidas as seguintes metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo, por níveis de ensino:

### **Educação Infantil**

1. Ampliar a oferta de vagas para a Educação Infantil de zero a cinco anos, atendendo:
  - . 30% da população infantil de zero a três anos, em até 5 anos e 50%, em até 10 anos;
  - . 50% da população infantil de quatro a cinco anos, em até 5 anos e 80%, em até dez anos.
2. Firmar parcerias e convênios, anualmente, com instituições de ensino para o atendimento ao excedente da Educação Infantil da rede municipal; respeitando os padrões de qualidade.
3. Assegurar, com base nas diretrizes nacionais, a incorporação gradativa das creches municipais à SME;
4. Construir e equipar cinco Centros de Educação Infantil, nas áreas de maior demanda populacional, com infra-estrutura adequada à faixa etária e aos portadores de necessidades educativas especiais, considerando:
  - . ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, as diferentes linguagens e o brincar;
  - . mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados às características das crianças dessa etapa de ensino.

5. Adaptar, em três anos, os prédios dos Centros de Educação Infantil e das escolas que possuem salas de Educação Infantil, conforme os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos pelos órgãos competentes;
6. Adquirir mobiliário, equipamentos adequados a um trabalho de qualidade na Educação Infantil;
7. Oferecer condições para a permanência da criança na Educação Infantil, garantindo:
  - . a aquisição, em até 3 anos, de materiais didático-pedagógicos e brinquedos adequados à proposta curricular;
  - . o estabelecimento de parcerias com outras secretarias, instituições e organizações da sociedade civil envolvidas no atendimento dos direitos e necessidades da criança em ações de: Assistência Social, Cultura, Lazer, Saúde, Trabalho e Justiça para manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças da Educação Infantil;
  - . a adoção progressiva do atendimento, em tempo integral, para as crianças de zero a cinco anos;
  - . a ampliação da merenda escolar, em quantidade suficiente, para todas as crianças da Educação Infantil, disponibilizando os recursos necessários de forma a atender às necessidades nutricionais de cada faixa etária.
8. Oferecer formação continuada a todos os educadores infantis, inclusive das escolas conveniadas, como mecanismo de atualização (PME, 2003, p. 20- 21).

### **Ensino Fundamental**

1. Universalizar, com equidade e qualidade, as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pleno do aluno;
2. Efetivar a expansão de matrícula no Ensino Fundamental para a população entre 6 e 14 anos, no prazo de 3 anos, em regime de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, da Cultura e dos Desportos do Rio Grande do Norte – SECD/RN;
3. Implantar, gradativamente, o ensino em tempo integral, como experiência piloto, em escolas da Rede Municipal de Ensino;
4. Fortalecer as parcerias entre as instituições públicas e privadas, abrindo espaço à participação da comunidade em atividades pedagógicas, sócio-culturais, artísticas e desportivas;

5. Assessorar a elaboração e a implementação da Proposta Pedagógica em 100% das escolas da rede municipal, até o 2º ano da execução do PME, devendo as escolas a serem criadas, elaborar ainda no primeiro ano de funcionamento, sua Proposta Pedagógica;
6. Regularizar o fluxo escolar, combatendo a repetência e a distorção idade/série, reduzindo em 50% esses índices, nos primeiros quatro anos de vigência do Plano;
7. Reelaborar e implementar as orientações curriculares para o Ensino Fundamental com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no prazo de dois anos;
8. Produzir, coletivamente, material didático-pedagógico contemplando aspectos teóricos, reflexão da prática e relatos de experiências;
9. Garantir a estrutura física das escolas e a sua manutenção, de acordo com os padrões mínimos de qualidade, atendendo à demanda e às necessidades pedagógicas;
10. Criar e implementar laboratórios de informática, bibliotecas e salas de leitura com acervos atualizados, em todas as escolas da rede municipal de ensino, até o final de 2006;
11. Estabelecer um processo de avaliação e monitoramento para as escolas da rede municipal de ensino com instrumentos capazes de diagnosticar e avaliar o ensino-aprendizagem;
12. Apoiar e incentivar as manifestações culturais e esportivas, mediante o desenvolvimento de projetos e atividades integrados ao currículo, que contemplem as diversas linguagens (PME, 2003, p. 25 – 26).

### **Educação de Jovens e Adultos**

1. Implementar o programa municipal de redução do analfabetismo, alfabetizando, em 5 anos, 50% da população analfabeta jovem e adulta e, em 10 anos, chegar ao analfabetismo zero;
2. Ampliar a oferta de vagas na Rede Municipal de Ensino, assegurando a continuidade de estudos aos egressos do programa Redução do Analfabetismo;
3. Realizar, em 2003, diagnóstico da população escolarizável, visando elaborar programa curricular compatível com as necessidades da população jovem e adulta;
4. Implantar propostas metodológicas diversificadas que atendam às necessidades de jovens e adultos, independentemente de sua disponibilidade de horário para frequentar as aulas, reduzindo os desperdícios da EJA;
5. Integrar os programas de Educação de Jovens e Adultos à programas de educação profissional, buscando parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, na perspectiva da formação permanente;
6. Incluir, sistematicamente, nas propostas pedagógicas, procedimentos metodológicos que envolvam atividades culturais, lúdicas e esportivas;

7. Assegurar à escola elaboração de materiais didático-pedagógicos compatíveis com a realidade dos alunos (PME, 2003, p. 30).

### **Educação Especial**

1. Assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes de ensino regular;
2. Implantar e dinamizar salas de apoio pedagógico com professor especializado e com recursos psicopedagógicos;
3. Criar, em 5 anos, centros especializados de atendimento aos portadores de necessidades especiais, constituído de uma equipe multidisciplinar - assistente social, psicólogo, psicopedagogo, arte-educador, fonoaudiólogo, psicomotricista, terapeuta ocupacional, neuropediatra, otorrino e fisioterapeuta - estabelecendo parcerias com ONGs e instituições das áreas de Saúde, Cultura e Assistência Social;
4. Implantar, até 2005, a educação bilíngüe para os surdos, garantindo, na rede municipal de ensino, intérpretes e instrutores de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
5. Garantir flexibilidade de carga horária, considerando os ritmos diferenciados de aprendizagem;
6. Assegurar ao educando com necessidades educativas especiais, que apresente déficit nos resultados de escolarização, a terminalidade do Ensino Fundamental e o seu encaminhamento para a educação profissional, através de histórico escolar que descreva as competências desenvolvidas;
7. Incluir os educandos com necessidades educativas especiais nas atividades e eventos culturais, científicos, artísticos e esportivos das escolas públicas e da comunidade;
8. Assegurar a eliminação das barreiras arquitetônicas, garantindo a acessibilidade aos espaços educativos;
9. Possibilitar parcerias com instituições da área de Saúde para atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais sem diagnóstico, que necessitam de exames, cirurgia e /ou acompanhamento especializado;
10. Fornecer, em cinco anos, material didático específico e auxílio óptico necessário para os portadores de necessidades educativas especiais;
11. Implantar, gradativamente, a partir do primeiro ano desse Plano, programas para atender aos alunos com altas habilidades nos aspectos artístico, intelectual e / ou psicomotor;
12. Equipar as escolas, em cinco anos, com salas de recursos para auxiliar o professor no atendimento ao portador de necessidades educativas especiais;

13. Garantir, em cinco anos, cursos de LIBRAS para alunos e familiares, em parceria com instituições não-governamentais (PME, 2003, p. 32-33).

Há previsão de articulação com setores de Saúde, Cultura e Assistência Social e com ONGs, principalmente no que tange à criação de Centros de Atendimento Multidisciplinar para acompanhamento especializado de alunos com n.e.e. e, também, para encaminhamento a Setores de Saúde com vistas ao diagnóstico, a consultas, exames e cirurgias, quando necessário.

### **2.3 Aspectos administrativos**

A educação, na rede municipal de Natal, é ministrada em 70 unidades escolares, envolvendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo dados contidos no Plano Municipal de Educação - 2003/2012, constatamos a existência de matrícula correspondente a 4.901 alunos de 0 a 3 anos, equivalente a 9,33% da demanda existente nesta faixa etária no município, em 2002.

Mesmo com a ampliação de ofertas de vagas, a rede municipal de Natal, em 2002, só atendeu a 20.653 alunos de 4 a 6 anos, o que correspondeu a um percentual de 49,57 %.

Esses dados revelam que ainda existe uma grande demanda que requer um esforço conjunto dos órgãos públicos e da sociedade civil, para universalizar o atendimento a esse nível de ensino.

O Plano Municipal de Educação – 2003/2012 considerou que a matrícula inicial no Ensino Fundamental, no ano de 2002, foi de 131.922 alunos e que a população escolarizável, nesse ano, na faixa etária de 7 a 14 anos, era constituída de 113.413 pessoas, verificando, assim, uma taxa de escolarização bruta da ordem de 116,32%, conforme tabela a seguir.

Esses dados apontam para uma sobrematrícula, ou seja, a existência de alunos com mais de 14 anos matriculados no Ensino Fundamental, o que indica a distorção idade/série. Da população escolarizável de 7 a 14 anos, acima mencionada, em 2002, foram matriculados 104.248 alunos, em todas as escolas de Natal, representando uma taxa de escolarização líquida de 91,92%, o que aponta para um déficit de 8,08% no atendimento a essa faixa etária.

**Tabela 3.** População de 7 a 14 anos, matrícula inicial, matrícula de 7 a 14 anos e taxa de escolarização bruta e líquida, do ensino fundamental. Natal/RN - 1998 A 2002

Ano	População de 7 a 14 Anos	Matrícula Inicial	Matrícula de 7 a 14 Anos	Taxa de Escolarização (%)	
				Bruta	Líquida
1998	117.447	149.491	107.196	127,28	91,27
1999	119.235	147.017	106.686	123,30	89,47
2000	109.988	148.126	106.443	134,67	96,78
2001	111.505	132.492	101.927	118,82	91,41
2002	113.413	131.922	104.248	116,32	91,92

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional

O atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais é realizado em 25 unidades escolares, que correspondem a 35,7% das escolas municipais existentes, nos seguintes níveis e modalidades de ensino:

- . Educação Infantil – a educação de pessoas com n.e.e. é oferecida, neste nível, na rede municipal, apenas na modalidade de classes regulares.
- . Ensino Fundamental – em classes regulares, com e sem salas de apoio pedagógico especializado.
- . Educação de Jovens e Adultos – em classes regulares, com e sem salas de apoio pedagógico especializado.

Nos níveis e modalidades de ensino citados encontram-se matriculados 484 alunos com necessidades educacionais, equivalente a 0,34% da matrícula do município, conforme dados da tabela a seguir.

Tal quadro demonstra que, embora haja uma preocupação do governo municipal em ampliar a oferta de educação para todos, incluindo nesse contexto as pessoas com necessidades especiais, aspecto que se evidencia nos documentos oficiais, a dificuldade, conforme situa Carvalho (2000), está mais na sua operacionalização, ou seja, na concretização das efetivas-ações de natureza prática.

**Tabela 4.** Matrícula por nível de ensino – SME/Natal/RN, 2002

<b>Modalidade</b>	<b>Nº de alunos matriculados em geral</b>	<b>Nº de alunos com N. E.E</b>
Educação Infantil (0 a 3 ANOS)	4.901	-----
Educação Infantil (0 a 4 ANOS)	20.653	14
Ensino Fundamental	104.248	433
Educação de Jovens e Adultos	11.873	37
<b>Total</b>	<b>141.675</b>	<b>484</b>

Fonte: SME/DPI – Censo Escolar 2003 – Dados Preliminares.

No tocante à contratação de recursos humanos, constatamos que, atualmente, todos os professores atuantes no sistema municipal de ensino são concursados. Os concursos ocorrem, periodicamente, em decorrência da necessidade de ampliação do quadro de docentes, frente à demanda.

Com relação à formação acadêmica dos educadores da rede municipal de ensino, segundo dados do PME (2004-2012), constatamos que 92,1% são graduados, o que caracteriza um quadro positivo em consonância com as exigências da LDB 9.394/96 para a formação inicial. Desse universo, 21,6 % têm Especialização, 1,6%, Mestrado e / ou Doutorado, restando apenas 7,9% habilitados em nível médio (Magistério).

Mesmo com esse nível acadêmico, a Secretaria Municipal de Educação considera que é fundamental a implementação de políticas de formação permanente e continuada que contemplem a relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem na transposição didática, condição para a melhoria da qualidade do ensino, pois é necessário que os educadores tenham perspectivas de crescimento profissional e continuidade do processo de formação.

No referido plano, constam os seguintes objetivos e metas referentes à formação dos profissionais de educação, inclusive no que tange ao atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais:

- Garantir, na rede municipal de ensino, a formação inicial, permanente e continuada do pessoal técnico e administrativo, tendo em vista a sua qualificação;
- Inserir, nos currículos e programas de formação permanente e continuada dos profissionais da educação, temas relacionados às diversas manifestações culturais, artísticas e religiosas dos vários grupos humanos;

- Garantir o afastamento para cursos de pós-graduação *strictu sensu*, sem prejuízo nos vencimentos dos profissionais;
- Criar mecanismos que estimulem os profissionais da educação a desenvolverem suas habilidades artísticas e culturais, apoiando sua participação em eventos científicos e sócio-culturais;
- Construir e dinamizar, no prazo de dois anos, um Centro de Referência para atender às necessidades estruturais, pedagógicas e administrativas da formação permanente e continuada, aprimorando o processo formativo dos profissionais da rede municipal de ensino;
- Garantir a participação dos profissionais da educação em eventos da área educacional, no âmbito local, nacional e internacional;
- Consolidar, no período compreendido entre 2003 a 2006, o programa de formação permanente e continuada para os educadores que atuam na rede municipal de ensino, oferecendo subsídios para a compreensão das novas concepções sobre desenvolvimento humano, ensino-aprendizagem e avaliação;
- Garantir o programa de formação permanente e continuada nas áreas de deficiência mental, auditiva, visual, altas habilidades e distúrbios da comunicação para os professores do ensino regular, incluindo cursos de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, BRAILE e SOROBÃ (PME, 2003, p. 36-37).

O papel do educador que atua no sistema municipal de ensino vem sendo repensado. Questionando: “o que é um profissional?”, o Documento “Ciclos de Formação – Caderno 1”, elaborado pela SME, situa, citando Toro (1996, p.30), que um profissional é

[...] uma pessoa que domina os conhecimentos, as habilidades, as competências, os instrumentos e os valores para resolver sistematicamente um problema importante para a sociedade [...] Qual é o problema importante que o educador tem que resolver para a sociedade? Certamente não será dar aula. O problema que ele deve resolver é um só: garantir que as crianças aprendam o que têm que aprender, no momento certo, e que o façam com felicidade. Essa é a nossa profissão.

Garantir, portanto, que todas as crianças aprendam, respeitando o seu ritmo próprio, as suas condições individuais é papel do educador. Assim, no que diz respeito à realização de programas de capacitação de educadores do ensino regular (generalistas) para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, além da previsão contida no PME – 2003-2012, existe, na Proposta do Ensino Especial da Rede Municipal de Ensino de Natal (1995), um dos objetivos específicos voltado para:

Proporcionar a fundamentação necessária ao corpo docente e equipe técnica das escolas e creches, através de cursos, seminários, núcleos de estudo, pesquisas e

discussões sobre o referencial teórico – metodológico relativo à área de educação especial. (p. 19)

E, na p. 20, constam das sete metas citadas no documento, duas referentes à formação dos profissionais da educação:

A promoção e capacitação em serviço para o professor ao nível de pré-escola e demais séries do 1º grau, nas áreas específicas das deficiências, bem como nas suas metodologias.

Promoção, através de encontros, do assessoramento técnico-pedagógico e administrativo, no sentido de fornecer um embasamento técnico-metodológico inerente aos novos princípios filosóficos norteadores do ensino especial.

Embora no PME e na Proposta do Ensino Especial<sup>5</sup> da SME exista essa preocupação com a formação permanente e continuada de profissionais de ensino para atendimento, em classes regulares, de educandos com necessidades educacionais diversas, não constam dos mesmos os conteúdos previstos para a capacitação dos educadores.

Há uma previsão para a realização de um programa de capacitação para os professores que estão atuando nas denominadas Salas de Apoio Especializado, recentemente implantadas em algumas escolas pólos da rede municipal (ver Quadro 1), para prestar apoio pedagógico aos alunos com necessidades especiais dessas e de outras escolas circunvizinhas, bem como aos seus professores.

Analisando o quadro 1, observamos que os alunos de 20 das 25 escolas poderão ser atendidos nessas Salas de Apoio Pedagógico, no entanto, ainda são em número reduzido para atendimento da demanda existente. Não existe essa modalidade de serviço educacional em escolas da zona sul.

Observamos, também, que – segundo informações da SME - embora os professores designados para atuação nas escolas acima situadas já tenham participado de alguns cursos de atualização promovidos nos últimos anos e todos já tenham experiência com educação de alunos com deficiência, em classes regulares, há intenção da instituição de aprimorar a sua formação com vistas a um atendimento mais adequado desses educandos. A estrutura e o conteúdo dos cursos previstos não puderam ser disponibilizados, pois ainda estão em fase de elaboração.

---

<sup>5</sup> O PME é um documento elaborado pelo município de Natal, em 2002, que contém um plano de ação para o período de 2003 a 2012, para a educação, de uma maneira ampla, envolvendo inclusive a Educação Especial. A Proposta de Educação Especial foi elaborada em 1995 (portanto, 7 anos antes) e destina-se exclusivamente à definição de diretrizes norteadoras da denominada Política de Educação Especial do Município.

**Quadro 1.** Escolas com Salas de Apoio Especializado -SME/2004

ESCOLAS PÓLO	ZONA	ÁREAS DE ABRANGÊNCIA	TURNO DE ATENDIMENTO
E.M. Amadeu Araújo	Norte	E.M. João Paulo II E.M. Stella Lopes	Matutino e Intermediário
E.M. Malvina Cosme	Norte	E.M. Santa Catarina E.M. Iapissara Aguiar E.M. Manoel Alves Landim E.M. Palmira de Souza	Matutino e Vespertino
E.M. Terezinha Paulino	Norte	E.M. Reginaldo Ferreira E.M. Erivan França E.M. Waldson Pinheiro	Matutino e Vespertino
E.M. Prof. Zuza	Oeste	E.M. Emília Ramos E.M. São Francisco de Assís E.M. Celestino Pimentel E.M. Luis Maranhão	Matutino e Vespertino
E.M. Chico Santeiro	Oeste	E.M. Angélica Moura E.M. N. S. das Dores E.M. Francisca Ferreira	Matutino e Vespertino
E.M. Juvenal Lamartine	Leste	E.M. Mário Lira E.M. Joaquim Honório E.M. João XXIII	Matutino e Vespertino

O município dispõe, ainda, de uma equipe técnica, sediada em âmbito central, composta por profissionais especializados em Educação Especial (ver quadro 2), que trabalha no assessoramento itinerante aos professores de todas escolas que atendem a educandos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, bem como na organização de eventos e ministração de cursos que visam ao acompanhamento e à atualização de profissionais atuantes no sistema. No entanto, essa equipe – apesar do esforço empreendido - tem se mostrado insuficiente para acompanhar sistematicamente os docentes das escolas onde existem alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, que se encontram distribuídas em toda a cidade.

Embora a SME venha realizando, nos últimos anos, uma ação de formação de docentes do ensino regular para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, envolvendo principalmente uma atualização teórico-metodológica sobre estratégias de ensino para atuação com educandos com deficiência (exs. curso de LIBRAS, de Braille, de uso do Sorobã, entre outros), e, no final de 2002, tenha realizado, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, alguns cursos de 180 horas/aula cada sobre a educação inclusiva de alunos com deficiência, que resultou na preparação de 120 docentes

atuantes em escolas regulares, verificamos que muitos professores da rede municipal ainda requerem capacitação específica para melhor atender a esses alunos.

**Quadro 2.** Demonstrativo da Equipe Técnica de Educação Especial – SME / 2004

<b>PROFISSIONAIS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ATUAÇÃO</b>
Clarinda M <sup>a</sup> V. Caldas Vasconcelos	Letras/ Especialista em Psicopedagogia e Deficiência Auditiva	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Fátima Maria da Silva	Pedagogia/ Especialista em Psicopedagogia e Psicanálise	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Luzia de Fátima A. de Oliveira	Pedagoga/ Especialista na área da Deficiência Auditiva / Mestra em Educação/ Doutoranda em Educação	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Luzia Guacira dos Santos Silva	Pedagoga/ Especialista na área da Deficiência Visual / Mestra em Educação/ Doutoranda em Educação	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Marli Rocha Medeiros Vargas	Licenciada em Letras/ Especialista na área da Deficiência Mental	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Maria das Graças Teixeira da Silva	Pedagoga/ Especialista na área da Deficiência Mental	Supervisão de escolas regulares / organização de eventos e ministração de cursos
Suely Suerda Lopes Xavier	Fonoaudióloga, com cursos de atualização nas áreas das Deficiências Auditiva e Visual.	Supervisão de escolas regulares que possuem alunos com n.e.e. incluídos
Maria Augusta Botelho Neta	Magistério em nível de II Grau	Instrutora de LIBRAS

Embora a SME venha realizando, nos últimos anos, uma ação de formação de docentes do ensino regular para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, envolvendo principalmente uma atualização teórico-metodológica sobre estratégias de ensino para atuação com educandos com deficiência (exs. curso de LIBRAS, de Braille, de uso do Sorobã, entre outros), e, no final de 2002, tenha realizado, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, alguns cursos de 180 horas/aula cada sobre a educação inclusiva de alunos com deficiência, que resultou na preparação de 120 docentes

atuantes em escolas regulares, verificamos que muitos professores da rede municipal ainda requerem capacitação específica para melhor atender a esses alunos.

No que diz respeito a um planejamento estratégico para implementação de adaptações de grande porte para atender às necessidades educacionais presentes no alunado, o município fez um levantamento sobre as reformas e adaptações físicas necessárias em 21 escolas, que já atendiam a educandos com n.e.e. Essas escolas foram alvo de um projeto encaminhado ao MEC, dentro do Plano de Trabalho Anual para 2004, que se encontra ainda em fase de apreciação pelo órgão competente. Quanto à aquisição de materiais permanentes e equipamentos que se façam necessários ao atendimento, ainda não existe, na SME, qualquer levantamento a respeito, para o presente exercício.

No tocante a critérios para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, a Resolução nº 01/96 do Conselho Municipal de Educação, situa alguns aspectos apenas quanto aos educandos com deficiência, ao destacar:

Art. 1º - o aluno portador de deficiência deve participar do sistema regular de ensino e este lhe garantir a integração através de situações educacionais em que seja visto enquanto sujeito do seu processo de ensino – aprendizagem e capaz de se autoconstruir mental, afetiva e socialmente.

Parágrafo único. É considerado portador de deficiência o aluno com déficits de ordem física, mental e sensorial que apresentam necessidades educativas especiais.

Art. 5º - o aluno portador de deficiência deve ser matriculado no mesmo período em que a escola matricula os demais alunos, garantido-lhe assim o acesso integrado ao ensino regular.

§1º. A sala de aula, na qual é matriculado o portador de deficiência, não deve ultrapassar o número de 20 (vinte) alunos.

§ 2º. Os alunos portadores de deficiência semelhantes devem ser matriculados na mesma sala de aula.

§ 3º. O número de alunos portadores de deficiência sensorial (auditiva ou visual), matriculados numa mesma sala, não deve ultrapassar de 4 (quatro). No caso de deficiência mental, podem ser matriculados até 2 (dois) alunos por sala.

§ 4º. A idade cronológica é um fator preponderante para a escolha da sala de aula onde o aluno que apresenta déficit intelectual é inserido, levando-se também, em consideração, os seus interesses pessoais.

Art. 6º. O ensino ministrado na sala de aula integrada com o portador de deficiência não sofre alterações quanto a currículos ou programas, sendo necessárias, no entanto, algumas adequações metodológicas quando se tratar de um aluno portador de deficiência sensorial (auditiva ou visual).

Existe um processo de encaminhamento de alunos que apresentam necessidades especiais das escolas regulares para a equipe central especializada da SME, que – por sua vez – encaminha o aluno, quando necessário, ao Centro Estadual de Educação Especial, ao Centro de Reabilitação Infantil do Governo do Estado e a outros setores da comunidade, com vistas ao diagnóstico e a atendimento complementar. Porém, esses procedimentos não estão

regulamentados na Resolução 01/96 do Conselho Municipal de Educação, nem na Proposta de Educação Especial ainda em vigor. Há, no entanto, uma intenção de reformulação dos citados documentos, onde tal aspecto será incluído.

Constatamos que o município não regulamentou o processo de elaboração e de acompanhamento da implementação do Plano Individualizado de Ensino (PEI), nem normatizou a flexibilização do processo de avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais, embora venha buscando seguir as orientações emanadas da SEESP/MEC.

Em termos financeiros, o município conta, até o presente momento, com recursos na ordem de R\$ 297.108,000 oriundos do Fundo Escola (FNDE/MEC/2004), para financiar a remoção de barreiras arquitetônicas existentes nas escolas. No orçamento Geral do Município estão previstos recursos para a Educação, de uma maneira ampla, envolvendo a capacitação de recursos humanos, aquisição de material de consumo, equipamentos, entre outros, que, no entanto, até a conclusão deste relatório (julho/2004), ainda não estavam garantidos.

### **2.3 Aspectos Pedagógicos**

O atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais ocorre em classes regulares da rede municipal de ensino, e esses alunos - como vimos - recebem apoio pedagógico em algumas salas de apoio, situadas em escolas pólos. Sua educação é assim estruturada:

- Educação Infantil – organizada em níveis;
- Ensino Fundamental – organizada em ciclos e séries (de 1ª a 4ª séries, em Ciclos; da 5ª a 8ª séries, em Séries);
- Educação de Jovens e Adultos – organizada em níveis (I, II, III, IV).

A avaliação da aprendizagem na rede municipal de ensino se processa da seguinte forma: na Educação infantil ocorre por meio do sistema de progressão automática; no Ensino fundamental, pela progressão continuada; na Educação de Jovens e Adultos, também, por meio da progressão continuada. No que diz respeito aos educandos que apresentam necessidades especiais há uma preocupação em avaliá-los e promovê-los observando as suas especificidades e os avanços ocorridos.

As orientações metodológicas e didáticas nos três níveis de ensino - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – baseiam-se na abordagem sócio-histórica.

Há orientação da Secretaria Municipal de Educação para elaboração de um Projeto Político-Pedagógico pelas escolas, e essas têm autonomia para propô-lo. Neste, todos os serviços oferecidos na escola, bem como as ações de apoio deveriam ser contempladas. No entanto, nem todas as escolas dispõem, ainda, deste instrumento de ação.

Existem orientações da parte da equipe técnica especializada quanto à adequação de atividades frente às necessidades dos alunos e quanto à redução de horários de permanência dos mesmos na classe (se necessário), porém, não estão oficializadas pelo sistema, ou seja, não constam em Resolução do Conselho Municipal de Educação.

Nesta resolução estão contidas, porém, orientações relativas: à instituição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua do aluno surdo, devendo a Língua Portuguesa se constituir na segunda língua na avaliação da produção escrita do aluno; ao apoio do sistema Braille para os alunos cegos, na leitura e escrita; a uma sistemática de apoio aos deficientes físicos, face aos seus eventuais limites motores; à observância da idade cronológica, maturidade física e social, experiência de vida e aprendizagem, no que diz respeito à avaliação de alunos com déficits intelectuais; ao respeito aos limites impostos pela deficiência, na avaliação de alunos que apresentam deficiência múltipla.

Como foi anteriormente relatado, vários cursos já foram realizados para preparar os docentes, principalmente no que diz respeito ao ensino da LIBRAS, inclusive, a SME dispõe de instrutor surdo que se encarrega de ministrar tais cursos, em parceria com profissionais especializados na área.

### **3 Confronto entre a Educação Ministrada nas Redes Municipal e Estadual, em Natal**

Ao buscarmos confrontar os dados de atendimento de educandos com n.e.e. no ensino regular, na rede municipal, com os dados da rede estadual, ou seja, comparar a parcela de responsabilidade assumida por essas duas esferas de governo no que se refere à universalização do acesso à educação de parte dos municípios que possuem necessidades especiais, observamos que o atendimento educacional a esse segmento da população ainda se processa de maneira restrita: o Governo Estadual, que desenvolve um trabalho neste campo

educacional, em Natal, desde 1972, atende a um total de 764 alunos no Ensino Fundamental e o Governo Municipal a 433 alunos<sup>6</sup>, conforme registram as tabelas 5 e 6.

**Tabela 5.** Número de alunos com necessidades especiais matriculados no ensino fundamental, nas escolas estaduais – 2003

Zona Residencial	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	Altas habilidades	Condutas Típicas	Outras N.E.E	Sub-total
Zona Leste	5	143	15	76	15	0	15	21	290
Zona Oeste	4	17	22	44	11	0	83	39	220
Zona Sul	0	9	7	31	19	0	7	7	80
Zona Norte	10	14	14	60	8	0	46	22	174
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>183</b>	<b>58</b>	<b>211</b>	<b>53</b>	<b>0</b>	<b>151</b>	<b>89</b>	<b>764</b>

Fonte: Dados de matrícula. SUESP/SEC/RN/2003.

**Tabela 6.** Número de alunos com necessidades especiais matriculados no ensino fundamental, nas escolas municipais – 2003

Zonas	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	Altas habilidades	Condutas Típicas	Outras N.E.E	Sub-total
Zona Leste	1	3	3	16	1	0	10	20	54
Zona Oeste	3	15	6	64	4	0	6	29	127
Zona Sul	1	4	0	23	0	0	10	1	39
Zona Norte	3	28	17	69	12	0	9	75	213
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>50</b>	<b>26</b>	<b>172</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>125</b>	<b>433</b>

Fonte: Dados de Matrícula SME. 2003

Nessas duas esferas governamentais, no Ensino Fundamental, há predominância da matrícula de alunos com deficiência mental (Estado: 211 alunos; Município: 172 alunos). Aparece, também, um número significativo de alunos com: deficiência auditiva (Estado: 151; Município: 50 alunos); condutas típicas (Estado: 151 alunos; Município: 35); outras

<sup>6</sup> Não tivemos acesso a esse tipo de detalhamento nos demais níveis de ensino, no governo estadual, de forma permitir estabelecer um paralelo, de forma mais ampla.

necessidades especiais não especificadas (Estado: 89 alunos; Município: 125). Não existe qualquer atendimento a educandos que apresentem altas habilidades.

Constatamos, ainda, no tocante à rede municipal de Natal, que não há alunos cegos incluídos em classes regulares, apenas alunos com visão subnormal. Os alunos cegos, que estão no primeiro nível do Ensino Fundamental, são geralmente atendidos no Instituto de Cegos do Rio Grande do Norte, instituição particular, sem fins lucrativos, que é conveniada com os governos estadual e municipal. A partir da 5<sup>a</sup> série são encaminhados para a escola regular, onde são atendidos em classes regulares da rede estadual, com apoio de professores itinerantes.

De maneira geral, os alunos com n.e.e. são atendidos, predominantemente, em classes regulares. No sistema estadual ainda existem algumas classes especiais para atendimento de educandos surdos, nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nas demais áreas, todos os alunos são atendidos em classes regulares, com ou sem apoio especializado.

A rede municipal de Natal, desde 1994, busca empreender a inclusão de alunos com n.e.e em classes regulares. Antes deste ano não havia qualquer tipo de atendimento a esses educandos em escolas municipais. Conforme dados de Castro (1997), a proposta do Ensino Especial da Rede Municipal de Natal foi elaborada no período de 1993/94, quando a discussão em torno da segregação escolar nas classes especiais já havia avançado bastante no meio educacional de Natal, expressando a intenção de contribuir para eliminar a segregação das pessoas com deficiência nas escolas. O seu texto explicita a necessidade de uma redefinição da Educação Especial na sua essência e visa uma redefinição dos objetivos de uma modalidade de ensino.

A manutenção da mesma denominação – Educação Especial – no texto da Proposta, segundo ressalta a autora, não significa que se esteja de acordo com sua concepção tradicional. A concepção de educação especial definida pela Proposta refere-se à criação, na rede municipal de ensino, de condições para que as suas escolas possam atender a todos os alunos, ou seja, aos alunos com ou sem deficiências, nas salas de aula.

### **Considerações Finais**

A partir da investigação empreendida, pudemos constatar que a Secretaria de Municipal de Educação de Natal tem buscado, desde 1994, enfrentar o desafio de promover a inclusão de alunos com necessidades especiais em suas escolas. Tal esforço decorreu das pressões sociais, dos avanços nos estudos e discussões realizadas sobre desenvolvimento humano e

aprendizagem, em âmbito local, como também do reconhecimento legal dos direitos sociais dessa parcela da população, assegurados na: Constituição Federal Brasileira de 1988; Lei Federal nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio a pessoas com deficiência, no tocante a sua integração social, e que assegura o pleno exercício dos seus direitos individuais; Lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação, contemplando 27 objetivos e metas para a Educação Especial; Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, entre outros documentos e leis.

Com base neste conjunto legal, o Sistema de Ensino do Município de Natal adotou a política de inclusão, regulamentada pela Resolução nº 01/96, do Conselho Municipal de Educação, tendo por princípio o direito de todos à educação escolar e a concepção de que todos são capazes de aprender, embora em ritmos diferenciados.

Além da inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes de ensino regular, a Secretaria Municipal de Educação providencia o encaminhamento desses alunos, quando necessário, para instituições conveniadas ou governamentais, que oferecem acompanhamento especializado, de acordo com as necessidades específicas. Mesmo sendo adotadas essas providências, o acompanhamento especializado nem sempre é satisfatório, em virtude da insuficiência de vagas nas instituições para esse fim, de um maior entrosamento dos diversos setores públicos, bem como da ausência de uma orientação mais sistemática às famílias sobre as possibilidades de desenvolvimento do filho.

Embora a SME esteja envidando esforços no sentido de ampliar a sua oferta de vagas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, observamos que, no Plano Municipal de Ensino, as diretrizes e metas relacionadas às pessoas com necessidades especiais ainda são apresentadas de maneira separada, relacionada apenas à Educação Especial, sem estarem inseridas nos diversos níveis de ensino, em coerência com sua proposta inclusiva.

No que tange à formação dos profissionais da educação e à valorização do magistério, no entanto, observamos que existem diretrizes e metas gerais que visam assegurar o aperfeiçoamento profissional, através de cursos voltados para a compreensão de novas concepções sobre desenvolvimento humano, ensino-aprendizagem e avaliação, com vistas ao atendimento de **todos** os educandos, assim como algumas diretrizes que buscam garantir, especificamente, um programa de formação permanente e continuada de professores do ensino regular para atuar com educandos que apresentam necessidades especiais.

A educação a esses educandos, nos vários níveis de ensino, processa-se em classes regulares, porém, tal atendimento ainda está bem aquém das reais necessidades dos municípios, atingindo apenas 35,7% das unidades escolares. Somente com um programa intensivo de orientação às famílias e de preparação de profissionais atuantes nas classes regulares, poderá haver uma procura mais efetiva pela escola regular e uma revisão das práticas desenvolvidas pelos docentes, identificando-se barreiras que os impedem de: conhecer melhor cada educando sob sua responsabilidade; especializar-se nele; investir - de maneira mais adequada - em seu processo de ensino-aprendizagem, trazendo, como uma das conseqüências, a ampliação da matrícula.

Urge, também, uma ampliação na equipe técnica que presta assessoramento às escolas e da equipe de profissionais sediados nas salas de apoio especializados em unidades escolares, objetivando oferecer maior acompanhamento aos alunos e professores, no tocante ao desenvolvimento de estratégias que viabilizem a superação de possíveis dificuldades no processo de aquisição do conhecimento e de inclusão social.

### **Referências**

- CARVALHO. Rosita Edler. *Temas em Educação Especial*. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- CASTRO, Maria Antonieta Brito de. *Inclusão escolar: das intenções à prática*. Um estudo da implantação da Proposta de Ensino Especial da rede Municipal de Natal. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/SP. 1997.
- IBGE. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. Perfil Municipal – RN. 2001.
- NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. *Plano Municipal de Educação – 2003/2012*.
- NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Ensino. *Proposta do Ensino Especial da Rede Municipal de Ensino*. Natal, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Ciclos de Formação - Caderno 1*. Natal, 2001.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Especial do Meio Ambiente. *Conhecendo melhor a nossa cidade Natal*. Natal, 2003.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. *Censo Escolar 2003*. Natal, 2003.
- \_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. *Resolução nº 01/96*. Natal, 2003
- RIO GRANDE DO NORTE. Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. *Anuário estatístico do Rio Grande do Norte*. Natal, 2003.
- Site [www.natal.rn.gov.br/sectur/index.php](http://www.natal.rn.gov.br/sectur/index.php) <acessado em 28/05/2004>.

## **Construção da educação inclusiva: a situação de Campo Grande - MS\***

### **Responsáveis pela Pesquisa**

Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira – Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação – CCHS/UFMS. Federação Nacional das APAEs/APAE – Campo Grande

Nesdete Mesquita Corrêa - Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação – CCHS/UFMS. Secretaria Municipal de Educação – PMCG/ UEMS/UNAES

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar - Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação – CCHS/UFMS

### **Introdução**

O presente trabalho é um desdobramento do estudo apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPEd, em que foi discutida a situação de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas cinco regiões brasileiras, através da análise da legislação existente. Naquele momento, percebeu-se a diversidade de interpretações dos documentos nacionais, em especial da LDB/96 e das Diretrizes da Educação Especial para o Ensino Básico, propostas através da Resolução 02/01 CNE-CEB. Decidiu-se, então, verificar "mais de perto" a efetivação das políticas adotadas nos município.

Ressalta-se que, desde a Constituição Federal de 1988, com o movimento de descentralização, os municípios tornaram-se responsáveis diretos pelo oferecimento do Ensino Fundamental, como explícito nos *Referenciais para Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos* propostos pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC:

Desde essa data, cada município adquiriu o poder de, tendo como parâmetros as políticas nacionais e estaduais, analisar sua realidade local e decidir como se caracterizarão os serviços que serão disponibilizados para sua população. (BRASIL, 2003, p.20).

---

\* Para a realização deste trabalho, contamos com a valiosa colaboração de muitas pessoas. Em especial, gostaríamos de agradecer as informações gentilmente cedidas pelos Professores Maria Nilene Badeca da Costa, Secretária Municipal de Educação, Rosely Gayoso, Vanusa Theodoro de Souza, Tânia Maria Filiú de Souza e Gandhi Winclker – Secretaria de Educação do Município de Campo Grande e Professora Doutora Alexandra Ayache Anache – UFMS.

Nesse contexto, apresenta-se o município de Campo Grande, MS, pela região Centro-Oeste. A escolha deste município deve-se aos seguintes fatores: a existência de grande documentação referente à situação sócio-econômica da região<sup>7</sup>, a existência de Programas de Pós-Graduação em Educação, desde o final da década de 1980, o que tem possibilitado o desenvolvimento de dissertações sobre Educação Especial na região, e ainda a proximidade com a equipe de pesquisadores, que desenvolveu esta pesquisa sem recursos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados documentos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, informações cedidas pela Secretaria Municipal de Educação, entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Educação, análise de trabalhos acadêmicos realizados na região e a memória dos autores deste texto, que acompanharam, em diferentes momentos e de diversas formas, a construção dos serviços de Educação Especial neste município.

## **1 Caracterização do Município**

### **1.1 Caracterização Populacional**

O município de Campo Grande<sup>8</sup> está localizado geograficamente no centro de Mato Grosso do Sul, ocupando 2,26% da área total do Estado. Sua população, segundo dados do CENSO de 2000 é de 663.621 habitantes, o que representa 31,94% da população do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um município urbano com apenas 4.897 habitantes vivendo na zona rural (aproximadamente 7% da população total) (Tabela 1).

Da população geral, o CENSO de 2000 registrou cerca de 84.186 pessoas com ao menos uma deficiência declarada. Esse número equivale à, aproximadamente, 12,7% da população total. Abaixo (Tabela 2), vê-se a tabela de pessoas que declararam possuir deficiências.

A população infantil do município (0 a 14) é de 188.792, que corresponde à aproximadamente 28,4% da população.

---

<sup>7</sup> O município de Campo Grande tem publicado anualmente o Perfil Socioeconômico de Campo Grande, com dados referentes a diferentes setores da cidade.

<sup>8</sup> O município está há oito anos sob a administração de André Puccinelli, do PMDB.

**Tabela 1.** População de Campo Grande, por faixa etária.

<b>Censo 2000</b>			
<b>Grupo de idade</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
0-4	30.207	29.163	59.370
5-9	32.215	31.356	63.571
10-14	33.518	32.333	65.851
15-19	34.450	35.061	69.511
20-24	31.829	33.417	65.246
25-29	27.760	29.984	57.744
30-34	26.044	28.206	54.250
35-39	24.485	28.082	52.567
40-44	20.973	23.335	44.308
44-49	16.733	18.791	35.524
50-54	13.097	14.316	27.413
55-59	9.469	10.582	20.051
60-64	7.583	8.646	16.229
65-69	5.558	6.484	12.042
70-74	3.842	4.721	8.563
75-79	2.494	3.057	5.551
80 e mais	2.446	3.384	5.830
Idade ignorada	0	0	0
<b>Total</b>	<b>322.703</b>	<b>340.918</b>	<b>663.621</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1960, 1991, 2000 e Contagem da população de 1996.

**Tabela 2.** População residente, por tipo de deficiência, no município de Campo Grande e no Estado de Mato Grosso do Sul – 2000

<b>Tipos de deficiência</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Campo Grande</b>
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	285.077	84.186
Deficiência mental permanente	31.120	9.034
Deficiência física (1)		
- tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	11.657	3.802
- falta de membro ou de parte dele	6.298	1.854
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	198.358	56.168
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	64.948	19.872
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	83.704	25.982
Nenhuma destas deficiências (2)	1.776.018	575.783

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 – Primeiros Resultados da Amostra

Nota: as pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

(1) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar.

(2) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.

## 1.2 Situação Sócio-Econômica do Município

O município de Campo Grande tem sua economia calcada principalmente no setor terciário, no entanto, há atividades em todos os setores. No setor primário, há 2.437 propriedades rurais, de pecuária (abate, reprodução e cria/engorda) e agricultura (arroz, milho, soja, mandioca e trigo). No setor secundário, registra-se o núcleo industrial, prioritariamente de indústrias de beneficiamento da produção do estado (óleo vegetal, adubo, ração, couro e peles, frango, peixe, madeira, fertilizantes, etc.). O conglomerado de comércio, serviços e bancos constitui o setor terciário. O município é responsável por 25,75% do ICMS arrecadado no estado, sendo os setores de comércio e serviços os maiores contribuintes (PLANURB, 2004, pp. 72 e 73).

A população de Campo Grande recebe um salário nominal médio mensal de R\$ 970,62, (IBGE, 2000). Possui cerca de 13,67% de responsáveis domiciliares de sua população com rendimento nominal mensal até um salário mínimo. Grande parte dos domicílios (cerca de 61,5%) tem como responsáveis pessoas que recebem entre 01 e 05 salários mínimos. Somando-se às famílias que recebem até 01 salário mínimos e as que se declararam "sem renda", Campo Grande possui 71% das pessoas responsáveis pelos domicílios recebendo até 5 salários mínimos.<sup>9</sup>

O Índice de Desenvolvimento Humano do município tem subido desde 1991, sendo que atualmente é 0,814, considerado pelo PNUD como uma pontuação que o classificada como uma cidade de alto desenvolvimento.<sup>10</sup>

**Tabela 3.** IDH de Campo Grande 1991 e 2000.

Anos	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH Renda	IDH Educação	IDH Longevidade
1991	0,770	0,737	0,857	0,717
2000	0,814	0,771	0,915	0,757

Fonte: PLANURB, 2004.

<sup>9</sup> Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – Ministério das Cidades, In PLANURB, 2004.

<sup>10</sup> Para cálculos do IPEA-PNUD, países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

## 2 Educação no Município

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, considerando-se a pré-escola, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e a Educação profissional, no ano de 2003, o município contava com 411 estabelecimentos de ensino, sendo 1 federal, 92 estaduais, 85 municipais (8 rurais) e 233 particulares.

Em relação ao número de alunos matriculados, têm-se 210.846 matrículas registradas, sendo 169.177 em instituições públicas (80,3%) e 41.669 (19,7%) em instituições particulares, conforme quadro abaixo (referente a matrículas em 2003), como exposto na Tabela 4:

**Tabela 4.** Matrículas em 2003, por dependência administrativa

<b>Instituição</b>	<b>Nº. de alunos matriculados</b>
Estado	92.882
Federal	930
Municipal	75.365
Particular	41.669
<b>Total</b>	<b>210.846</b>

Fonte: Estatística/COPROP/SUPAE/SED *apud* Planurb, 2004.

Os maiores problemas existentes nas escolas do município de Campo Grande são a evasão e a distorção idade/série. Nas escolas da rede municipal, 15,91% dos alunos do Ensino Fundamental têm idade incompatível com a escolaridade (PMCG/SEMED, 2004, p.11). Segundo a Secretaria Municipal de Educação, este índice deve-se ao retorno de crianças evadidas para as escolas e reprovações. Além desses problemas, a Secretaria ainda aponta o baixo desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática.

### 2.1 Propostas e Diretrizes da Educação no Município

Com o objetivo de contornar esses problemas e chegar a um patamar adequado de educação, a Secretaria Municipal tem definida uma Política Educacional, dividida em duas partes. A primeira identifica os "Desafios da Educação Municipal" e a segunda traça as "Diretrizes Escolares".

A fim de cumprir os compromissos identificados como "Desafios da Educação Municipal" a Secretaria definiu seis linhas de ações:

1. Valorização dos recursos humanos da educação;
2. Garantia do acesso e permanência do aluno na Rede Municipal de Ensino com sucesso;
3. Elevação dos padrões de qualidade do ensino da Rede Municipal;
4. Fortalecimento da Gestão Escolar;
5. Estímulo à cultura do planejamento;
6. Instituição do Sistema Municipal de Avaliação.

Dentro da linha de ação "Garantia do acesso e permanência do aluno na Rede Municipal de Ensino com sucesso", o texto explicita a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais em um item específico, como pode ser observado abaixo:

[...] garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil e no ensino fundamental, pela implementação de programas específicos de atendimento a alunos, orientações aos pais, qualificação de professores, adaptação ao ambiente escolar. (PMCG/SEMED, 2004, p.20).

A preocupação com os alunos com necessidades educacionais especiais está explícita, também, no item "Elevação dos Padrões de Qualidade". Segundo esse documento, as diretrizes da Secretaria para esse eixo envolvem, entre outras, a "inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular, com acompanhamento necessário" (PMCG/SEMED, 2004, p.22).

Na segunda parte do documento, nas "Diretrizes Educacionais", a atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais volta a ser lembrada, na garantia de matrícula tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e na previsão de adequação do espaço físico para tal fim.

## **2.2 Os Diferentes Níveis de Educação no Município de Campo Grande**

Com o objetivo de ter um panorama do atendimento educacional no município, abaixo estão apresentados aspectos da educação nos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

### **2.2.1 Educação Infantil**

A Educação Infantil oferecida pela Secretaria de Educação do Município tem início aos 4 anos, pois, no município, o serviço público municipal de Creches, ainda está sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, que conta 52 instituições. Abaixo, tem-

se o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, contabilizando creches e pré-escolas.

**Tabela 5.** Matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa

<b>Dep. Administrativa</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo diário</b>	<b>Nº. de alunos</b>
Municipal	0-6	8 horas	7.210
Municipal/parcerias	0-6	8 horas	605
ONGs	0-6	8 horas	1.708
Estadual	0-6	8 horas	3.230
Domiciliar/voluntário	0-6	8 horas	195
ONGs	3-6	4 horas	373
Municipal	4-6	4 horas	8.211
Estadual	4-6	4 horas	2.272
Particular	4-6	4 horas	7.252
<b>Total</b>	<b>----</b>	<b>-----</b>	<b>31.056</b>

Fonte: PLANURB, 2004.

Especificamente, na Rede Municipal de Ensino (REME), existem 182 turmas de educação pré-escolar (4 –6 anos), sendo que 90% dos docentes possuem formação em nível superior e 10% estão cursando o ensino superior.

### 2.2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental no município de Campo Grande é servido por escolas municipais, estaduais, federais e privadas (ONGs e particulares). Grande parte das matrículas está sob a responsabilidade das escolas públicas, como pode ser verificado abaixo:

**Tabela 6.** Matrículas em 2003, no Ensino Fundamental, por dependência administrativa

<b>Instituição</b>	<b>Nº. de alunos matriculados</b>
Estado	44.925
Federal	494
Municipal	65.950
Particular	20.190
<b>Total</b>	<b>131.559</b>

Fonte: PLANURB, 2004 e CENSO Escolar 2003.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, as matrículas nas escolas municipais tiveram um crescimento de mais de 50% nos últimos anos (c.f. PMCG/SEMED, 2004), de modo que, em 2003, das matrículas no Ensino Fundamental em Campo Grande, a Rede

Municipal representou mais de 50%.

A rede de ensino municipal está organizada por divisão em séries, com recuperação paralela. Está previsto o processo de reclassificação, exceto para a primeira série. Esse processo deve ser utilizado para acelerar os estudos, para alunos com atraso escolar (de 2 ou mais anos em relação a idade-série), aproveitar estudos concluídos com êxito pelo aluno, propiciar avanços para o aluno com características especiais, o qual comprove competência para cursar a fase de estudo superior àquela em que se encontra, e em situações de alunos provenientes de outras organizações curriculares (períodos semestrais, ciclos, etc.), conforme deliberado pela Resolução SEMED n. 49 (Art. 3). Já as escolas da rede estadual oferecem a educação em sistema de ciclos, para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

### 2.2.3 Ensino Médio

As matrículas no Ensino Médio, em Campo Grande, são de responsabilidade das instituições de ensino das redes estadual, federal e privada. O acesso e permanência na escola, apontados com problemas da rede escolar em Campo Grande e enfocados na Política Educacional do município, evidenciam-se na redução do número de matrículas no Ensino Médio em relação às matrículas do Ensino Fundamental. Enquanto no Ensino Fundamental encontra-se a relação de 131.559 matrículas para uma população de 129.422 crianças de 5 a 14 anos, no Ensino Médio tem-se 40.952 matrículas para 69.511 adolescentes entre 15 e 19.

**Tabela 7.** Matrículas no Ensino Médio, por dependência administrativa, em 2003

<b>Instituição</b>	<b>Nº. de alunos matriculados</b>
Estado	31.423
Federal	436
Municipal	-----
Particular	9.093
<b>Total</b>	<b>40.952</b>

Fonte: PLANURB, 2004 e CENSO Escolar 2003.

### 2.3 Professores

Campo Grande conta com um quadro docente de 11.231 professores, em todos os níveis e modalidades (da Educação Infantil ao Ensino Médio), seguindo a seguinte distribuição:

**Tabela 8.** Número de docentes, por nível de atuação e dependência administrativa<sup>11</sup>

Dep. Administrativa	Pré-escola	Funda-mental	Ensino Médio	Jovens e Adultos	Educ. Especial	Educ. Profissional	Total
Federal	-----	42	43	-----	-----	-----	85
Estadual	105	2.169	1.395	560	91	181	4.501
Municipal	520	2.826	-	66	32	-	3.443
Particular	537	1.466	775	126	168	130	3.202
<b>Total</b>	<b>1.162</b>	<b>6.503</b>	<b>2.213</b>	<b>752</b>	<b>290</b>	<b>311</b>	<b>11.231</b>

Fonte: Estatística/COPROP/SUPAE/SED *apud* PLANURB, 2004.

Os 3.443 professores da rede municipal contam com um programa de capacitação continuada, prevista na política educacional municipal e que ocorre constantemente. Nessas capacitações há com certa frequência cursos para professores com temas de educação especial, por ex.: Educação para alunos com Deficiência Mental, LIBRAS, Curso para intérprete, Informática para alunos com Deficiência Visual, Curso de Braille, etc. Esses cursos têm carga horária que variam entre 8 e 120 horas.

Apesar dos cursos de capacitação, ainda encontra-se resistência, pelos professores, em relação à matrícula de alunos com deficiências nas salas do ensino regular. Cesco (2001), em pesquisa que analisava a formação do Curso de Pedagogia de uma Universidade pública em Mato Grosso do Sul, que tem como prioridade a formação de professores, concluiu que as ações que visam à formação de uma escola inclusiva são insipientes. Cordeiro (2003) confirma essa avaliação, ao desenvolver uma pesquisa sobre a visão dos professores de Campo Grande a respeito da "educação inclusiva". Em seu trabalho, o autor verificou que uma das maiores dificuldades relatadas pelos professores refere-se à sua formação que não proporciona conhecimento de formas eficazes de trabalho com o aluno.

De modo geral, o município tem professores suficientes para atender às redes, mas as salas de aula da rede pública ainda são numerosas, com cerca de 35 a 40 alunos por sala. Situação diferente é encontrada nas escolas particulares: enquanto na rede pública 8.029 professores atendem 214.626 alunos (numa relação de quase 28 alunos/professor), na rede particular, 3.202 professores atendem 41.957 alunos (relação de 13 alunos/professor).

<sup>11</sup> Segundo o PLANURB (2004), o mesmo docente pode atuar em mais de um nível ou modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

### 3 Educação Especial no Município de Campo Grande

O atendimento às pessoas com deficiências, na cidade de Campo Grande, iniciou-se a partir de ações particulares com a implantação do Instituto para Cegos 'Florivaldo Vargas' em 1958 (c.f. ANACHE, 1994) e, posteriormente, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em 1971 (c.f. BRASIL, 1975). No final da década de 1970, há a implantação de algumas classes especiais em escolas estaduais. Com a divisão do estado de Mato Grosso e a criação do estado de Mato Grosso do Sul<sup>12</sup>, a cidade foi transformada em capital do estado. Anache (1994) relata que, em 1981, foi aprovada a estrutura da Secretaria Estadual de Educação, com a Diretoria de Educação Especial, que direcionou o atendimento educacional aos alunos com deficiências e superdotados e impulsionou a ampliação dos serviços. Durante a década de 1980 foram implantados o Centro de Atendimento ao deficiente da Áudio-Comunicação – CEADA, o Centro Regional de Assistência Médico-psicopedagógica e Social – CRAMPS e classes especiais em várias escolas estaduais no município.

É importante registrar que em fins dos anos de 1980 e início de 1990, ocorreu, nas escolas públicas estaduais de Mato Grosso do Sul, um movimento de fechamento das classes especiais e implantação de salas de recursos, atendimento que hoje predomina como serviço de Educação Especial na rede pública.

A história da Educação Especial da rede municipal é bastante recente. Data de 1988 a implantação de uma Equipe Multiprofissional na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, composta por assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, professora especializada em deficiência visual e orientador educacional, para atendimento da rede municipal. Os alunos com suspeita de deficiência eram detectados pela equipe e encaminhados para atendimento nas instituições especializadas existentes no município (APAE, Pestalozzi, Colibri, com atendimento para autistas, Instituto Sul-Matogrossense para Cegos 'Florivaldo Vargas' - ISMAC, Centro de Atendimento ao deficiente da Áudio-Comunicação - CEADA) e nas classes especiais e salas de recursos da rede estadual. Essa equipe pertencia à Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE).

Em 1993, há a mudança da Equipe Multiprofissional para o Departamento de Ensino. O serviço passou a ser denominado de *Núcleo de Educação Especial*, com subdivisões da equipe profissional por área de deficiência (Deficiência Auditiva - DA, Deficiência Mental - DM, Deficiência Visual - DV, Deficiência Física - DF), porém ainda sem oferecimento de

---

<sup>12</sup> O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei complementar n. 31 em 11 de outubro de 1977 e instalado em 1 de janeiro de 1979. Para referências, ver Anache, 1994.

serviços de apoio na Rede Municipal de Ensino.

Em 1994, ocorre alteração do nome do setor para *Núcleo de Apoio ao Ensino dos Portadores de Necessidades Especiais*, em adaptação à nomenclatura adotada pela Política Nacional, publicada em 1994. Nessa época inicia-se o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem e com suspeita de deficiência – na própria escola. No entanto, quando havia a detecção da necessidade de atendimento mais específico, o aluno continuava a ser encaminhado às Instituições Especializadas.

O município iniciou seu atendimento efetivo, com abertura de salas de recursos para alunos com deficiência auditiva e deficiência mental, nos anos de 1995, 1996, 1997. Registra-se que nas salas de recursos para deficiência mental eram atendidos alunos considerados com "dificuldades de aprendizagem". Não foram localizados documentos, referentes a esse período, que indicassem uma política municipal de apoio educacional específico aos portadores de necessidades especiais.

Em 1997, ocorre a reestruturação do organograma da Secretaria Municipal, de modo que fica reconhecido o Serviço de Educação Especial e estabelece-se uma política de apoio pedagógico específico ao aluno, que tem como referência a Política Nacional de Educação Especial 1994 (MEC/SEESP). Com uma política estabelecida, em 1998 ocorre a transferência das salas de recursos em funcionamento para escolas onde havia demanda de apoio pedagógico específico.

Durante os anos de 1999 e 2000, os serviços de apoio diversificam-se e expandem-se para outras escolas. Além das salas de recursos, passam a existir: ensino itinerante, intérprete de língua brasileira de sinais, Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados e transporte do escolar. Também em 2000, o município elabora a Resolução SEMED n. 31 de 3/5/2000, que dispõe sobre as Normas e Funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Sob as diretrizes estabelecidas da Resolução 02/01 – CNE/CEB ocorre a publicação de 4 documentos:

- O Decreto n. 8510, de 9/8/2002, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Esse documento registra a Divisão de Políticas e Programas para Educação Especial, que passa a constar do organograma da secretaria.
- A Deliberação do n. 77, de 5/12/2002, do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades do sistema municipal de ensino.

- A Resolução SEMED n. 56 de 4/4/2003, que dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas da Rede Municipal de Ensino.
  - O Decreto n. 4067 de 15/8/2003, que cria o Centro Municipal de Educação Especial.
- Esses documentos organizam os serviços de Educação Especial na rede municipal de Campo Grande.

### 3.1 Caracterização dos Alunos e Atendimento

A caracterização dos alunos na rede municipal segue o estabelecido na Resolução 02/01 – CEB/CNE, sem crescimentos ou modificações de qualquer ordem. Já a rede estadual segue a deliberação do CEE/MS nº 4827, de 02 de outubro de 1997<sup>13</sup>, que esclarece que os alunos com necessidades especiais são os portadores de:

I – Deficiência Mental, Auditiva, Visual, Motora ou Múltipla;

II – Condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou psicológicas graves;

III – Altas habilidades.

Como modalidades de serviço educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais na rede municipal de ensino, está prevista (Res. SEMED n. 56/2003) a implantação gradativa de:

- Ensino Itinerante;
- Salas de recursos;
- Salas de enriquecimento curricular;
- Intérprete de Língua de Sinais;
- Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados;
- Atendimento domiciliar;
- Atendimento hospitalar;
- Educação profissional

Para as escolas da rede estadual, o atendimento especializado é dividido em *Modalidades de Atendimento Educacional Escolar* e *Serviços de Apoio Especializado*. São *modalidades* as Classes do ensino regular, Classes Especiais do ensino regular, a Escola Especial, o Centro Integrado de Educação Especial, a Oficina Pedagógica e a Unidade Interdisciplinar de apoio psicopedagógico – UIAP. Como *Serviços de Apoio Especializado* no

---

<sup>13</sup> Há uma nova documentação em discussão no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, mas que ainda não foi aprovada.

âmbito pedagógico estão previstos: professor itinerante, sala de recurso, sala de enriquecimento, atividades de estimulação precoce. Esses serviços podem ser oferecidos nas escolas do ensino regular e nas instituições especializadas.

Para avaliação e encaminhamentos, há critérios definidos, tanto em legislação estadual como na municipal. A Res. SEMED n.56 define que quando necessário, deverá ocorrer o encaminhamento para uma avaliação de natureza pedagógica, considerando as observações do professor. Esse documento ainda ressalta que o aluno que apresentar necessidade de receber apoio educacional específico deverá ser submetido a um processo de avaliação psicopedagógica e/ou fonoaudiológica, pela equipe de Educação Especial da SEMED. (Cap. 5, Art. 16). Ainda, caso necessário, é feito o encaminhamento para outras avaliações complementares. A deliberação do CEE/MS aborda a avaliação de natureza pedagógica de modo semelhante à resolução municipal, “considerando, quando houver, as observações do professor de sua turma de origem” (Art. 18, § 4º).

Apesar de sugerir mudanças da escola para atendimento adequado do aluno, não há previsão nem regulamentação de um Plano Individualizado de Ensino. A Resolução municipal apenas recomenda adaptações curriculares:

As adaptações têm o currículo regular como referência básica, adotando formas progressivas de adequá-lo, norteando a organização do trabalho, consoante às necessidades do aluno (adaptação processual). (Art.11 da Resolução 56/03).

O movimento do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais está registrado do quadro abaixo:

**Quadro 1.** Evolução dos atendimentos ao aluno com necessidades educacionais especiais 1995-2004**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

SERVIÇOS OFERECIDOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 junho
Avaliação psicopedagógica	---	---	---	145	225	342	460	514	613	440 encaminhamentos
Sala de Recursos Deficiência Mental	---	03*	01*	---	04	09	10	16	22	24
Sala de Recursos Deficiência Auditiva	02*	02*	03*	03	03	06	08	08	10	09
Projeto: Alternativas de Apoio educacional para alunos com indicadores de altas habilidades	---	---	---	---	---	01	---	---	---	---
Sala de Recursos em Altas Habilidades	---	---	---	---	---	---	---	---	---	01
Sala de Recursos Deficiência Visual	---	---	---	---	01	02	01	01	01	01
Intérprete de Língua de Sinais	---	---	---	----	04	11	07	19	20	19
Professor Itinerante	---	---	---	---	---	02	---	08	07	07
Classe Especial	---	---	---	---	---	---	---	01	03	02

Nos anos 1995, 1996 e 1997 – as salas de recursos implantadas ofereciam apoio educacional aos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem e não àqueles caracterizados pela Política Nacional de Educação Especial (1994) vigente na época, devido à ausência de uma efetiva política municipal de atendimento a esse aluno.

<b>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004 junho</b>
<b>Serviços oferecidos</b>										
<b>1- Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados *</b>										
- Livros adaptados em Braille	---	---	---	---	---	05	07	01	05	02
- Livros adaptados: ampliação	---	---	---	---	---	16	23	15	08	19
- Produção de cadernos com pautas ampliadas	---	---	---	---	---	---	16	24	---	---
- Adaptação de atividades em braille (provas, exercícios)	---	---	---	---	---	---	22	06	15	---
- Adaptação de apostilas em braille	---	---	---	---	---	---	10	-	15	---
-Transcrição de material em braille para tinta	---	---	---	---	---	---	04	---	---	---
-Transcrição de material à tinta para o braille	---	---	---	---	---	---	---	---	15	---
-Alfabetização em braille (alunos atendidos)	---	---	---	---	---	---	---	---	01	02
<b>2-Brinquedoteca Educacional (atendimentos)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	198	102
<b>3-Psicopedagogia (atendimentos)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	116	184
<b>4-Psicopedagogia (atendimentos com estagiários )</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	21	20
<b>5- Mercado de Trabalho</b>	---	---	---	---	---	---	---	---		
- Alunos cadastrados									100	191
- Alunos inclusos nas empresas									29	57
<b>6-Infarmática Educacional (atend.)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	221	221
<b>7-Oficina de LIBRAS (participantes)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	---	20
<b>8-Estimulação Visual (atendimentos)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	42	42
<b>9-Coral “Mãos que Cantam” ( n° part.)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	12	10
<b>10-Fonoterapia Educacional (atend.)</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	---	25
* Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados – em funcionamento desde 2000, a partir de 2003 passou a integrar o										
** Centro Municipal de Educação Especial, criado pelo Decreto n. 4067 de 15/8/2003.										

<b>PARCERIAS E OUTROS SERVIÇOS OFERECIDOS</b> (nº de atendimentos)	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b> <b>junho</b>
<b>* UNIDERP</b> Psicopedagogia, Psicologia Ed. e Fisioterapia	---	---	---	---	---	---	---	197	42	185
<b>** UCDB</b> Fonoterapia educacional e Psicopedagogia	---	---	---	---	---	---	---	---	55	55
<b>*** Serviços educacionais na Sociedade Educacional Juliano Varela</b>	---	---	---	---	---	---	788	880	913	787
<b>Serviços Clínicos:</b> Centro de Atendimento ao Escolar – CAE (oftalmologia)	---	---	---	---	Encam. Direto da escola	Encam. Direto da escola	Encam. Direto da escola	Encam. direto da escola	Encam. direto da escola	Encam. direto da escola
<b>Psiquiatria – Santa Casa</b>	---	---	---	---	---	---	---	---	65	17
<b>Total de alunos atendidos</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004 junho</b>
<b>Salas de recursos/classe especial/Centro Municipal de Educação Especial/ Soc.Educacional Juliano Varela (parceria)***</b>	---	---	---	145	225	342	372	967	1610	928
<b>Total de profissionais capacitados (educação especial e ensino comum)</b>	Sem registro	Sem registro	Sem registro	40	558	249	639	923	435	600
<b>Total de profissionais em serviço</b> <b>- No órgão central/SEMED (Equipe de Educação Especial)</b>	Sem registro	Sem registro	12	13	13	13	16	17	27	27
<b>- Nas unidades escolares (apoios específicos)</b>	02	05	04	03	14	35	26	53	63	63

\* UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (atendimento por estagiários)

\*\* UCDB – Universidade Católica Dom Bosco (atendimento por estagiários)

\*\*\* Sociedade Educacional Juliano Varela (escola especial para atendimento de alunos com Síndrome de Down, que oferece apoio complementar (psicopedagógico) nesta instituição.

Na rede pública na cidade de Campo Grande (municipal + estadual), o atendimento de Educação Especial ocorre, em sua maioria, em salas de recursos. Ao todo, são 85 salas de recursos, nas seguintes modalidades: 67 para Deficiência Mental, 13 para Deficiência Auditiva, 4 para Deficiência Visual e 01 para Altas Habilidades.

Considerando-se todos os serviços de Educação Especial, tem-se registradas, no ano de 2003, 1.610 matrículas sob a supervisão da rede municipal, 269 matrículas na rede estadual<sup>14</sup> e 1.404 matrículas na rede privada (ONGs na maior parte).

**Tabela 9.** Número de matrículas de alunos com deficiências, por dependência administrativa

Dep. Administrativa	Número de matrículas
Rede estadual	269
Rede municipal	1610
Privada	1404
<b>Total</b>	<b>3.283</b>

Fonte: PLANURB, 2004.

É necessário esclarecer que esses dados, apesar de fornecidos em documentos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, não possibilitam um panorama exato do atendimento. Verificando as informações oferecidas pelos serviços de Assistência Social, tem-se outros números, como pode ser verificado na tabela abaixo:

**Tabela 10.** Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência – 2004

Organização não governamentais	19	2.092
Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária	1	37
Secretaria Estadual de Educação/SEE – MS	2	250
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>2.379</b>

Fonte: SAS, situação em fevereiro de 2004. In PLANURB, 2004.

### 3.1 Recursos de Apoio

Os alunos atendidos nos serviços de Educação Especial na rede regular pública do município de Campo Grande recebem, quando necessário, atenção complementar através de

<sup>14</sup> No ano de 2004 foram registradas, nas salas de recursos das escolas da rede estadual, as seguintes matrículas: deficiência visual: 31; deficiência auditiva: 86; deficiência mental: 262, com total geral de alunos: 379 matriculados.

convênios que a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, estabelece para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (deficiências). Trata-se de serviços que não são oferecidos na rede pública a esses alunos, principalmente referentes ao setor de saúde: Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicopedagogia, Terapeuta Ocupacional, Psicologia e Práticas Desportivas. (Ver quadro sobre a Evolução dos Serviços 1995 – 2004, item PARCERIAS E OUTROS SERVIÇOS OFERECIDOS). Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde oferece esses serviços à população em geral, mas não disponibiliza vagas para atender crianças com deficiências, alegando a demora da "melhora" dos alunos.

Para os alunos da rede estadual de ensino, também está prevista parceria com Instituições Especializadas para atendimento com profissionais da área de saúde. Não há explicitação da responsabilidade da Secretaria de Saúde no oferecimento desses serviços.

### **3.2 Organização das Salas Inclusivas**

O município possui vários alunos com necessidades educacionais especiais matriculadas no ensino regular, em "salas inclusivas". Para o estabelecimento do tamanho das salas, o município segue os parâmetros estabelecidos por Deliberação estadual que prevê o número máximo ideal em torno de 25 alunos, dos quais até 02 alunos com necessidades educacionais especiais. Na legislação municipal (Res. Municipal n.56 Art. 13) está estabelecido o limite máximo de 3 alunos com necessidades especiais, preferencialmente do mesmo tipo, por sala.

O professor do serviço de apoio faz visitas semanais ou quinzenais nas classes comuns onde o aluno está matriculado, dependendo das necessidades e/ou possibilidades. A Res. SEMED n. 56, de 4 de abril de 2003, estabelece a composição e a formação mínima dos profissionais que compõem a Equipe Profissional para o Apoio Educacional.

### **Considerações Finais**

O município de Campo Grande vem ampliando e modificando seu atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente, nos últimos cinco anos. Sua história registra a gênese da Educação Especial com a formação de uma instituição para atendimento a deficientes visuais, de caráter prioritariamente assistencial em 1958 (c.f. Anache, 1994). Apesar de implantadas algumas classes especiais em fins da década de 1970, apenas após a formação do estado de Mato Grosso do Sul e a elevação de Campo Grande à

categoria de capital é que se estabelece a organização de serviços de Educação Especial pelo setor público.

Durante toda a década de 1980, o atendimento, pelo setor público, ocorreu principalmente em classes especiais das escolas da rede estadual. Mesmo com a implantação da Equipe Multiprofissional na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em 1988, as escolas municipais continuaram sem absorver esses alunos, que após identificados, eram encaminhados aos serviços existentes: classes especiais da rede estadual ou instituições especializadas.

Apenas na década de 1990, muda a configuração dos atendimentos. Nas escolas da rede estadual, há o processo de fechamento de várias classes especiais e o surgimento das primeiras salas de recursos. Somente a partir de 1995 é que se inicia a implantação de salas de recursos nas escolas da rede municipal.

Ressalta-se que a maioria das salas de recursos, tanto nas escolas da rede estadual quanto da municipal, são para deficientes mentais (43 nas escolas da rede estadual e 24 nas escolas da rede municipal). No entanto, pesquisa em andamento (Oliveira, 2003) esclarece que grande parte do atendimento é oferecido a alunos com "problemas de aprendizagem" e não a alunos com diagnóstico de deficiência mental. Nesse sentido, Silva (2003) elabora uma análise crítica das condições de funcionamento dessas salas em Campo Grande.

O atendimento mais incipiente ocorre aos alunos com Altas Habilidades (apenas uma sala em escola municipal). Bittelbrunn (2003), em trabalho realizado em Mato Grosso do Sul, já havia apontado para a carência de serviços adequados com essa população.

Um aspecto relevante em relação ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais e que não se torna evidente nos números apresentados diz respeito à matrícula de alunos com idade superior a 15 anos na Educação de Jovens e Adultos. Essa procura foi verificada em pesquisa desenvolvida por Fonseca (2003), que registrou alguns avanços nas inserções de alunos com diagnóstico de deficiência mental, oriundos de instituições especializadas.

Finalizando, propõe-se uma inferência: voltando à totalidade de atendimentos realizados em 2003 (3.283 atendimentos) e considerando que:

- um total de 84.186 pessoas foi identificado como 'possuindo ao menos uma deficiência' no município de Campo Grande,
- a população infanto-juvenil do município (0 a 19 anos) corresponde à

aproximadamente 38,9% da população total do município

Utilizando o percentual de 38,9% sobre as 84.186 (100%) pessoas que declararam possuir alguma deficiência, estima-se que Campo Grande tem, aproximadamente, 32.700 crianças e adolescentes (entre 0 e 19 anos). Considerando os 3.283 atendimentos, em 2003 foram matriculados cerca de 10% da população infantil com necessidades educacionais especiais.

## Referências

ANACHE, A. A. *Educação e Deficiência*: estudo sobre a educação da pessoa com "deficiência" visual. Campo Grande: CECITEC: UFMS, 1994.

BITTELBRUNN, I. *O silêncio da Escola Pública*: um estudo sobre os programas de atendimento aos alunos com indicadores de superdotação no estado de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Educação especial*. Dados Estatísticos. 2º Volume. CENESP. Brasília, DF. 1975.

CESCO, E. *O curso de pedagogia e a escola inclusiva*: analisando a ação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 2001.

CMECG. Conselho Municipal de Educação. *Deliberação do n. 77, de 5/12/2002*, dispõe sobre a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas as suas etapas e modalidades do sistema municipal de ensino.

CORDEIRO, C. *A educação inclusiva na perspectiva dos professores*: a ponta do iceberg. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FEUSP, 2003.

DAL MORO, E. *História Discurso Político e Realidades do processo de integração do portador de Deficientes Auditivos em Campo Grande*, Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 1997.

FONSECA, M. *Versões e Inserções*: a educação de jovens e adultos com deficiência mental. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 2003.

KASSAR, M. *Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais*. Campinas: Papirus, 1995.

LANCILLOTTI, S. *Deficiência e trabalho*: redimensionando o singular no contexto

universal. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. *Deliberação CEE/MS nº 4827*, de 02 de outubro de 1997 – que fixa normas para a educação escolar de alunos que apresentam necessidades especiais.

NERES, C. *Educação profissional do portador de necessidades especiais, para quê?* (o caso de Campo Grande). Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 1997.

OLIVEIRA, F. *As salas de recurso, como apoio pedagógico especializado*. (título provisório). Texto de Qualificação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 2003.

PLANURB. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande*. Campo Grande, Abril, 2004.

PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Decreto n. 4067* de 15 de agosto de 2003, dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Especial e dá outras providências.

PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Decreto n. 8.510*, de 9 de agosto de 2002. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e dá outras providências.

PMCG/SEMED – Prefeitura Municipal de Campo Grande. Secretaria Municipal de Educação. *Política Educacional*. Campo Grande 2004.

SEMED. *Resolução SEMED n. 56*, de 4 de abril de 2003. Dispõe sobre as normas e funcionamento da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

SILVA, F. C. *As relações entre ensino, aprendizagem e deficiência mental desenhado na cultura escolar*. Tese (Doutorado PEPGE: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUC, 2003.

## **Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição de sua implementação no município de Diadema – SP**

### **Responsáveis pela Pesquisa<sup>15</sup>**

Profa. Dra. Rosângela Gavioli Prieto – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)

Profa. Ms. Ligia Cecilia Buso Sernagiotto – Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA)

Profa. Ms. Marli Vizim – Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA)

### **Introdução**

Esta pesquisa foi elaborada para responder a uma demanda da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que, em 2002, desde o planejamento do trabalho encomendado para a reunião do GT - Educação Especial no ano seguinte, indicou a necessidade de serem realizadas pesquisas sobre a implantação de políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. Assim, na reunião de 2003, um grupo de docentes apresentou mapeamento do que estava instituído legalmente para atender alunos com necessidades educacionais especiais, em diversos estados das cinco regiões brasileiras. A partir da discussão desse trabalho o plenário elegeu, para apresentação em 2004, o tema “Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões”<sup>16</sup>.

Nessa direção, para a região Sudeste foi selecionado o município de Diadema<sup>17</sup>, pertencente ao estado de São Paulo, por comportar em sua rede diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como algumas formas de atendimento educacional especializado: uma escola especial para alunos com deficiência auditiva; Centro de Atenção à Inclusão

---

<sup>15</sup> A coleta e sistematização dos dados apresentados neste trabalho só foram possíveis pela atuação efetiva dos co-autores: Profa. Dra. Elisabeth Neide Klaus Cacalano – CUFSA; Profa. Leila da Silva Soueid – SECEL/Diadema; Ana Paula Ferrás Leoni, Ana Paula Gonzalez Antonioli, Marisa Abreu de Carvalho Dias – alunas do curso de Pedagogia da FEUSP; Tiliansa de Oliveira Zara, Vanessa Ronchini Mendonça – alunas do curso de Pedagogia do CUFSA. Além destes participantes, contamos com a colaboração de muitos profissionais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema, para os quais deixamos registrado nosso agradecimento.

<sup>16</sup> Este título foi construído *a posteriori*, durante o desenvolvimento da pesquisa, em 2004.

<sup>17</sup> A administração deste município, para o período 2001-2004, está sob a responsabilidade de José de Filippi Junior, eleito pelo Partido dos Trabalhadores e coligações, cujo mandato anterior foi na gestão 1993-1996.

Social (CAIS), no qual estão lotadas as salas de recurso e apoio pedagógico, juntamente com o serviço de professor itinerante.

Este trabalho foi elaborado a partir de duas fontes: documental e campo. A pesquisa documental incluiu a fundamentação legal e demais normatizações e orientações para o sistema de ensino, bem como registros de ações arquivados na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema (SECEL), prioritariamente no Departamento de Educação (DEPED)<sup>18</sup>, os dados registrados em relatório de pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>19</sup> e trabalho acadêmico. Em campo foram realizadas consultas informais junto aos gestores do sistema para confirmação, atualização ou complementação de dados, bem como o registro de memória de dois autores deste trabalho que fazem parte do quadro de funcionários desse sistema de ensino.

Na organização deste trabalho consta a caracterização da realidade sócio-político-econômica de Diadema, registros do atendimento educacional e de seus objetivos, a caracterização de sua rede de ensino, informações mais detalhadas sobre a educação especial no município e algumas considerações finais, bem como a bibliografia consultada para sua elaboração.

## **1 Caracterização da Realidade Sócio-Político-Econômica de Diadema**

A extensão territorial de Diadema compreende uma área de 30,7 km<sup>2</sup>, apresentando relevo acidentado com declividades de médias a fortes e poucas áreas planas. A altitude média da cidade é de 800 a 850 metros acima do mar. A região na qual Diadema está localizado possui alto índice pluviométrico, dada sua proximidade da Serra do Mar<sup>20</sup>.

Diadema é um município da região metropolitana de São Paulo, emancipado em 1960, que, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), apresenta a segunda maior densidade demográfica do Brasil – 11.630,75 hab./Km<sup>2</sup> – e a primeira no estado de São Paulo.

---

<sup>18</sup> Apesar dessa estrutura de atendimento, Diadema não tem termo de deliberação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo que a autorize a se constituir como um sistema de ensino.

<sup>19</sup> Relatório de setembro de 2003 do projeto da pesquisa: “Educação inclusiva: ampliando o atendimento de alunos com qualidade e a formação docente”, subsidiado pela FAPESP no período de 2002 a 2006.

<sup>20</sup> Dados retirados do Boletim Estatístico de 1988 da Prefeitura do Município de Diadema, p.17.

Na década de 70, com a implantação da Rodovia dos Imigrantes, ligando São Paulo ao Porto de Santos, e com a promoção, pela Prefeitura, de incentivos fiscais, várias indústrias se instalaram absorvendo a mão-de-obra no próprio município.

Esse grande crescimento populacional e desenvolvimento urbano e econômico fizeram com que Diadema deixasse de ser uma “cidade dormitório” e se tornasse importante no setor secundário, caracterizado por indústrias de médio porte, principalmente, de suporte às montadoras automobilísticas instaladas na região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, municípios de seu entorno, próximos à capital paulista).

Segundo o perfil dos municípios, divulgado em 2001, como resultado do Censo Populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000 (IBGE, 2000), Diadema apresenta uma população total de 357.064 habitantes<sup>21</sup>, residentes na zona urbana, sendo 175.109 homens e 181.955 mulheres. Os dados da Tabela 1 registram que a população diademense é composta por 50,96% de mulheres; 76,04% de seus residentes com 10 anos ou mais são declarados alfabetizados; há 38,86% de crianças e jovens na faixa de 0 a 19 anos, como maior concentração populacional na faixa de 10 a 39 anos, totalizando 57,5%, aproximadamente; a taxa de alfabetização em Diadema (93,8%) é quase equivalente ao índice alcançado no estado de São Paulo (93,9%).

Diadema, segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2001, assume o 245º lugar num universo de 645 municípios paulistas. Seu IDH é de 0,790, ou seja, está na categoria dos que apresentam desenvolvimento humano médio, cujo índice deve estar entre 0,500 e 0,799. Para referência, em 1991, este índice era 0,763, e no ranking municipal ocupava a 195ª posição, o que revela que vem se aproximando do valor de desenvolvimento humano considerado alto (0,800 a 1).

O investimento em políticas sociais tem sido a marca do crescimento e das mudanças em Diadema. Assim, a gestão de 2001-2004 define como princípios norteadores de sua plataforma política os eixos: qualidade social da educação, democratização da gestão e democratização do acesso e permanência.

---

<sup>21</sup> Segundo dados declarados no “Perfil Municipal de Diadema”, consultado em 03 de julho de 2004, no site <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/perfil/request.ksh?PM24669>, em 2004, Diadema conta com 375.848 habitantes, confirmando tendência a aumento populacional.

**Tabela 1.** Peculiaridades populacionais de Diadema, segundo Censo Populacional - IBGE, 2000

<b>Censo Populacional</b>	<b>Números</b>	<b>%</b>
Pessoas residentes	357.064 habitantes <sup>22</sup>	
Homens residentes	175.109 habitantes	49,04
Mulheres residentes	181.955 habitantes	50,96
Pessoas residentes 10 anos ou mais de idade – alfabetizadas	271.500 habitantes	76,04
Pessoas residentes – 0 a 4 anos de idade	35.034 habitantes	9,81
Pessoas residentes – 5 a 9 anos de idade	32.508 habitantes	9,10
Pessoas residentes – 10 a 19 anos de idade	71.230 habitantes	19,95
Pessoas residentes – 20 a 29 anos de idade	73.688 habitantes	20,64
Pessoas residentes – 30 a 39 anos de idade	60.488 habitantes	16,94
Pessoas residentes – 40 a 49 anos de idade	42.733 habitantes	11,97
Pessoas residentes – 50 a 59 anos de idade	23.030 habitantes	6,45
Pessoas residentes – 60 anos ou mais de idade	18.353 habitantes	5,14

Fonte: Dados extraídos do site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>, consultado em 21 de junho de 2004.

Alguns dados demonstram que ainda há muito que investir no atendimento de crianças de 0-6 anos de idade na cidade. Segundo informe da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema (SECEL), no mês de abril de 2004 havia 1684 (hum mil seiscentos e oitenta e quatro) alunos de berçário a 6 anos de idade, registrados em lista de espera, nas 19 (dezenove) creches conveniadas<sup>23</sup>. Quanto à demanda represada da rede direta (tanto das creches e pré-escolas, como do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos - EJA), os dados não estão disponíveis em nível de gestão central, pois as listas de espera ficam arquivadas em cada escola. No entanto, gestores da SECEL estimam que há mais de 10.000 crianças de 0 a 6 anos fora da escola.

## **2 Atendimento Educacional em Diadema**

Segundo dados divulgados pelo IBGE, referentes ao Censo Populacional 2000, o atendimento pré-escolar em Diadema é realizado majoritariamente pela rede municipal (11.027 matrículas; 410 docentes; 42 estabelecimentos de ensino), sendo pequena a parcela de

<sup>22</sup> Pelo Censo Populacional de 1991 havia 305.287 habitantes em Diadema e, em 1996, 323.116 habitantes.

<sup>23</sup> Em Diadema, em 2001, foi criado o “Programa Creche - Lugar de Criança”, para atender a uma imensa demanda de alunos de 0 a 6 anos que estavam sem escola. À época o poder público não podia criar equipamentos escolares, pois seu orçamento estava comprometido segundo critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Maiores detalhes sobre as creches conveniadas estão registrados mais adiante.

responsabilidade da rede privada (750 matrículas; 47 docentes; 15 estabelecimentos de ensino) e inexistente a atuação da rede estadual nesse nível de ensino.

Quanto aos níveis de ensino fundamental e médio, são atribuídos à rede estadual os maiores indicadores (ensino fundamental - 61.765 matrículas; 2.015 docentes; 66 estabelecimentos; ensino médio - 20.929 matrículas; 750 docentes; 27 estabelecimentos), seguida da rede privada (ensino fundamental - 3.407 matrículas; 215 docentes; 17 estabelecimentos de ensino; ensino médio - 548 matrículas; 86 docentes; 7 estabelecimentos) e da rede municipal (ensino fundamental - 2.037 matrículas; 76 docentes; 6 estabelecimentos) (Tabela 2).

**Tabela 2.** Atendimento escolar aos municípios de Diadema nas suas redes de ensino, segundo Censo Populacional 2000 (IBGE, 2000)

Redes de Ensino	Nível de Ensino	Número de Matrículas	Número de Docentes	Número de Estabelecimentos
Estadual	Pré-Escola	-----	-----	-----
	Ensino Fundamental	61.765	2.015	66*
	Ensino Médio	20.929	750	27
Municipal	Pré-Escola	11.027	410	42
	Ensino Fundamental	2.037	76	6**
	Ensino Médio	-----	-----	-----
Privada	Pré-Escola	750	47	15
	Ensino Fundamental	3.407	215	17
	Ensino Médio	548	86	7

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>, acesso em 21 de junho de 2004

\* Segundo informações atualizadas, em 2004 há 67 escolas estaduais em Diadema.

\*\* Um desses estabelecimentos é de ensino especial.

Os dados dos Censos Escolares de 2001, 2002 e 2003, registrados nas Tabelas 3, 4 e 5 reiteram a responsabilidade da rede municipal de Diadema pelo atendimento em educação infantil, bem como que o ensino fundamental é, na sua quase totalidade, assumido pela rede estadual, com pequena participação da rede privada.

Comparando as matrículas na educação infantil municipal nos anos de 2001 a 2003, observa-se maior número de atendimentos em 2002 (13.397 – 2001; 13.920 – 2002; 13.696 -

2003). Conquanto, na rede privada isso ocorre em 2003 (955 – 2001; 1.053 – 2002; 3.104 – 2003), mas com clara expansão ano a ano. Decorre desses dados a necessidade de estudos aprofundados que visem a averiguar as tendências de crescimento da rede privada de educação infantil, mesmo em municípios que não optaram pela municipalização do ensino fundamental.

**Tabela 3.** Números de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2001

Município	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série
Diadema	Estadual	-----	-----	-----	58.810	26.628	32.182
	Municipal	1.229	12.168	-----	2.663	2.663	-----
	Privada	106	849	-----	3.543	1.763	1.780
	<b>Total</b>	<b>1.335</b>	<b>13.017</b>	-----	<b>65.016</b>	<b>31.054</b>	<b>33.962</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2001

**Tabela 4.** Números de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2002

Município	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série
Diadema	Estadual	-----	-----	-----	56.976	26.513	30.463
	Municipal	1.765	12.155	-----	2.566	2.566	-----
	Privada	114	939	-----	3.648	1.866	1.782
	<b>Total</b>	<b>1.879</b>	<b>13.094</b>	-----	<b>63.190</b>	<b>30.945</b>	<b>32.245</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2002

**Tabela 5.** Números de matrículas na educação infantil e no ensino fundamental em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2003

Município	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª série
Diadema	Estadual	-----	-----	-----	55.214	26.055	29.159
	Municipal	1.703	11.993	-----	2.658	2.658	-----
	Privada	1.552	1.292	-----	3.804	2.069	1.735
	<b>Total</b>	<b>3.255</b>	<b>13.285</b>	-----	<b>61.676</b>	<b>30.782</b>	<b>30.894</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2003

Quanto às matrículas no ensino fundamental, no período 2001-2003 o total de atendimentos nas escolas municipais tem se mantido quase sem variação (2.663 - 2001; 2.566 - 2002; 2.658 - 2003), nas escolas estaduais tem decrescido (58.810 - 2001; 56.976 - 2002; 55.214 - 2003) e na rede privada de ensino tem aumentado (3.543 - 2001; 3.648 - 2002; 3.804 - 2003). Ressalte-se que neste mesmo período diminuiu o total de matrículas no ensino fundamental, passando de 65.016 matriculados, em 2001, para 61.676, em 2003. Estes dados suscitam acompanhamento e avaliação nos próximos anos, para que sua tendência seja mais bem caracterizada e apreciada.

Nas Tabelas 6, 7 e 8 estão dispostos os dados de matriculados no ensino médio, na educação de jovens e adultos (EJA) e na educação especial, nas diferentes esferas administrativas de Diadema.

**Tabela 6.** Números de alunos matriculados no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação especial em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2001

Município	Dependência Administrativa	Ensino Médio (2º Grau Regular) e Curso Normal	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo) Total	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo) Fundamental	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental
Diadema	Estadual	21.085	6.046	2.683	56	56
	Municipal	-----	5.813	5.813	192	172
	Privada	586	723	298	258	258
	<b>Total</b>	<b>21.671</b>	<b>12.582</b>	<b>8.794</b>	<b>506</b>	<b>486</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2001

**Tabela 7.** Números de alunos matriculados no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação especial em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2002

Município	Dependência Administrativa	Ensino Médio (2º Grau Regular) e Curso Normal	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo) Total	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo) Fundamental	EJA (semi-presencial) Fundamental	EJA (semi-presencial) Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental
Diadema	Estadual	22.347	5.786	2.547	200	507	56	56
	Municipal	-----	5.644	5.644	-----	-----	182	156
	Privada	635	198	99	179	204	264	264
	<b>Total</b>	<b>22.982</b>	<b>11.628</b>	<b>8.290</b>	<b>379</b>	<b>711</b>	<b>502</b>	<b>476</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2002

**Tabela 8.** Números de alunos matriculados no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação especial em Diadema por dependência administrativa, divulgados a partir do Censo Escolar 2003

Município	Dependência Administrativa	Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo Presencial)	
			Total	Fundamental	Total	Fundamental
Diadema	Estadual	22.715	53	53	7.813	3.030
	Municipal	-----	169	150	5.650	5.462
	Privada	639	279	279	185	103
	<b>Total</b>	<b>23.354</b>	<b>501</b>	<b>482</b>	<b>13.648</b>	<b>8.595</b>

Fonte: INEP/ MEC - Dados do Censo Escolar 2003

Da comparação desses dados pode-se concluir que na educação especial, ainda que o total de matrículas tenha alterado pouco nesses três anos (506, em 2001; 501, em 2003), o crescimento se efetivou apenas na rede privada (258, em 2001; 279, em 2003), pois decresceu na rede municipal (192, em 2001; 169, em 2003) e na estadual foi praticamente constante (56, em 2001; 53, em 2003). Esses dados deverão ser acompanhados nos próximos anos para que seja averiguada a tendência que, por fim, se instaurará no fluxo de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas diferentes redes de ensino desse município.

### 3 Objetivos da Educação em Diadema

Na gestão 2001-2004, está sendo elaborado o Plano de Ação Pedagógica (PAP)<sup>24</sup>, em encontros mensais de quatro Grupos de Trabalho (GTs), representando cada uma das regiões da cidade<sup>25</sup>. Segundo consta na sua atual versão,

[...] estes grupos são constituídos pelos professores-coordenadores/assistentes e PATPs<sup>26</sup> por regional. O trabalho desses GTs é estabelecer espaços mais coletivos de

<sup>24</sup> Diadema não tem Plano Municipal de Educação porque há divergência do governo atual na condução do processo pela, também atual, gestão no âmbito do estado de São Paulo. Na análise dos gestores de Diadema a condução do processo, tal como proposto pelo governo do estado, desfavorecia o envolvimento de todos os segmentos da sociedade civil organizada, incluindo o setor privado. Diadema possui um esboço de Plano Municipal de Educação, elaborado em 1998, durante gestão do prefeito Gilson Menezes (1997-2000).

<sup>25</sup> O PAP teve origem no processo de elaboração de um Plano Emergencial discutido com os profissionais da educação da rede municipal em função das precariedades que foram encontradas nas escolas, no início de 2001. A partir da definição de metas a curto, médio e longo prazo, constituiu-se uma comissão para acompanhar esse processo, composta por representantes dos diversos segmentos da Educação e Assessores Externos. Dessas discussões foi se estabelecendo a necessidade de elaborar um “plano em movimento”, que expressasse as ações a serem desenvolvidas e também marcasse a importância da reflexão sobre os eixos políticos que já estavam definidos como metas no plano de governo, com a participação de representantes regionais da educação.

<sup>26</sup> Professores Assistentes Técnico-Pedagógicos.

reflexão/ação sobre o Plano de Ações Pedagógicas, como proposta em movimento, portanto em permanente processo de avaliação e reformulação. (DIADEMA. *PAP*, 2003, p.27).

São “objetivos do trabalho permanente com o Plano de Ação Pedagógica”:

1. Res-significar as estruturas existentes para que favoreçam a participação de todos (escolas, comunidade e DEPED) na construção do Plano de Ações Pedagógicas; 2. Delimitar os fins e instâncias de participação para que os papéis e funções sejam articulados e expressem o compromisso de todos no que se refere à tarefa educativa; 3. Constituir um referencial de conjunto para a caminhada, mobilizando os profissionais em torno da mesma causa, gerando solidariedade, parceria, coresponsabilidade e aumentando o grau de realização. (DIADEMA. *PAP*, 2003, p.26).

Quanto aos objetivos da educação, no art. 5º das Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema (2000) encontram-se assim expressos:

A educação pública e popular nas escolas municipais de Diadema tem por objetivo a formação de uma consciência social, crítica, solidária e democrática que possibilite ao educando:

I- perceber-se como agente do processo de construção do conhecimento ...

II- ampliar e recriar suas experiências [...] estabelecer relação entre teoria e prática

III- com necessidades educativas especiais, incluir-se preferencialmente à rede de ensino regular, respeitando as especificidades dessa clientela, numa perspectiva de inclusão social. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, Cap. III. p. 4).

Destaque deve ser dado ao item III por assegurar a perspectiva de atendimento dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, atendendo assim ao prescrito na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

#### **4 Caracterização da Rede de Ensino Municipal de Diadema**

A educação escolar em Diadema é composta por dois níveis de ensino (educação infantil e ensino fundamental regular) e duas modalidades (EJA - ensino fundamental supletivo e educação especial). (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas das escolas municipais de Diadema*<sup>27</sup>, 2000. Cap. IV, art. 8º, p. 5-6).

A rede municipal é composta por 44 escolas (denominadas pelo município como equipamentos), das quais 43 oferecem ensino regular e supletivo e uma é de ensino especial (a E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, exclusivamente para alunos com distúrbios da áudio-

<sup>27</sup> A última versão localizada desse documento data de 24 de março de 2000. Doravante a referência a este documento será apenas “Normas Regimentais”.

comunicação). Há, ainda, o Centro de Atenção à Inclusão Social, que não se configura como escola, mas presta apoio pedagógico aos alunos matriculados em escolas das redes de ensino diademenses (Tabelas 9 e 10).

Ressalte-se que em 10 dos 43 equipamentos de ensino regular de Diadema há oferta de apenas um nível de ensino, no caso a educação infantil. Nos demais, há associações das mais diversas entre este nível de ensino, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. A educação infantil parcial está presente em 30 dos 43 equipamentos, a educação infantil integral em 18, o ensino fundamental em 5, a educação de jovens e adultos correspondente ao Ciclo I do ensino fundamental (com sua Fase I denominada Alfa e a Fase II, Pós) em 24, e a Suplência II, que equivale ao Ciclo II, em outros 10 (Tabela 9).

**Tabela 9.** Agrupamento das escolas por níveis e modalidades de ensino, segundo dados fornecidos pela SECEL, em março de 2004

Modalidades e Níveis de Ensino	n.º de Escolas
Educação Infantil Integral	5
Educação Infantil Parcial	3
Educação Infantil Integral e Parcial	2
Ensino Fundamental e Suplência II	1
Educação Infantil Integral e Alfa/Pós	4
Educação Infantil Integral e Suplência II	2
Educação Infantil Integral, Alfa/Pós e Suplência II A EM Perseu Abramo (Infantil Integral e Suplência II) tem uma extensão na empresa Conforja com salas de Alfa/Pós e Suplência II	1
Educação Infantil Integral, Educação Infantil Parcial e Alfa/Pós	2
Educação Infantil Integral, Educação Infantil Parcial e Suplência II	2
Educação Infantil Parcial e Alfa/Pós	13
Educação Infantil Parcial e Suplência II	3
Educação Infantil Parcial, Ensino Fundamental e Alfa/Pós	3
Educação Infantil Parcial, Alfa/Pós e Suplência II	1
Educação Infantil Parcial (5 e 6 anos) e Ensino Fundamental	1
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Relatório de setembro de 2003 do projeto da pesquisa: “Educação inclusiva: ampliando o atendimento de alunos com qualidade e a formação docente”, subsidiado pela FAPESP.

A SECEL tem equipamentos nas suas quatro regiões administrativas (Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste) e, com exceção da região Sul, em que o número de escolas é significativamente menor, nas demais sua distribuição é praticamente equitativa. Os já mencionados recursos especiais estão instalados na região Centro-Oeste, como registrado na Tabela 10.

**Tabela 10.** Distribuição geográfica das escolas de Diadema, segundo dados fornecidos pelas SECEL, em março de 2004

Regiões	Nº de Equipamentos de ensino regular e de educação de jovens e adultos	Recursos especiais	
Norte	11	Serviço Especializado	Serviço de Apoio Especializado
Sul	8		
Leste	12		
Centro-Oeste	12	E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”	Centro de Atenção à Inclusão Social - CAIS
<b>Sub-Total de equipamentos = 43</b>		<b>Total = 44</b>	

Fonte: Relatório de setembro de 2003 do projeto da pesquisa: “Educação inclusiva: ampliando o atendimento de alunos com qualidade e a formação docente”, subsidiado pela FAPESP.

Na rede de educação infantil direta, em março de 2004, estavam matriculadas 1.162 crianças de 0 a 3 anos de idade (Tabela 14). Outra forma de atendimento em educação infantil nesse município, denominada rede indireta, é efetuada pelo programa “Creche - Lugar de Criança”. Segundo dados de março de 2004 (Tabela 11), fornecidos pelo Departamento de Educação de Diadema (DEPED), nas 19 (dezenove) creches conveniadas há 2.134 crianças de 0 a 6 anos, em 105 salas, cuja maioria (7 destas salas) atende a faixa etária de 2 anos e 6 meses a 6 anos.

**Tabela 11.** Dados sobre creches conveniadas do programa “Creche - Lugar de Criança” e número total de crianças de 0 a 6 anos atendidas em março de 2004

Entidades responsáveis	Número de creches vinculadas a cada entidade	Número de salas	Número de alunos atendidos	Variação da idade dos alunos
1. Comunidade Inamar Educação e Assistência Social	6	40	842	2 anos e 6 meses a 6 anos (todas)
2. Espaço Solidário Instituição Assistencial	3	18	342	0 a 6 anos 3 a 5 anos 2 anos e 6 meses a 6 anos
3. Grupo Espírita Cairbar Schutel	1	8	200	0 a 6 anos
4. Associação Estrela da Esperança Internacional	5	23	441	0 a 3 anos 3 a 5 anos (duas) 2 a 6 anos 2 a 5 anos
5. Núcleo Educacional Estado de Israel	2	8	154	0 a 4 anos 1 a 4 anos
6. Associação Cultural Comunitária Dom Décio Pereira	2	8	155	2 a 5 anos (todas)
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>105</b>	<b>2.134</b>	

Fonte: Programa “Creche - Lugar de Criança”. Relação de Creches Conveniadas. DIADEMA. DEPED – março/2004

Quanto à população em idade pré-escolar (segundo a LDB/96, refere-se à faixa de 4 a 6 anos), em Diadema há um forte peso do atendimento em rede direta (12.439 crianças, incluídas 5 crianças da escola especial “Olga Benário Prestes”) face ao total de atendimentos de 0 a 6 anos da rede indireta (2.134 crianças) (Tabela 12).

**Tabela 12.** Atendimento de crianças de 4-6 anos em Diadema, com base em informação da SECEL- março/2004

Dependência Administrativa	Educação Infantil	
	Rede Direta – Pré-escola (4-6 anos)	Rede Indireta (0-6 anos)
Diadema	12.439 (5 são da escola especial)	2.134

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – QME março/2004

Na faixa de 7 a 14 anos, o sistema de ensino de Diadema atende a 3.099 alunos, dos quais 3.027 cursam Ciclo I (1º a 4º ano do ensino fundamental), sendo 2.963 da rede regular de ensino e 64 da escola especial. Ainda nesta escola, há 72 alunos matriculados em turmas de 5ª a 8ª série (Tabela 13).

**Tabela 13.** Atendimento de crianças de 7-14 anos em escolas da rede municipal de Diadema, segundo dados da SECEL de março de 2004

Tipo de atendimento	Total de alunos atendidos de 1ª a 4ª série	Total de alunos atendidos de 5ª a 8ª série	Total de alunos atendidos de 1ª a 8ª série
Rede regular (5 escolas)	2.963	-----	-----
E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” <sup>28</sup>	64	72	136
Total de alunos atendidos de 1ª a 4ª série	3.027	72	3.099

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – QME março/2004

Há, também, forte investimento na educação de jovens e adultos (EJA). No primeiro semestre de 2004 havia 5.159 matrículas de jovens e adultos na rede, das 2.505 em Ciclo I - Alfa/Pós e 2.654 em Ciclo II - Suplência II; outros 23 alunos de Alfa e Pós frequentam a escola especial “Olga Benário Prestes” (Tabela 14).

<sup>28</sup> Maiores informações sobre os atendimentos na E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” podem ser consultados na Tabela 20, neste texto.

Segundo o relatório das condições da Educação de Jovens e Adultos (2001, p.1), Diadema desenvolve três outras ações educativas em parceria com a sociedade civil: o MOVA (Movimento de Alfabetização), o MOV@DI (Movimento de Alfabetização Digital) e o Projeto Adolescente Aprendiz, cujas finalidades e abrangência não serão exploradas para fins deste trabalho.

Atualizando os dados sobre matrículas na rede municipal de ensino de Diadema, segundo a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECEL), em março de 2004, o total era de 23.921 alunos, já incluídos os da educação especial que freqüentam as classes comuns de educação infantil e de ensino fundamental, bem como a EJA. Todavia, se forem considerados os atendimentos, sem os matriculados na educação especial e na rede de creches conveniadas, nesse mesmo período teremos um total de 21.623 alunos na rede, dos quais 13.596 na educação infantil - rede direta; 2.963 no ensino fundamental regular; e 5.064 na EJA (Tabela 14).

**Tabela 14.** Números de alunos matriculados na rede regular de ensino de município de Diadema, com base em informação da SECEL- março/2004

Dependência Administrativa	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Educação de Jovens e Adultos			Total
	Rede Direta		Rede Indireta	Regular	Especial		Ciclo I		Ciclo II	
	Creche	Pré-Escola			0-6 anos	1º a 4º ano				
			Alfa e Pós	Suplência II						
<b>Diadema</b>	1.162	12.439 5 alunos "Olga")	2.134	2.963	64	72	2.482	Especial2 3	2.582	
	<b>Total - 15.735</b>			<b>Total - 3.099</b>			<b>Total - 5.087</b>			<b>23.921</b>

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema - QME março/2004.

Os dados até o momento apresentados demonstram que Diadema elegeu como prioridade o desenvolvimento e manutenção da educação infantil. Como já citado, em sua rede existem apenas 6 equipamentos que ofertam ensino fundamental, 5 de ensino regular e 1 de ensino especial.

#### 4.1 Estrutura e Organização do Sistema de Ensino de Diadema

A organização da educação infantil está expressa no art. 9º do documento Normas Regimentais, da seguinte maneira:

Art. 9º - A Educação Infantil oferece atendimento em período parcial e integral:

I- no período integral são atendidas crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;

II- no período parcial são atendidas preferencialmente crianças de 6 (seis) anos seguidas pelas de 5 (cinco) anos, sendo a organização por fases:

Fase II – com 5 anos completos ou a completar até 30 de junho de ano de ingresso.

Fase III- com 6 anos completos ou a completar até 30 de junho do ano de ingresso. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 5).

Quanto ao ensino fundamental regular e suplência, a organização em ciclos está regulamentada pelo art. 10:

O Ensino Fundamental organiza-se na forma de ciclos:

I- para o nível regular e modalidade especial, em regime de progressão continuada, com duração de 8 (oito) anos, organizados em dois ciclos:

a- Primeiro ciclo, constituído pelos 4 (quatro) primeiros anos de escolaridade.

b- Segundo ciclo, constituído pelos 4 (quatro) últimos anos.

II- para a modalidade Suplência, com duração de 04 (quatro) anos, organizados em dois ciclos:

a- Primeiro ciclo, constituído por 2 fases: Alfa e Pós, com duração de um (01) ano para cada, totalizando 02 (dois) anos, equivalentes aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental Regular,

b- Segundo ciclo, constituído por 4 termos, com duração de um (01) semestre por termo, totalizando 02 (dois) anos, equivalentes aos quatro últimos anos do Ensino Fundamental Regular .

§1º- A idade mínima admitida para ingresso na Suplência é de 14 (quatorze) anos.

§ 2º- É facultado ao aluno matrícula e promoção em cada final de semestre das fases do 1º ciclo desde que devidamente avaliado e documentado, para a promoção; e em havendo vaga, para a matrícula. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p5-6)<sup>29</sup>.

Neste mesmo documento encontra-se a regulamentação para a educação especial, tal como consta no art. 11:

A educação especial oferece atendimento através de dois segmentos:

a- Através do CAIS – Centro de Atenção à Inclusão Social, com acompanhamento periódico de professores de educação especial na modalidade itinerante e nas salas de recursos e salas de apoio pedagógico.

b- Através da Escola Municipal de Educação Especial (EMEE) “Olga Benário Prestes”, para alunos com deficiência auditiva e que não puderem ser inclusos nas classes comuns das escolas municipais. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p 6).

As normas para constituição, instalação e organização das classes estão estabelecidas no art. 138, do Cap. III das Normas Regimentais (2000)<sup>30</sup>:

<sup>29</sup> Ressalte-se apenas que a E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, em seu regimento próprio, mantém a organização do ensino em séries anuais.

<sup>30</sup> Há normatização de critérios específicos para composição de classes com alunos que apresentam necessidades especiais, será detalhada posteriormente, pois se refere a uma Resolução aprovada pelo secretário de educação em 2003, Resolução 001/2003.

As classes na rede municipal de ensino serão organizadas, respeitando-se as especificidades de cada modalidade, conforme abaixo:

I- na Educação Infantil de período integral

a- berçário 5 crianças para cada módulo

b- 02 e 03 anos – 15 crianças por classe

c- 04 a 06 anos – 25 crianças por classe.

II- na Educação Infantil de período parcial

a- 6 anos – 32 crianças por classe

b- 5 anos - 32 crianças por classe

III- no Ensino Fundamental regular:

a- primeiro ciclo – 30 alunos por classe.

b- segundo ciclo - 35 alunos por classe

IV- no Ensino Fundamental Supletivo:

a- Suplência I – Fase Alfa: 30 alunos por classe, Fase Pós: 35 alunos por classe

b- Suplência II- 35 alunos por classe

§ 1º - No caso de baixa demanda ou outro motivo, classes só poderão ser instaladas com número acima de 30% menor que os previstos no “caput” deste artigo, com prévia autorização do secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

§ 2º - Quando, no ato de matrícula, a escola for informada de que o aluno tem necessidades educativas especiais, o número de vagas por classe será reduzido em até 20% segundo avaliação da equipe de educação especial, junto ao grupo-escola, com conhecimento e aprovação do Departamento de Educação. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 41).

A “avaliação de processo ensino-aprendizagem”, segundo as Normas Regimentais:

[...] deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do educando na relação com a ação dos educadores, na perspectiva do aprimoramento do processo educativo.

Parágrafo Único – O processo de avaliação deve ser contínuo, cumulativo e sistemático e ter como base a visão global do aluno, subsidiado por observação e registros obtidos no decorrer do processo, de tal forma que os conteúdos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas atendam às necessidade individuais de todos os educandos (art. 89). (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 30-32).

E terá por objetivos:

I – diagnosticar a situação de aprendizagem do educando para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;

II – verificar os avanços e dificuldades do educando no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;

III – fornecer aos educadores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o replanejamento;

IV – possibilitar aos educandos tomarem consciência dos seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo de aprendizagem;

V – dar base à tomada de decisão quanto à promoção dos educandos;

VI – fundamentar as discussões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos paralelos de reforço e recuperação da aprendizagem, da classificação e reclassificação de alunos (art. 90). (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 30-32).

Ainda quanto à avaliação, o artigo 91 das Normas Regimentais delega certo grau de autonomia às unidades escolares:

O regimento deverá conter a sistemática de avaliação do rendimento do aluno, incluindo a escala de avaliação adotada pela unidade escolar para expressar os resultados em todos os níveis, cursos e modalidades de ensino.

Parágrafo Único – No calendário escolar deverão estar previstas reuniões bimestrais dos Conselhos de Classe e Série, dos professores, alunos e pais para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de ensino adotados e os resultados de aprendizagem alcançados. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 30-32).

A regulamentação desse processo também prevê:

Art. 92º Os resultados do processo de avaliação contínua terão a seguinte periodicidade e serão expressos:

I- através de registros contínuos, resultando em relatórios descritivos de avanços e dificuldades dos educandos, a ser apresentado, bimestralmente, aos alunos e/ou pais, na Educação Infantil;

II- através de registros contínuos, resultando em relatórios descritivos bimestrais no ensino Fundamental regular;

III- através de conceitos bimestrais, conforme artigo 93, destas Normas Básicas no Ensino Fundamental regular e no ensino Fundamental supletivo:

Parágrafo Único – para análise e reflexão do processo de avaliação do aluno, a escola deverá garantir, no calendário escolar, no mínimo:

a- 2 (dois) instrumentos de avaliação por bimestre,

b- encontros bimestrais entre educadores da escola;

c- encontros bimestrais dos educadores com educandos e pais e responsáveis. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 30-32).

Para finalizar, as escolas diademenses devem expressar seus compromissos em documento específico, denominado Plano Escolar que:

[...] é o registro das decisões do Grupo Escola aprovado pelo Conselho de Escola e sua respectiva operacionalização, visando a organização da ação educativa da unidade escolar, de acordo com as diretrizes e metas definidas pelo departamento de educação da SECEL e legislação vigente. (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000. Cap. I – do Desenvolvimento do Ensino, art. 77, p. 27).

Segundo informações cedidas por profissionais da SECEL, todas as escolas apresentam anualmente a atualização de seu Plano Escolar, o qual é apreciado e acompanhado por Professor Assistente Técnico-Pedagógico (PATP).

#### **4.2 Condições de Trabalho dos Profissionais de Ensino em Diadema**

Em Diadema, a contratação dos professores e educadores ocorre por concurso público, desde a promulgação da Lei Orgânica do Município, em 1990. O total de docentes da rede, atuando em sala de aula ou em gestão de escola no primeiro semestre de 2004, é de 1.101 professores, dos quais 1.043 são concursados ou, tal como denominado em Diadema,

estatutários (94,73%), 24 são celetistas estáveis<sup>31</sup> (2,18%) e 34 celetistas não estáveis (3,09%) (Tabela 15).

**Tabela 15.** Situação funcional dos professores da rede de ensino de Diadema, segundo dados fornecidos pela SECEL, em junho de 2004

Nível ou modalidade de ensino*	Estatutários (concurados)	Celetistas estáveis	Celetistas não estáveis
Educação infantil	641	16	26
Ensino fundamental <sup>32</sup>	207		1
CAIS (1 em processo de aposentadoria)	21		
E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”	14		
Educadores (creches – rede direta)	160	8	7
<b>Total por situação funcional</b>	<b>1043</b>	<b>24</b>	<b>34</b>
		<b>Total</b>	<b>1.101</b>

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – junho/2004, por contato telefônico com funcionária de responsável pela “Ponte RH” na SECEL

Do conjunto dos professores da rede de ensino de Diadema, 11 profissionais ocupam hoje a função de Professor Assistente Técnico Pedagógico (PATP) na SECEL, sendo responsáveis pelo suporte às unidades escolares; 47 a função de coordenadores e 42 de assistentes de coordenação.

Para o desenvolvimento de suas funções, a rede de ensino de Diadema prevê diferentes jornadas de trabalho para seus professores, cuja variação está registrada na Tabela 16.

De seus dados pode-se constatar que para todos os profissionais que atuam na rede de ensino de Diadema estão garantidas horas de formação coletiva e individual. Ressalte-se, ainda, que a partir dessas jornadas básicas, respeitando o máximo de 44 horas de trabalho semanal, os profissionais da educação de Diadema podem compor, de diferentes formas, sua carga horária. No caso dos professores de educação especial do CAIS estão garantidas horas para estudos de caso, o que se justifica pela diversidade de atendimentos realizados por esse Centro. Nos equipamentos em que funciona a educação infantil integral atuam dois profissionais, o educador com formação em nível médio e o professor que pode ter formação em nível médio e/ou superior.

<sup>31</sup> Os professores celetistas estáveis são aqueles contratados em regime CLT, ou seja, segundo os critérios da Consolidação das Leis Trabalhistas, categorizados como estáveis por enquadrarem-se nos critérios de estabilidade estabelecidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que deixou de ocorrer com os não estáveis, devido ao fato de não atenderem às normas estabelecidas na referida carta Magna.

<sup>32</sup> Em Diadema, estão computados como professores do ensino fundamental também aqueles que atuam de 5ª a 8ª na escola especial e na EJA – Alfa e Pós e Suplência II.

**Tabela 16.** Jornadas de trabalho dos profissionais da rede municipal de ensino de Diadema, segundo dados fornecidos pela SECEL, em junho de 2004

Enquadramento do professor	Jornada Trabalho	Atividades pedagógicas com alunos	Hora de Formação	Hora Projeto na escola	Local de livre-escolha	Sábado
Professor de educação infantil	22 horas	17h30'	2h	1h	1h	30' – Escola Única
Professor de ensino fundamental I + EJA Alfa e Pós das escolas regulares e da especial	22 horas	17h30'	2h	1h	1h	30' – Escola Única
Professor de ensino fundamental I (das escolas regulares e da especial)	25 horas	20h	2h	1h	1h30'	30' – Escola Única
Professor de ensino fundamental II + EJA Suplência II	20 horas	16h	2h	Sábado Bimestral 30' – SEJÃO	1h	30' – Escola Única
CAIS - Professor de educação especial (Serviço Itinerante e Sala de Recursos e de Apoio)	25 horas	16h	2h	1h	1h30'	30' – Escola Única 3h30' – Estudos de casos 30' – Reunião bimestral
Educador (cheche)	34h	31h	1h (no DEPED)	30' reunião duplas 30' reunião pares	-----	1h – Escola Única
Professor que atua em creche	22h + 8h (suplementação)	24h	2h30'	1h	1h30'	30' – Escola Única 30' Sábado Escola

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – junho/2004, por contato telefônico com funcionária de responsável pela “Ponte RH” na SECEL

## 5 A Educação Especial no Município de Diadema

A princípio será apresentada uma breve síntese com os principais marcos da história da educação especial do município de Diadema, no período de 1988 a 2000, e algumas das ações realizadas no mandato 2001 até meados de 2004. Em seguida, serão explorados os serviços, programas, projetos e ações desenvolvidos pelas áreas de Saúde, Cultura, Esporte e Educação, tanto nas esferas dos poderes públicos municipal e estadual, como pelo setor privado.

Em 1988, a partir de reivindicação de familiares, foi criada a já citada Escola Municipal de Educação Especial “Olga Benário Prestes” para alunos com deficiência auditiva. Em 1991, foram matriculados alunos com essa deficiência nas pré-escolas municipais. O Serviço de Educação Especial desenvolvido na E.M.E.E “Olga Benário Prestes” passa a oferecer, em 1993, a modalidade professor itinerante.

Em 1994, foi realizado o I Censo do Portador de Deficiência, cujos resultados subsidiaram a formulação de políticas de atendimento em anos subsequentes. De tal modo, em 1995, foram criadas as primeiras Salas de Recursos (SR) na E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”, para atender alunos com deficiência visual e auditiva, provenientes de escolas das redes públicas, estadual e municipal e, ainda, teve início a implantação de classes de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série para alunos surdos na escola especial. No final do ano de 1996 em face dos dados do Censo é implantada a sala de apoio pedagógico para alunos com deficiência física. Em 1998 e 1999, respectivamente, foram instaladas Sala de Apoio Pedagógico para alunos com Distúrbios Globais do Desenvolvimento (SAP-DGD) e com deficiência mental (SAP-DM).

Em 1999, foi implantado o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), no qual atualmente estão lotadas as salas de recurso e de apoio pedagógico, juntamente com o referido serviço itinerante.

Na gestão 2001-2004, foram implantadas e implementadas várias ações, dentre as quais se destaca a construção de um projeto, aprovado em 2002, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que resultou na:

- ampliação do CAIS;
- implantação de uma biblioteca Braille;
- eliminação de barreiras arquitetônicas nas creches da cidade.

E, ainda, ampliação de unidades de transporte coletivo adaptado, resultado de cumprimento de compromisso político da atual gestão com a ampliação de sua frota na cidade.

### **5.1 Recursos que o Município Dispõe em Diferentes Setores da Atenção Pública para Atender Pessoas com Necessidades Especiais**

Considerando a opção adotada em Diadema de reunir em uma mesma secretaria as áreas de educação, cultura, esporte e lazer<sup>33</sup>, e as demandas por atendimento de saúde da população com necessidades especiais, a seguir serão relacionados alguns dos serviços, programas que atendem a essa população, com destaque para a educação especial.

---

<sup>33</sup> Essa estrutura passou a vigorar em 1993.

### **Serviços e Programas de Saúde**

Como recurso municipal, o Serviço de Atendimento Odontológico para Paciente Especial, inaugurado em 16 de junho de 2004, funciona junto ao Pronto-Socorro Municipal, localizado no Centro, e conta com 3 salas de atendimento. Ainda, o setor de Saúde possui um serviço de atendimento aos munícipes que “dispõe de veículos adaptados para transporte de pessoas que têm mobilidade reduzida” (pessoas com deficiência, desde cadeirantes até obesos com dificuldades de locomoção)<sup>34</sup>. Esse serviço serve aos pacientes que são atendidos em outros estabelecimentos hospitalares e de reabilitação, tanto internos quanto externos ao município.

A rede municipal dispõe de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Público do Serraria, que é administrado em parceria com o Estado, responsável por sua construção e manutenção, em terreno da Prefeitura. Sua equipe médica é formada no Hospital Escola da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Os encaminhamentos dos pacientes são realizados envolvendo os sete municípios do Grande ABC (Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e, especificamente em Diadema, estes são feitos por meio das Unidades Básicas de Saúde da região.

### **Projetos de Cultura**

Como um dos serviços público municipal, o Grupo Mão na Roda, formado por pessoas com necessidades especiais de 17 a 40 anos, usa a arte para divulgar e conscientizar a sociedade bem como para promover a inclusão social destas pessoas. Para tanto, apresenta-se em diversos espaços (praças, ruas, teatros, etc.) e também participa de palestras em escolas e entidades interessadas promovendo a consciência sobre a atuação do deficiente na sociedade, conhecimento sobre prevenção de patologias adquiridas por falta de vacinação, acidentes e violência<sup>35</sup>. O Corpo de Baile é composto por 10 integrantes, sendo todos deficientes. O grupo já foi composto por pessoas com deficiência visual, com deficiência auditiva e com deficiência mental em grau leve, e chegou a ter 30 membros. O principal trabalho desenvolvido é a conscientização da sociedade através da difusão do espetáculo.

---

<sup>34</sup> Boletim da Cidade. Informativo da Prefeitura de Diadema. Ano 1, n.º 8. Junho/2004

<sup>35</sup> Site: <http://www.ciadedancas.apbd.net/programassociais/maonaroda.htm>, acessado em 24 de maio de 2004.

### **Ações na Área de Esporte**

Desde início de 2004, no espaço da sala de ginástica do Jardim Rosinha, pertencente ao sistema público de Diadema, realizam-se aulas de capoeira envolvendo alunos com deficiência auditiva da E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” e membros da comunidade que residem nas proximidades da referida sala. Por ser um programa aberto à comunidade, sem vínculo com a escola especial não há controle e registro sistematizado dos participantes com deficiência auditiva.

### **Serviços na Área de Educação**

Para a educação serão apresentados os recursos disponíveis nas redes estadual e privada e, posteriormente, do sistema municipal.

A rede estadual de ensino, em Diadema, segundo planilha da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo de 2004, é composta por 67 escolas de ensino fundamental e médio<sup>36</sup>. Segundo informações obtidas, nessa rede há apenas 4 classes especiais para atender alunos com deficiência mental (DM), das quais 2 estão sediadas na Escola Estadual (E.E.) Profa. “Olga Fonseca<sup>37</sup>” (região Centro), com 27 alunos (14 frequentando a classe do período da manhã e 13 a do período da tarde) e 2 na E.E. Profa. “Lydes Raquel Gutierrez” (região Norte), criadas em 1983, com 29 alunos (15 no período da manhã e 14 à tarde). Os professores dessas classes são habilitados na área da deficiência mental.

Criada em 3 de março de 1979, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Diadema (APAE-Diadema) atende, fundamentalmente, alunos com DM acima de 7 anos, e mantém alguns programas de reabilitação, não diários, para pessoas com autismo e com deficiência mental em grau severo. Cabe ressaltar que esta instituição possui convênio técnico-financeiro com a Prefeitura Municipal de Diadema (PMD), devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.276, de 1993. A APAE/Diadema, atende, atualmente, 80 alunos no serviço de escolarização inicial, sendo 30 em sala inicial (7 à 12 anos) e 50 na sala intermediária, com idade superior à 12 anos; 66 alunos (14 à 18 anos) na escolarização e profissionalização – oficina pedagógica; 76 alunos, dos quais 54 estão em oficinas

---

<sup>36</sup> Nos dados do Censo Populacional (IBGE, 2000) estão declarados 66 estabelecimentos de ensino estadual paulistas no município de Diadema (Tabela 5, deste trabalho). A rede privada, em 2004, conta com 44 estabelecimentos de ensino cadastrados junto à Diretoria de Ensino Diadema; nos dados do IBGE 2000 registravam 39 instituições (também, Tabela 2 deste trabalho).

<sup>37</sup> Segundo informações obtidas na escola, estas classes foram criadas na E.E. “João Ramalho”, provavelmente na década de 70, e transferidas para esta unidade.

ocupacionais, 16 em atendimento ocupacional severo e 6 em atendimento educacional à autistas. Oferece um programa de “treinamento, avaliação e colocação do aprendiz no trabalho competitivo e/ou protegido”, para 96 jovens. Em seu Centro de Convivência, atende 29 alunos. Em síntese, oferece atendimento a um total de 347 pessoas com necessidades especiais. Na lista de espera de 2004, há 7 crianças, na faixa de 0 a 12 anos, e 26, acima desta faixa etária, totalizando 33 alunos.

A educação especial no município de Diadema é gerida pela Divisão de Educação Especial<sup>38</sup>, uma das divisões do DEPED/SECEL, e oferece atendimento no formato de:

- *Serviço de apoio especializado* no Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), para alunos da rede municipal de ensino (matriculados na educação infantil, no ensino fundamental, na Educação de Jovens e Adultos), para alunos de escolas da rede estadual e privada de ensino fundamental localizadas em Diadema, e para alunos que não estão, no momento, vinculados à escola regular. Ainda, há alunos com necessidades especiais, matriculados nas escolas diademenses no ensino fundamental atendidos pelo Grupo de Intervenção Metodológica (GIM).
- *Serviço especializado* na Escola Municipal de Educação Especial (E.M.E.E.) “Olga Benário Prestes”, para alunos com deficiência auditiva.

O CAIS está aberto para atendimento nos períodos da manhã, intermediário, tarde e noite. Nos horários da manhã e tarde funcionam as 2 Salas de Recursos (uma reservada ao atendimento de pessoas com deficiência visual e a outra aos que apresentam deficiência auditiva) e 3 Salas de Apoio Pedagógico (uma atender pessoas com deficiência física, a outra para deficiência mental e uma para Distúrbios Globais do Desenvolvimento<sup>39</sup>), em cada período. O Serviço de Professor Itinerante funciona nos quatro períodos mencionados, com 11 professores, dos quais 2 encontram-se em condição de afastamento de suas funções e uma atua em dois períodos, o que resulta em 12 disponibilizações de atendimento (Tabela 17)<sup>40</sup>.

Há, ainda, o Atendimento à Comunidade responsável pela triagem dos casos encaminhados ou que procuram, espontaneamente, o CAIS. Dentre suas atribuições, as famílias são orientadas sobre as necessidades de seus filhos, são recomendadas terapias de apoio, avaliação diagnóstica e demais encaminhamentos que se fizerem necessários.

---

<sup>38</sup> Divisão criada em 1993.

<sup>39</sup> A partir da inauguração das novas instalações do CAIS, em junho de 2004, foi prevista a criação de uma sala para estimulação precoce.

<sup>40</sup> A jornada de trabalho desses profissionais está registrada na Tabela 16 e regulamentada no Estatuto do Magistério de 1997.

**Tabela 17.** Caracterização dos professores que atuam no CAIS e na escola especial Olga Benário Prestes

Local de trabalho	Função	Tipo de Serviço	N.º de professores	Formação
CAIS	Professor de educação especial	Serviço Itinerante	11	Pedagogas com habilitação nas áreas de deficiência mental, auditiva e visual
		Sala de Recursos para DV	2	Pedagogas com habilitação na área de deficiência visual
		Sala de Recursos para DA	2	Pedagogas com habilitação na área de deficiência auditiva, tecnicamente denominada Educação de Distúrbios da Áudio-Comunicação - EDAC
		Sala de Apoio Pedagógico para DM	2	Pedagogas com habilitação nas áreas de deficiência mental
		Sala de Apoio Pedagógico para DF	2	1 pedagoga com habilitação em deficiência auditiva 1 pedagoga com habilitação em deficiência física
		Sala de Apoio Pedagógico para DGD	2	1 pedagoga com habilitação em deficiência mental e visual, com especialização em Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (Lugar de Vida – IPUSP) 1 pedagogo com habilitação em deficiência mental, em caráter de substituição
		Sala de atendimento à comunidade	-----	1 pedagogo que suplementa a jornada de trabalho da SR de DA
E.M.E.E. “Olga Benário Prestes”	Professor de educação especial	Escola especial de 1ª à 8ª séries do ensino fundamental	14 (1ª - 4ª série) 19 (5ª - 8ª série) 2 (Alfa e Pós)	14 habilitados em EDAC 19 habilitados em áreas de conhecimento, sendo que 10 são sediados na escola 1 professora de EJA-Alfa, com habilitação em EDAC, que estende jornada de trabalho 1 pedagogo
		Sala de Leitura	1 período integral	1 pedagogo com habilitação em EDAC
		Sala de Estimulação	1 período integral	1 pedagogo com habilitação em EDAC

Fonte: Dados coletados em junho de 2004, por contato telefônico, respectivamente, com a coordenadora do CAIS e com a professora assistente de coordenação da escola especial

Na Tabela 18 estão registrados os atendimentos realizados pelo CAIS, segundo documento QME – Quadro de Movimentação das Escolas março/2004. Do total de 329 pessoas registradas, 161 estão em atendimento somente no CAIS; os demais são alunos matriculados nas escolas municipais, em atendimento com os professores itinerantes.

**Tabela 18.** Número de alunos com necessidades especiais atendidos no Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS) e nas escolas municipais da rede de ensino de Diadema

Atendimento CAIS			
Tipo de necessidade especial	CAIS	Escolas	Total
Deficiência Mental	35	82	117
Distúrbio Global do Desenvolvimento	51	29	80
Deficiência Física	31	36	67
Deficiência Auditiva	27	16	43
Deficiência Visual	17	5	22
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>168</b>	<b>329</b>

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – QME março/2004

O Projeto GIM, hoje denominado Programa GIM, segundo documento intitulado “Programa de formação permanente – ensino fundamental regular. Grupo de Intervenção Metodológica – 2003”, implantado pelo Departamento de Educação, como piloto<sup>41</sup>, no segundo semestre de 2002, tem como objetivos:

- Dar uma nova identidade ao Ensino Fundamental de Diadema, pautada na qualidade;
- Diagnosticar as causas das dificuldades de aprendizagem dos alunos e da reprovação escolar;
- Investir maciçamente no apoio e na formação permanente dos professores, com vistas a evitar a defasagem série/aprendizagem;
- Criar condições para que os professores sejam pesquisadores, reflitam sobre a sua prática e construam novas práticas de intervenções metodológicas;
- Avaliar e registrar permanentemente as ações do GIM, sempre na perspectiva de aprimoramento do Projeto. (DIADEMA. SECEL/DEPED. GIM, 2003, s/p).

Nesse Programa atua uma professora de educação especial vinculada ao CAIS, responsável por atender os alunos que apresentam necessidades especiais matriculados no ensino fundamental. Além de frequentar o GIM, alguns desses alunos são atendidos nas Salas de Recurso ou de Apoio do CAIS. Segundo informações colhidas em contato telefônico com a chefe de Divisão do Ensino Fundamental da SECEL, há 300 alunos atendidos pelo GIM, dos quais 180 são acompanhados pela referida professora de educação especial.

A E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” atende, ao todo, 164 alunos, dos quais 136 de 1ª a 8ª série, 23 em Educação de Jovens e Adultos (11 em Alfa e 12 em Pós) e 5 alunos na educação infantil parcial. Ainda, há 32 alunos em Sala de estimulação e 72 em atendimento fonoaudiológico (Tabela 19).

**Tabela 19.** Atendimento a alunos com deficiência auditiva, segundo dados de março de 2004

Escola	Região	Criação	Alunos em atendimento escolar				Outros atendimentos		
			Educação Infantil	Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries	Ensino fundamental 5ª a 8ª	Alfa/Pós	Sala de Estimulação	Fonoaudiologia	
E.M.E.E. Olga Benário	Centro-Oeste	1988							
Total de atendimentos - 268 164 (escola) 104 (habilitação)			Manhã ou tarde	Manhã e Tarde	Tarde e Noite	Noite		Vários horários	Vários horários
						Alfa	Pós		
			5	64	72	11	12	32	72

Fonte: SECEL/DEPED/Diadema – QME março/2004

<sup>41</sup> Este Programa funcionou como um piloto no período de 16 de setembro a 16 de dezembro de 2002.

## 5.2 Estrutura e Organização do Sistema de Ensino de Diadema para Atender aos Alunos com Necessidades Especiais

Em 2003, foi promulgada a Resolução SECEL nº. 001, que estabelece orientações e critérios para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. No art. 6º que trata da educação especial estão previstos:

1. As escolas devem indicar no Q.M.E, mensalmente, o número de matrículas de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, por segmento e período.
2. Devem ser matriculados, no máximo, dois alunos com deficiências por classe, assegurando que não sejam portadores das mesmas patologias.
3. A redução do número de alunos por classe (máxima de 20% do módulo) deve ocorrer somente com a avaliação da equipe da Educação Especial.
4. Havendo avaliação da Equipe da Educação Especial de que os alunos considerados especiais não apresentam nenhuma deficiência, as classes devem ser completadas até o número máximo de seu módulo, obedecendo à lista de espera.
5. Os materiais específicos para apoio no processo de escolarização de alunos matriculados na rede municipal são de responsabilidade da Coordenação da Escola, devendo ser devolvidos ao Serviço de Educação Especial, na conclusão da escolaridade dos mesmos. (DIADEMA. *Resolução SECEL nº. 001, 2003, p.03*).

Quanto a uma sistemática de trabalho cooperativo entre o professor de educação especial e o que atua em classe regular com alunos que apresentam necessidades especiais, vigoram as Normas Regimentais (2000) que, na Subseção VII “Do Professor de Educação Especial quando em atividade itinerante ou em Salas de Recursos e de Apoio Pedagógico”, art. 61, assim regulamenta as atribuições do professor itinerante:

- I- Identificar, analisar, em conjunto com a equipe de coordenação da unidade escolar, os casos de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, [...].
  - II- Acompanhar o desenvolvimento educacional de alunos devidamente encaminhados ao S.E.E.<sup>42</sup> regularmente matriculados na rede municipal de ensino de Diadema, buscando parceria com a equipe escolar, a família e outros profissionais da área clínica, de forma a desmistificar a deficiência, promovendo condições de construção da educação com qualidade para estes alunos com necessidades educativas especiais e sua inclusão no meio social, como cidadão com direitos e deveres.
  - III- Realizar encontros periódicos com direção, professor e/ou educador da sala de aula, buscando discutir, orientar e encaminhar procedimentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, na perspectiva da inclusão.
  - IV- Atuar na discussão com a coordenação e/ou grupo escola dos procedimentos pedagógicos e rupturas de barreiras arquitetônicas [...].
- Parágrafo Único – O professor de Educação Especial quando em atividade itinerante atuará em todas as Unidades Escolares da Rede Municipal, acompanhando o trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos com necessidades educacionais especiais. (DIADEMA. *SECEL. Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema, 2000, p. 23*).

---

<sup>42</sup> S.E.E. – Serviço de Educação Especial.

No mesmo documento, art. 62, são apresentadas as “atribuições do Professor de Educação Especial quando em atividade nas Salas de Recursos e de Apoio Pedagógico”:

- I- Oferecer recursos pedagógicos específicos e adaptações necessárias aos alunos com necessidades educacionais especiais;
  - II- Promover a independência dos alunos na realização das atividades da vida diária;
  - III- Promover a inserção social por meio do acesso aos recursos e adaptações pedagógicas;
  - IV- Orientar e acompanhar o trabalho pedagógico junto a equipe de profissionais das escolas, nas quais estão inseridos os alunos atendidos nas salas de apoio pedagógico e salas de recursos pedagógicos;
  - V- Ampliar as habilidades lingüísticas por meio de diferentes formas de comunicação;
  - VI- Discutir com a escola, família e a equipe de educação especial os encaminhamentos que se fizerem necessários para a inclusão dos alunos das referidas salas no ensino regular;
  - VII- Desmistificar a deficiência junto à comunidade escolar, construindo práticas inclusivas visando uma educação de qualidade para todos;
  - VIII- Registrar o trabalho realizado em documentos elaborados pelo Serviço de Educação Especial mantendo-os arquivados no próprio serviço;
  - IX- Discutir semanalmente com seus pares, Professores de Educação Especial em atividade Itinerante, por período e sob coordenação da Chefia do Serviço, os casos acompanhados pelo serviço, para orientações e decisões conjuntas para cada caso específico.
- Parágrafo Único – O Professor de Educação Especial quando em atividade nas Salas de Recurso e de Apoio Pedagógico atuará nas referidas salas oferecendo condições para que o munícipe com necessidades educacionais especiais desenvolva seu potencial, promovendo sua inclusão e permanência no ensino regular e atuando nos diferentes espaços sociais como protagonista de sua história.” (DIADEMA. SECEL. *Normas Regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*, 2000, p. 24).

Note-se que muitas das ações previstas nesses dois artigos acabam por orientar, também, o processo de encaminhamento do aluno com necessidades educacionais especiais para estudo pela equipe de apoio ou outra forma de avaliação.

Não há nenhum documento específico que regulamente o processo de elaboração e de acompanhamento da implementação do Plano Individualizado de Ensino. Mas, os professores itinerantes adotam procedimentos de registro das intervenções e da evolução dos alunos em formulários próprios, desenvolvidos a partir das necessidades que vão se evidenciando no cotidiano de suas ações.

No documento “Concepção de Currículo da Educação Municipal de Diadema – 2004 (1ª versão)” a escola inclusiva deve ter um “currículo escolar que não tenha a preocupação única de escolarizar com conteúdos e programas rígidos, mas que considere o que o aluno traz de mais essencial, que é a sua identidade social construída ao longo da trajetória de sua vida” (p.5).

Tanto no documento Normas Regimentais (2000) quanto na Resolução SECEL n.º 001, de 2003, não há menção oficial de flexibilização no processo de avaliação do ensino-aprendizagem no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais.

### **5.3 Capacitação dos Profissionais da Educação para Atuarem Junto a Pessoas com Necessidades Especiais**

Quanto à capacitação continuada dos professores e gestores educacionais, segundo consta do Jornal do DEPED “Diadema faz escola”, nº 1, set. 2003:

A formação dos profissionais da Educação de Diadema, uma das metas do Plano de Ações Pedagógicas do DEPED, tem um papel fundamental na Política Educacional, pois faz parte do eixo da SECEL que se relaciona com a “qualidade social da educação”. (p.7).

O programa atinge 100% dos profissionais da educação, com formação mensal, com dispensa de aula para todos os segmentos. Planejamento, registro e avaliação são temas centrais discutidos nas formações. [...] Tem ainda a formação da Educação Especial, dos coordenadores, Conselho Escolar e Grêmios Estudantis. E tem mais: Pratas da Casa e Agitando Idéias têm se constituído em importantes espaços de formação contínua. (p.8).

Ainda baseado no jornal acima citado, destacam-se os projetos especiais na perspectiva da construção curricular: “Grupo de Intervenções Metodológicas” (GIM), “Educar é Prevenir”, “Projeto de Educação Musical” e “Dançando a vida na escola”, como uma forma de compartilhar experiências coletivas (JORNAL DO DEPED “Diadema faz Escola”, nº 1, set. 2003). Merece destaque o “Projeto Pratas da Casa”, que tem como formadores os próprios funcionários da rede de ensino na ativa, ou seja, os gestores, os PATPs, os chefes e os diretores da Secretaria, o que se constitui numa forma de assessoria interna voltada a todos os profissionais da rede.

Quanto à educação especial, em 2003, o programa de formação continuada da rede municipal de Diadema, via assessoria externa, envolveu os professores da educação especial (do CAIS e da “Olga Benário Prestes”) e regular, os assistentes de coordenação e os PATPs. Em 2004, a capacitação foi prevista somente para os professores das escolas municipais de Diadema que têm alunos com necessidades educacionais especiais, os diretores e os assistentes dessas escolas, bem como os respectivos PATPs responsáveis pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas. É prática desse sistema de ensino estender o convite aos profissionais que atuam na APAE/Diadema. No decorrer do ano, nos horários de reunião coletiva na escola, são incluídos temas de educação especial sob a responsabilidade dos professores itinerantes.

#### **5.4 Interfaces com Outras Secretarias Diademenses**

No que tange à articulação com demais setores públicos para atender necessidades dos alunos (Saúde, Assistência Social, Transportes, Esporte, Lazer, Cultura, etc.) o município previa, em seu PAP de 2003, alguns objetivos a serem atingidos no primeiro e segundo semestres e, para cada um, as ações que envolvem outros setores públicos, tais como:

Ampliar a Interface entre as Secretarias de Saúde e a Educação Especial. Ações a realizar: Encontro regional entre as coordenadoras das UB's e as coordenadoras das escolas municipais. (prazo: 1º sem. 2003)

Manter e Ampliar o Transporte Escolar. Ações a realizar: Promover ações que contribuam para mudanças no transporte coletivo com adaptações para deficientes físicos. (prazo: 1º sem. 2003).

Reestruturar o Espaço Físico das Unidades Escolares, Adaptando-os às Necessidades Físicas dos Alunos com Deficiência. Ações a realizar: Adaptações arquitetônicas em 11 escolas contempladas pelo convênio com BNDS. (prazo: 1º e 2º sem. 2003). (DIADEMA. SECEL. PAP, 2003, p.13 e 25, respectivamente).

Por fim, mesmo que previstas as articulações intersecretarias, considera-se que é preciso avançar mais nessa direção, para que as demandas da população com necessidades especiais sejam atendidas.

#### **5.5 Outras Ações Municipais para Garantir a Inclusão Social e Escolar da Pessoa com Necessidades Especiais**

A implementação das adaptações de grande porte para atender às necessidades educacionais do alunado - acessibilidade, aquisição de materiais e equipamentos - é realizada a partir das demandas que as escolas trazem e das possibilidades arquitetônicas de cada prédio. A partir disso, Secretaria de Obras do município de Diadema busca assegurar a acessibilidade.

Cabe ressaltar que a quase totalidade dos equipamentos tem banheiros adaptados e, em alguns destes, há rampas, barras de apoio, bem como cadeiras modificadas e pranchas para atender alunos com deficiência física.

O Plano de Ação Pedagógica de 2003 destaca ações realizadas e a realizar referentes à reestruturação do espaço físico e manutenção de serviços (como ampliação, transporte adaptado, etc.), para que a rede de ensino de Diadema se enquadre às normas de acessibilidade:

Manter e Ampliar o Atendimento Existente nas Diferentes Modalidades de Ensino;  
Implementar o Programa de Acompanhamento às Escolas para Alunos com Dificuldades de Aprendizagem e Deficiência;

Manter e Ampliar o Transporte Escolar;  
Reestruturar o Espaço Físico das Unidades Escolares, Adaptando-os às Necessidades Físicas dos Alunos com Deficiência;  
Promover uma Ampla Discussão de Reestruturação Curricular nas Escolas Municipais. (DIADEMA. P.A.P., 2003, p. 22).

Os equipamentos e materiais especiais (cadeiras de rodas, cadeiras com ajustes, lousa imantada e outros) são disponibilizados pelo CAIS para as escolas, a partir de notificação de suas necessidades. Na ausência dos recursos requeridos, esse Centro faz um estudo para verificar a possibilidade de criar outros meios para atender as necessidades dos alunos. Ressalte-se que as escolas não têm um Kit mínimo, ou seja, os referidos materiais não fazem parte do seu acervo permanente.

O “Projeto Criando Asas”<sup>43</sup> tem por objetivo “propiciar estimulação psicossocial, centrada no lúdico a 60 crianças de 0 a 6 anos de idade, portadoras de deficiência, na perspectiva de sua inclusão social” e como critérios para inserção da criança estão apontados: renda familiar de até “2 salários mínimos e, excepcionalmente, até 5 salários mínimos, priorizando os residentes em focos de exclusão social e os não incluídos em outros atendimentos especializados”.

Após alguns anos do fechamento da Secretaria de Promoção Social, em 1996, o transporte escolar para alunos com deficiência, não absorvidos nos programas oferecidos na cidade, e que, por isso, freqüentam escolas nos municípios circunvizinhos, é gerenciado e financiado pela Educação. Este serviço é oferecido, também, aos munícipes com deficiência física que freqüentam o CAIS e parte dos alunos da E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” e da APAE.

### **Considerações Finais**

No que se refere, especificamente, às políticas de educação especial, é pertinente apontar que Diadema possui uma trajetória histórica de desenvolvimento de propostas que totaliza 16 anos, dos quais 11 deles foram dispensados à estruturação de uma política inicialmente voltada para ações de integração da pessoa com deficiência, ainda que centradas fortemente no Departamento de Educação (DEPED) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECEL).

---

<sup>43</sup> DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Levantamento do Projeto Criando Asas*. Diadema, 12 de março de 2004.

Sua consolidação tem se dado pela implementação do serviço itinerante, das Salas de Recursos e de Apoio Pedagógico no Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), pela ampliação do número de profissionais que compõem o quadro dos docentes da educação especial e pela constante atuação da E.M.E.E. “Olga Benário Prestes” junto a alunos com deficiência auditiva, desde a estimulação precoce até o final do ensino fundamental.

Os documentos consultados registram investimento crescente na formação dos profissionais da educação, na melhoria das suas condições de trabalho e na valorização de sua carreira, entre outros. Há preocupação em garantir aos professores conhecimentos sobre o campo da educação especial pelo investimento em um programa de formação permanente na rede, bem como de horários de formação em serviço, incorporados às suas jornadas de trabalho. Mas, quanto à formação dos professores, há muitas tarefas ainda por fazer; uma delas é investir na mudança da representação social da deficiência que, segundo análise de Vizim,

[...] Projetos como o de Diadema, bem como trabalhos desenvolvidos sobre a ótica de uma escola inclusiva, que solicita uma prática pedagógica centrada na criança, são necessários para romper com as barreiras da integração, devendo considerar o entrosamento entre o racional e o afetivo na representação da deficiência. (VIZIM, 1997, p. 157).

Constata-se, pelos dados coletados, certa ausência de estruturação do atendimento em educação especial, pela não sistematização do trabalho no que se refere ao currículo, à terminalidade, à sistemática específica de avaliação e à profissionalização das pessoas com necessidades especiais. Verifica-se, ainda, a necessidade de elaboração de normatizações que regulamentem o funcionamento do Centro de Atenção à Inclusão Escolar (CAIS).

No que tange à escola especial para alunos com deficiência da áudio-comunicação, constata-se investimentos na formação de seus profissionais, na estruturação de sua proposta pedagógica e na organização do trabalho para expandir o direito de alunos surdos estudarem com ouvintes. Para atender às necessidades de seus alunos, verifica-se: a opção por trabalhar com professores de áreas nas séries de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> e com pedagogos habilitados em EDAC, somente de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série; manter o atendimento fonoaudiológico em horário diverso ao das aulas, para os alunos até a 2<sup>a</sup> série; garantir formação com instrutor da língua de sinais para todos os professores; oferecer projeto para estimulação de leitura.

Atualmente, o atendimento às pessoas com necessidades especiais é um programa de governo que envolve não somente o DEPED, mas o setor de transporte da SECEL, a Secretaria de Ação e Cidadania e a Secretaria de Saúde.

Apesar disso, há que se destacar a importância e a necessidade de incrementação do intercâmbio entre as diversas secretarias de governo na implantação e na implementação de projetos voltados ao atendimento das pessoas com necessidades especiais, para que a política de Diadema possa se configurar, de fato, como inclusiva. No campo da Saúde, por exemplo, constata-se excessiva demora para a obtenção do diagnóstico e insuficiência de recursos para atender pessoas com graves limitações e/ou com doença mental. Com isso, muitas pessoas nessas condições freqüentam instituições nos municípios circunvizinhos, o que aumenta as despesas públicas com transporte e, principalmente, não permite tornar visíveis as reais demandas dessa população.

O convênio da Prefeitura com a APAE/Diadema expressa a iniciativa política do poder público municipal no sentido de estreitar laços com organizações responsáveis pelo atendimento à população com necessidades especiais. Nessa direção, ressalta-se que entre os 7 municípios da grande São Paulo, Diadema é o único cujo convênio com a APAE tem caráter técnico-financeiro, o que permite o diálogo entre os profissionais do sistema e dessa instituição especializada, bem como a possibilidade de participação de seus profissionais nos eventos de formação continuada oferecidos pela SECEL.

Por fim, ressalta-se que os desafios apontados neste trabalho exigem a realização de outras pesquisas sobre as políticas públicas de inclusão escolar implantadas em Diadema, que possibilitem a apreensão de sua complexidade bem como a organização de indicadores para seu aprimoramento.

## Referências

- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Boletim Estatístico*. Diadema, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar Municipal nº 071/97. *Estatuto do Magistério*, de 19 de dezembro. Diadema, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Levantamento do Projeto Criando Asas*. Diadema, 12 de março de 2004.
- \_\_\_\_\_. *Boletim da Cidade*. Informativo da Prefeitura de Diadema. Ano 1, n.º 8, junho de 2004.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Educação. *Normas regimentais básicas das escolas municipais de Diadema*. Diadema, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Ação Pedagógica*. Diadema, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Resolução SECEL 001/2003*. Diadema, 2003.

\_\_\_\_\_. *Jornal do DEPED “Diadema faz escola”*. Nº 1, set. 2003. Diadema, 2003.

\_\_\_\_\_. *Diadema – QME março/2004*. Diadema, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico brasileiro*. Brasília: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. *Censo Populacional*. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. *Dados do Censo Escolar 2001, 2002, 2003*. Brasília: INEP/MEC, 2004.

PRIETO, Rosângela Gavioli et. alli. *Relatório de pesquisa “Educação inclusiva: ampliando o atendimento de alunos com qualidade e a formação docente”*. São Paulo: FEUSP/FAPESP, set. 2003.

VIZIM, Marli. *A representação da deficiência no cotidiano escolar e suas implicações nas práticas pedagógicas*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1997.

Site: <http://www.ciadedancas.apbd.net/programassociais/maonaroda.htm> <acessado em 24 e maio de 2004>.

Site: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat> <acessado em 21 de junho de 2004>.

Site: [www.inep/mec.gov.br](http://www.inep/mec.gov.br) <acessado em 21 de junho de 2004>.

Site: <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/perfil/request.ksh?PM24669>. *Perfil Municipal de Diadema* <acessado em 03 de julho de 2004>.

Site: [www.florestan.org.br](http://www.florestan.org.br) <acessado em 06 de julho de 2004>.

## **Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise do município de Porto Alegre**

### **Responsáveis pela Pesquisa**

Claudio Roberto Baptista – Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS)

Beatriz Vargas Dorneles – Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS)

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo a análise das políticas de inclusão escolar do município de Porto Alegre, com ênfase na educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Além da necessidade evidente de conhecimento dos efeitos do debate relativo à inclusão no âmbito das políticas municipais de educação, tem sido destacada, pela literatura especializada, a fragmentação de conhecimento sobre os possíveis desdobramentos da existência de diretrizes gerais para o Brasil que indicam o atendimento educacional no ensino comum como prioritário. Nesse sentido, procuramos ampliar a análise das políticas educacionais para a área da Educação Especial, considerando-se a dimensão regional do país. A análise prévia, apresentada em Baptista (2003), indicava que, na Região Sul, o Estado do Rio Grande do Sul mostrava-se em destaque quanto à aprovação de disposições normativas para a área, em um cenário posterior à Resolução Nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação. No âmbito desse Estado, a capital foi escolhida como contexto de análise em função de uma trajetória de política educacional que, ao longo dos últimos 16 anos, tende a favorecer as dinâmicas de inclusão social e escolar, reduzindo os mecanismos de exclusão e implementando projetos e dispositivos que visam à reorganização curricular e permitem a ampliação da oferta do atendimento educacional.

Quanto à operacionalização do estudo gerador desta análise, houve um trabalho coletivo que mobilizou esforços no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, particularmente da Linha de Pesquisa “Processos de exclusão e participação em Educação Especial”. A análise documental teve como base um conjunto de publicações, trabalhos e textos acadêmicos produzidos entre 1996 e 2003, além de busca de informações

junto a profissionais envolvidos na gestão atual da Secretaria Municipal de Educação e no Conselho Municipal de Educação. Merece destaque a existência de uma ampla gama de estudos acadêmicos focalizando diferentes aspectos do cotidiano da rede de ensino investigada, além da relação estreita entre essa rede e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual tem sido viabilizada por meio de assessorias, de atividades de formação, de processos de qualificação profissional dos educadores e gestores.

O grupo de trabalho<sup>44</sup> delimitou como universo de análise: as teses e dissertações acadêmicas produzidas entre 1996 e 2003; os livros, artigos e relatórios publicados no mesmo período; os trabalhos apresentados nos cinco Seminários de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPEd-Sul – realizados entre 1997 e 2004. Houve um processo seletivo dos materiais analisados, com base na vinculação com o tema central investigado, permitindo que fossem escolhidas as produções que seriam lidas e sintetizadas. No caso das teses e dissertações, o trabalho pautou-se na análise dos resumos. Dentre os materiais que compuseram essa base de investigação, destacamos uma publicação que ofereceu muitos subsídios para a estruturação do trabalho: Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre-2002 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003).

### **Contexto: o Município de Porto Alegre**

A capital do Estado do Rio Grande do Sul é uma cidade com 1.360.590 habitantes (IBGE – 2000) situada no Paralelo 30°sul, com 30 km longitudinais e 15 km de largura no sentido leste-oeste. No município predominam os espaços de planícies, mas o mesmo está circundado por 40 morros que abrangem 65% da área. A cidade de Porto Alegre situa-se na fronteira leste do Estado, junto à desembocadura do Rio Guaíba na Lagoa dos Patos. A região metropolitana, formada por 23 municípios, possui cerca de 3,5 milhões de habitantes. A cidade possui uma economia baseada predominantemente no setor de serviços, porém merecem destaque também as atividades comerciais e aquelas industriais.

---

<sup>44</sup> Designamos *Grupo de Trabalho* o conjunto de profissionais que se reuniram periodicamente e dividiram as tarefas de busca de informações complementares, seleção e análise dos materiais, discussão do roteiro proposto, identificação de fontes prioritárias de informação, além da elaboração de sínteses. A realização do presente trabalho foi viabilizada por essa pluralidade de esforços que envolveu, além dos coordenadores, as alunas: de doutorado, Lenise Pistóia, Maria Sylvia Carneiro, Mauren Tezzari, Simone Andrade; de mestrado, Luciane Viegas e Andréa Severo; e as bolsistas de iniciação científica Ana Carolina Christofari, Gisele Giacomini e Gabriela Brasil.

O atual prefeito é João Verle e o mesmo representa o quarto mandato consecutivo de uma frente partidária denominada *Administração Popular*<sup>45</sup>, a qual tem o Partido dos Trabalhadores como principal força política.

Porto Alegre tem uma população (1.360.590 habitantes) composta por 724.770 mulheres e 635.820 homens. Dentre essas pessoas, 30,3% possuem idade entre zero e 18 anos (411.508 habitantes).

**Tabela 1.** Composição da População por Grupos de Idade, Porto Alegre 2000

<b>Grupos de Idade</b>	<b>Abs.</b>	<b>(%)</b>
<b>Total</b>	<b>1.360.590</b>	<b>100,0</b>
0 a 3 anos	83.064	6,1
4 a 6 anos	63.121	4,6
7 a 14 anos	167.460	12,3
15 a 17 anos	71.958	5,3
18 a 19 anos	53.191	3,9
20 a 24 anos	123.772	9,2
25 a 39 anos	314.271	23,2
40 a 59 anos	323.212	23,7
60 a 64 anos	46.856	3,4
65 anos e mais	113.685	8,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 in: IBGE, 2002.

No que se refere à origem da população, Porto Alegre é composta por descendentes de aproximadamente 25 grupos étnicos. A maior parte dos habitantes é constituída por migrantes de municípios do interior do Estado. Nessas cidades convivem famílias de descendentes de imigrantes vindas de várias partes da Europa, principalmente portugueses, italianos e alemães.

Quanto ao percentual de alfabetização da população, considerando-se a alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, este índice é de 96,5%, tendo apresentado um incremento nas últimas décadas, passando de 93,3 % em 1980 para 96,5% em 2002.

O nível educacional dos responsáveis pelos domicílios em Porto Alegre, assim como a escolaridade da população, aumentou em um ano no período de 1991-2000, atingindo 9,1 anos de estudo. No que se refere à renda média dos responsáveis pelos domicílios verificou-se significativa elevação no período intercensitário, passando de 6,4 para 9,9 salários mínimos. (COSTA, 2003, p. 26).

<sup>45</sup> Para maiores detalhes, recomendamos o site da Prefeitura Municipal: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

Apesar desse avanço, relativo à renda média dos responsáveis pelos domicílios, as disparidades entre as diferentes regiões da cidade continuam sendo extremamente elevadas, conforme a análise que considera os indicadores por bairro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,865 (2000), o qual indica a 9ª posição entre as cidades brasileiras.

### A Educação em Porto Alegre

A rede de escolas da cidade de Porto Alegre, no que se refere ao Ensino Fundamental, pode ser assim descrita quanto à dependência administrativa:

**Tabela 2.** Estabelecimentos por rede de ensino (1996-2002)

Estabelecimentos por rede de ensino	Redes	1996	1998	2000	2002
Ensino Fundamental	MUNICIPAL	41	42	45	46
	ESTADUAL	236	235	235	234
	FEDERAL	2	2	2	2
	PARTICULAR	96	101	99	96
	<b>TOTAL</b>	<b>375</b>	<b>380</b>	<b>381</b>	<b>378</b>

Fonte: EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

O destaque conferido ao Ensino Fundamental justifica-se pela centralização das ações da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre nessa etapa da Educação Básica. Essa ênfase torna-se evidente quando analisamos o universo das matrículas em cada uma das etapas do processo de escolarização.

**Tabela 3.** Matrículas em educação infantil (1997-2002) por rede de ensino

REDES	1997	1998	1999	2000	2001	2002
MUNICIPAL	5.269	5.558	4.987	4.849	5.065	5.304
ESTADUAL	9.340	9.302	9.321	9.582	9.879	9.197
FEDERAL	-	-	-	-	169	140
PARTICULAR	7.976	7.761	7.236	11.738	16.760	18.081
CRECHES COMUNITÁRIAS	5.865	6.521	7.156	7.835	8.366	8.350
<b>TOTAL</b>	<b>28.450</b>	<b>29.142</b>	<b>28.700</b>	<b>34.004</b>	<b>40.239</b>	<b>41.072</b>

Fonte: EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

O atendimento da Educação Infantil abrangia, em 2002, um total de 11.437 crianças de 0 a 3 anos, sendo que 662 estavam sendo atendidas na Rede Municipal, 132 na Rede Estadual, 68 na Rede Federal e 10.575 na Rede Privada. Portanto, de um total de 83.063 crianças de 0 a 3 anos (Censo, 2000), 11.437 estavam sendo atendidas pelas diferentes redes de Educação Infantil (13,8%).

A população de 4 a 6 anos informada pelo IBGE, em 2000, é de 63.118 crianças no município de Porto Alegre, distribuídas nas diversas regiões do município. A cobertura de atendimento totaliza 29.635 crianças, o que significa 46,9% do total. As redes que apresentam maior número de matrículas nessa tipologia de atendimento são a particular (15.856 alunos) e a estadual (9.065 alunos). A Rede Municipal de Ensino apresentava 4.642 matrículas e as escolas pertencentes ao Sistema Federal de Ensino 72 matrículas. A própria Secretaria de Educação do Município reconhece que há um contingente de estabelecimentos que atuam sem registro. Esse fenômeno dificulta uma avaliação precisa sobre a oferta desses serviços.

**Tabela 4.** Matrícula inicial no ensino fundamental por rede (1996-2002)

REDES	1996	1998	2000	2002
MUNICIPAL	31.832	37.817	48.944	49.117
ESTADUAL	133.069	128.190	124.066	121.611
FEDERAL	863	847	849	917
PARTICULAR	54.482	48.927	44.422	41.733
<b>TOTAL</b>	<b>218.246</b>	<b>215.781</b>	<b>218.281</b>	<b>213.378</b>

\* Não Inclui Educação Especial

Fonte: EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

Em 2002 a matrícula inicial do Ensino Fundamental, considerando todas as redes, totalizou 213.378 alunos.

**Tabela 5.** Matrículas iniciais de ensino médio por rede (1996-2002)

REDE	1996	1998	2000	2002
MUNICIPAL	1.448	1.549	1.583	1.652
ESTADUAL	38.441	43.437	46.187	48.003
FEDERAL	1.563	1.755	738	652
PARTICULAR	18.896	20.218	17.974	16.661
<b>TOTAL</b>	<b>60.348</b>	<b>66.959</b>	<b>66.482</b>	<b>66.968</b>

Fonte: Censo Escolar/INEP/MEC E EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

Portanto, o atendimento educacional em Porto Alegre, segundo o Censo de 2000, atinge os seguintes índices: 13,8% das crianças de zero a três anos (11.437); 46,9% das crianças de 4 a 6 anos (29.118). Quando consideramos a população com idade entre 7 e 14 anos, o percentual de atendimento eleva-se muito e a principal questão passa a ser a defasagem existente entre idade e escolaridade prevista. Nesse sentido, em 2002, o total de matrículas no ensino fundamental no município era de 213.378 alunos, sendo que 171.942 destes estavam na faixa etária de 7 a 14 anos (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003). Os índices que identificam esta defasagem atingem 50,57%.

### A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre é constituída por 91 escolas que se concentram, na sua maioria, em bairros periféricos em relação ao centro da cidade. Há uma prioridade numérica das escolas de ensino fundamental, sendo bastante reduzida a oferta de vagas no ensino médio. A educação infantil é garantida, além da oferta do atendimento direto, por meio de parcerias com creches conveniadas.

**Tabela 6.** Caracterização da rede municipal de ensino

Números da Educação: dados de 2002

Níveis e modalidades de ensino	Número de Escolas	Número de professores	Número de Alunos
Educação Infantil	33 escolas 7 Jardins de Praça 124 Creches conveniadas		5.304 em escolas municipais e jardins de praça 8.350 em creches conveniadas
Ensino Fundamental	52 escolas		49.328 em escolas regulares (incluindo SEJA e MOVA)
Ensino Médio	2 escolas		1.652 alunos
Educação Especial	4 escolas 17 SIR*		460 em escolas especiais
Educação de Jovens e Adultos	36 escolas com SEJA** 117 turmas de MOVA***		8.301 no SEJA 1.800 no MOVA
<b>Total</b>	<b>91 escolas da rede de ensino</b>	<b>3.808</b>	<b>13.654 Educação Infantil</b> <b>49.328 Ensino Fundamental</b> <b>1.652 Ensino Médio</b>

\*SIR: Salas de Integração e Recursos

\*\*SEJA: Serviço de Educação de Jovens e Adultos

\*\*\*MOVA: Movimento de Alfabetização de Porto Alegre

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA em 19/04/2004)

A história recente da educação do município de Porto Alegre apresenta mudanças significativas a partir de 1989, quando se inicia um ciclo de gestões vinculadas à Administração Popular, tendo o PT como partido central na coordenação dessa frente gestora. Tais mudanças mostram-se no aumento significativo do número de escolas, passando de 29 escolas em 1988 para 91 em 2002 (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003). Além da expansão do atendimento e das parcerias que ampliaram o atendimento em educação infantil - de zero em 1988 a 124 creches comunitárias conveniadas em 2002-, houve mudanças significativas quanto à perspectiva de projeto político-pedagógico para a rede, com a difusão das idéias associada ao construtivismo e a defesa de que todas as crianças estariam potencialmente aptas a aprender.

As políticas que caracterizaram essa Rede Municipal de Ensino, ao longo do período 1989/2004, têm sido pautadas em princípios como: a democratização do ensino, a participação popular e a qualificação dos processos de aprendizagem. O destaque conferido aos princípios que orientam o trabalho de toda a educação nesse município assume grande relevância quando se pretende analisar as políticas de inclusão, pois os mesmos emergem, neste caso, como diretrizes que organizam a ação educacional em sentido amplo (AZEVEDO, 1999; POOLI & COSTA, 2004). A diretriz que organiza o projeto político-pedagógico dessa rede prevê a organização curricular por ciclos de formação, com efeitos no plano da proposição de dispositivos que inserem parâmetros coletivos no planejamento da ação pedagógica, intensificam a dimensão qualitativo-descritiva na avaliação dos alunos (avaliação formativa) e inserem alternativas de apoio complementar ao ensino comum. Estas alternativas se apresentam como serviços de atendimento direto ao aluno que necessita de atendimento especializado ou como suporte ao docente do ensino comum por meio de assessoria e acompanhamento de projetos específicos. Esses dispositivos serão alvo de atenção específica quando for analisado o plano de ação pedagógica.

O atual momento<sup>46</sup> da educação em Porto Alegre é apresentado como caracterizado pela busca de “ampliar e qualificar ações que estão relacionadas aos três eixos prioritários do

---

<sup>46</sup> Principais projetos da SMED desenvolvidos em 2002: Ampliação do atendimento da Educação Infantil (de 0 a 6 anos de idade); Projeto Alfabetização e Escolarização; Projeto Coruja; Projeto da Construção Civil para a Cidadania; Projeto Nenhum a Menos na Escola; Projeto de Transporte Escolar – Projeto Vou à Escola; Informatização da Rede Municipal de Ensino; Sistema de Informações Educacionais; Escola, Conectividade e Sociedade da Informação; Programa de Prevenção à Violência no Meio Escolar; Núcleo de Articulação das Temáticas Contemporâneas; Núcleo de Formação e Produção Cultural; Políticas de Leitura e Produção da Escrita; Eleição de Conselhos Escolares nas escolas da RME; Eleição de Direção nas Escolas da RME; Planejamento e Orçamento Participativo da RME; Descentralização Financeira; Fórum Permanente de Educação; Assessorias Regionais; Assessorias de Áreas: Núcleo de Formação e Pesquisa da SMED; Núcleo de

Governo Municipal: o combate à pobreza absoluta, a radicalização da democracia e a implementação tecnológica no âmbito do desenvolvimento da economia local” (ALMINHANA, et. al., 2003, p. 89).

Quanto às diretrizes do projeto político-pedagógico da RME de Porto Alegre, há a valorização da educação como fenômeno que não acontece apenas nos limites da escola, mas no conjunto dos espaços educativos existentes na cidade. Apesar dessa ênfase, “a escola constitui-se certamente como espaço formal privilegiado de inclusão social, através do aprofundamento dos processos de gestão democrática e na efetiva garantia do acesso, da permanência e da construção do conhecimento, fortalecendo permanentemente a participação da comunidade escolar” (ALMINHANA, et. al., 2003, p. 89).

### **O Sistema Educacional Municipal de Porto Alegre: aspectos políticos e administrativos**

O Sistema Educacional Municipal de Porto Alegre foi instituído pela Lei N.º 8.198, de 18 de agosto de 1998, que estabelece normas que estruturam e normatizam o Sistema Municipal de Ensino.

O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) foi criado por meio da Lei Complementar N.º 248, de 23 de janeiro de 1991. Trata-se de órgão política, financeira e administrativamente autônomo, de caráter deliberativo e consultivo acerca dos temas que forem de sua competência. Conforme artigo 6º dessa Lei, compete ao CME traçar normas para os planos municipais de educação.

O município ainda não possui um Plano Municipal de Educação. Atualmente, uma equipe de profissionais do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria de Educação está trabalhando na elaboração de um roteiro para estudo preliminar que visa a elaboração do Plano Municipal de Educação de Porto Alegre. Há uma parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU), recentemente criada, para coleta de informações referentes aos dados do município de Porto Alegre na área da educação.

Com relação às evidências de que existe mobilização no sentido de dedicação à temática da *Inclusão Escolar*, destaca-se que, nos Relatórios de Atividades do CME/POA, referentes à formação de conselheiros, foram contempladas as temáticas: “Educação Infantil e Especial: suas linguagens e ampliação de possibilidades”; “Educação Especial: embasamento legal – documentos do Conselho Nacional de Educação”; “Educação Especial: desafios dos

encontros com a Inclusão” e “Escola para Todos: discutindo uma pedagogia das diferenças” em 2002 e “Educação Inclusiva: paradigmas e práticas”, “Políticas de Inclusão Escolar no SME” e “Relatos de práticas”, nos encontros de 2003. Atualmente, a Comissão de “Ensino Médio, modalidades e normas gerais” está trabalhando nos estudos preliminares para normatização da Educação Especial no município de Porto Alegre.

Segundo informações obtidas junto à secretaria do Conselho Municipal de Educação, é uma preocupação do município garantir políticas para atendimento de parcela da população com necessidades educacionais especiais, que em Porto Alegre chega a 15% da população, conforme dados fornecidos pela SMDHSU.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 concentram a ênfase nas deficiências e registram a existência de 204.455 pessoas portadoras de deficiência. Dentre essas pessoas, são indicados os seguintes índices: deficiência mental permanente - 21.649 (10,5%); paraplegia, tetraplegia, hemiplegia permanente - 7.041 (3,4%); falta de membro ou partes - 2.871 (1,45%); incapaz ou com alguma ou grande dificuldade de enxergar - 116.329 (56,9%); incapaz ou com alguma ou grande dificuldade de ouvir - 52.279 (25,6%); incapaz ou com alguma ou grande dificuldade de caminhar ou subir escadas - 73.984 (36,2%).

No que concerne aos dados numéricos que apresentam esse detalhamento percentual por área específica, há dúvidas sobre os mecanismos utilizados para a identificação e sobre os resultados decorrentes. Um exemplo dessa possível imprecisão é dado pelo percentual de pessoas que seriam portadoras de deficiência visual (56,9% do total), uma vez que se utilizou a categoria “incapaz ou com alguma dificuldade de enxergar”.

### **Recursos Humanos na Educação do Município de Porto Alegre**

Quanto ao plano administrativo, o município possui uma organização que se baseia em dois “pilares”: os chamados “níveis”<sup>47</sup> de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens/Adultos) e os núcleos de ação interdisciplinar, que contemplam uma lógica de distribuição regional.

A lógica de planejamento para o aspecto relativo aos recursos humanos tem sido aquela que insere a Secretaria Municipal de Educação em uma política geral para as diferentes áreas. Trata-se de uma perspectiva de atendimento da demanda, com a reposição de lacunas decorrentes de afastamentos, falecimentos e exonerações. Essa reposição é realizada por meio

---

<sup>47</sup> Trata-se de um uso específico do termo nível para fazer referência a etapas e modalidades, segundo os critérios da LDBEN de 1996.

de concurso público e as dimensões e as possíveis ênfases a serem contempladas são discutidas em espaços de participação popular como o Orçamento Participativo.

No que se refere aos recursos humanos, a Rede Municipal de Ensino, em março de 2002, contava com 3.752 professores, cuja progressão é respaldada pelo Plano de Carreira da Secretaria. Cerca de 89% possuem licenciatura plena e/ou pós-graduação, sendo que tem havido uma progressiva redução do percentual de professores que possuem apenas a formação em nível de Ensino Médio.

Ao considerarmos a dimensão econômica da vida profissional dos docentes da Rede Municipal, temos índices que os colocam em posição de vantagem com relação aos colegas de muitas outras redes públicas de ensino, inclusive em relação à Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

**Tabela 7.** Demonstrativo do número de professores (*por nível de formação*) da rede municipal de ensino – Porto Alegre 1998/2002

Nível	Formação	1998	1999	2000	2001	2002
M1	MAGISTÉRIO	356	372	364	290	268
M2	MAGISTÉRIO E ESTUDOS ADICIONAIS	61	63	57	50	44
M3	LICENCIATURA CURTA	131	119	105	94	95
M4	LICENCIATURA PLENA	1.280	1.302	1.378	1.304	1.237
M5	PÓS-GRADUAÇÃO	1.566	1.596	1.760	1.958	2.108
<b>Total</b>		<b>3.394</b>	<b>3.452</b>	<b>3.664</b>	<b>3.696</b>	<b>3.752</b>

Fonte: Assessoria de Pessoal e Magistério/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

**Tabela 8.** Demonstrativo de vencimentos dos professores da rede municipal de ensino de porto alegre (20 horas semanais)

	MARÇO 1998	MARÇO 1999	MARÇO 2000	MARÇO 2001	MARÇO 2002
<b>Início de Carreira</b>	R\$ 369,70	R\$ 388,90	R\$ 454,40	R\$ 496,10	R\$ 545,40
<b>Final de Carreira</b>	R\$ 1.564,68	R\$ 1.645,35	R\$ 1.923,08	R\$ 2.099,13	R\$ 2.307,55

Fonte: EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

## **Capacitação Continuada dos Professores e Gestores Educacionais**

Uma das ações prioritárias da SMED é a formação permanente que se dá por meio de espaços permanentes para discussões político-pedagógicas com diretores e vice-diretores, coordenadores, supervisores e orientadores educacionais, agentes comunitários, funcionários, educadores populares e professores. Efetiva-se por ações cotidianas de acompanhamento às escolas e ações por áreas, por temas, etc. São destinados, no calendário escolar, períodos e/ou horários especialmente organizados para planejamento e a formação contínua dos segmentos para que se atualizem diante das mudanças curriculares propostas pela escola, como espaços de Formação e qualificação. A operacionalização desse movimento de formação continuada ocorre por meio de reuniões semanais por ciclo, reuniões por ano de ciclo e por áreas de estudo e/ou atuação (nutrição, serviços gerais, setores), e, mensalmente, reuniões com o grupo geral de professores.

Além desses espaços contínuos de formação e assessoria, há uma combinação de ações que tende a aproximar grandes espaços de formação, como grandes seminários envolvendo parte dos educadores, além de espaços específicos de formação específica sobre temáticas consideradas relevantes (SILVA, AZEVEDO e SANTOS, 1997).

Nos espaços específicos de formação em pequenos grupos torna-se possível uma maior integração entre os problemas do cotidiano e a discussão teórica (SOUZA, 2002).

Santos Jr. (2002) apresenta uma análise das propostas de formação continuada em âmbito municipal, considerando a educação especial e a inclusão como temáticas prioritárias, delimitando a análise ao período 1989-2000. Segundo essa análise, têm ocorrido propostas de formação que visam à capacitação dos docentes do ensino comum para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, as quais se traduzem em temáticas como: Estratégias de aprendizagem para a integração escolar; Diferenças na escola e possibilidades educativas; Integração escolar de alunos cegos; O aluno com altas habilidades e a integração escolar; Portadores de deficiência e os movimentos sociais; Língua Brasileira de Sinais; Educação de surdos; Condutas típicas. Segundo Santos Jr. (2002), no período de 1997 a 2000, houve mais de 1200 horas dirigidas ao debate e formação relativas à política de integração/inclusão. Atualmente, as alternativas de formação continuam existindo, com prioridade para o espaço de grupos menores em detrimento de grandes seminários. No que se refere à educação especial, há propostas que são dirigidas especificamente ao grupo que atua nas SIRs e ainda propostas específicas para as escolas especiais, segundo a identificação de temáticas estabelecidas com o coletivo de educadores. No caso das escolas – especiais ou de

ensino comum – há espaço de gerenciamento específico para a escolha de temáticas e de profissionais que oferecerão a formação, dentro dos critérios econômicos da rede.

### **Características do Funcionamento Institucional da Rede**

O município dispõe de Assessorias Regionais: oito grupos de assessorias, distribuídas em quatro regiões, chamadas de “zonais” (Leste, Oeste, Norte e Sul). Cabe a essas equipes o papel de articuladoras das relações da escola com a comunidade escolar e com a rede de atendimento instalada no município, como postos de saúde, Conselho Tutelar, Ministério Público, etc. Há ainda Assessorias de Áreas que atuam especificamente com os professores, consistindo-se em grupos de assessores responsáveis pela interlocução pedagógica em alguns campos em que transita a ação pedagógica: alfabetização e linguagens, ciência e tecnologia, sociedade e cidadania.

No âmbito específico da escola, a gestão procura ser articulada com os princípios de participação coletiva, no sentido de implicar um grupo de pessoas que compõem a *Equipe Diretiva*, a qual contempla os seguintes profissionais: Diretor, Vice-diretor, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Cultural. A Equipe Auxiliar de Ação Educativa conta com profissionais para os seguintes setores: Biblioteca, Secretaria, Laboratório de Aprendizagem, Equipe de Nutrição e Serviço de Limpeza.

A estrutura de designação dos professores associa-se à proposta de organização por ciclos. O grupo de professores do Ciclo I é composto dos seguintes profissionais: professor referência, professor itinerante<sup>48</sup>, arte-educador e professor de Educação Física. Compõem o Ciclo II: professores-referência generalistas (dois para cada duas turmas), professor itinerante, arte-educador, professor de Educação Física e professores de Língua Estrangeira (francês, inglês e espanhol). Já o Ciclo III é composto dos seguintes professores: professor itinerante, professor de Língua Estrangeira (francês, inglês e espanhol), arte-educador, professor de Educação Física, professor de Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Filosofia, Matemática. Em geral, a demanda é atendida pelos professores com ocasionais faltas temporárias em algumas escolas.

---

<sup>48</sup> O professor itinerante tem uma função prevista como um docente auxiliar que deve atuar concomitantemente com o colega regente de turma, possibilitando a implementação de estratégias mais individualizadas de ensino. Nesse sentido, a docência compartilhada pode ser um instrumento interessante no atendimento aos alunos que apresentam desvantagens em relação aos colegas. Há a distribuição de carga horária desses profissionais de modo que um professor itinerante possa transitar por diferentes turmas. No cotidiano das escolas, dois problemas que têm mobilizado o debate acerca desse profissional são a dificuldade de ação em parceria com o colega regente e o seu uso como substituto (BAPTISTA, 2004).

Além das turmas de ano-ciclo, há as Turmas de Progressão<sup>49</sup> para cada um dos três ciclos. Tais turmas surgiram como um espaço pedagógico intermediário que deveria acolher temporariamente os alunos que estivessem em defasagem de idade em relação à escolarização. Segundo a proposta de ciclos, essas turmas deveriam favorecer o reingresso do aluno no ano-ciclo de referência para sua idade por meio de uma ação mais individualizada decorrente da redução numérica (máximo de 20 alunos) e da possibilidade de “progressão” para o ano-ciclo em qualquer momento do ano escolar. Esse espaço transitório mostrou-se necessário em um momento de reorganização curricular que impõe mudanças significativas para toda a rede, porém há indícios de que o seu “uso” tenda a favorecer a concentração nesses espaços de alunos com necessidades especiais e/ou com dificuldade de aprendizagem, por tempo prolongado, apesar da exigência formal de que esse período não fosse superior a dois anos. Essa temática foi alvo de estudo recente (SOUZA, 2004), no qual a autora discutiu os riscos de que esse espaço assumia características de uma classe especial dissimulada.

### **A Educação Especial em Porto Alegre: movimento e mudança**

A história recente da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre pode ser analisada em três etapas com características diferenciadas. Até 1989, o atendimento educacional na área era oferecido exclusivamente por meio de classes especiais (21 classes) e não havia um setor ou órgão responsável pela educação especial na SMED. Nesse momento, a rede era composta por aproximadamente 30 escolas.

A partir de 1989, pode-se identificar uma segunda etapa desta análise, com o início de um ciclo de gestões vinculadas à *Administração Popular*. Houve mudanças significativas desencadeadas após esse período, com o aumento significativo do número de escolas, com a expansão do atendimento e a implementação de parcerias que ampliaram o atendimento em educação infantil. No âmbito da educação especial, houve a abertura de quatro escolas especiais municipais – em continuidade a projetos aprovados na gestão anterior àquela da Administração Popular – e o progressivo fechamento das classes especiais. De 1989 a 1992 essas classes foram reduzidas de 21 para seis. Além disso, teve início a existência de um núcleo de referência para a gestão das questões relativas à área, mas ainda situado junto a órgãos concernentes à assistência social (SANTOS JR., 2002).

Um novo momento na história da educação nessa rede foi iniciado em 1995, com o debate amplo sobre mudanças estruturais a serem implementadas na rede e o início das

---

<sup>49</sup> Informações adicionais sobre esse espaço escolar estão presentes em Pistóia (2001) e Xavier (2003).

experiências associadas à política de ciclos de formação. Tais mudanças envolviam a criação de novos dispositivos que pudessem dar suporte ao trabalho em classes de ensino comum que passavam a integrar um contingente bastante diversificado de alunos em função da perspectiva de enturmação com base na idade cronológica dos alunos e com a introdução da tendência à aprovação automática. Após 1995, tem início a primeira experiência de escola ciclada do município (Escola Monte Cristo) e o processo que implantou a política de ciclos ao longo de cinco anos em toda a rede. No que se refere à educação especial, as ações marcantes desse período foram: a criação das Salas de Integração e Recursos (SIR); o fechamento das classes especiais; a busca de ressignificação do espaço da escola especial; e o apoio em dispositivos do ensino comum que desenvolvem ações “limítrofes” com a educação especial, em função do tipo de alunado atendido (laboratórios de aprendizagem e turmas de progressão).

No que se refere à ressignificação do espaço da escola especial, merece atenção a análise de Castanho (2002) que apresenta o trabalho de uma das escolas – Escola Francisco Lucena Borges – mostrando as sintonias entre o trabalho pedagógico dessa escola e aquele desenvolvido na rede como um todo. Essa sintonia envolve a organização curricular ciclada e a exigência de que o planejamento didático esteja articulado com a vida da comunidade de referência – alunos e familiares – por meio da chamada pesquisa sócio-antropológica<sup>50</sup>.

O projeto de criação das SIRs (Salas de Integração e Recursos) teve início em 1995, com a abertura de quatro salas em escolas-pólo que passaram a oferecer atendimento especializado em modo complementar ao ensino comum e desenvolvido em turno alternado com a frequência do aluno à classe regular. Em 1997, esse projeto transformou-se em serviço e conta atualmente com 17 SIRs, sendo que três são destinadas ao atendimento de alunos com deficiência visual. Esse serviço passou a ser considerado o espaço prioritário da educação especial, no ensino comum, e atualmente atende cerca de 600 alunos, sendo que o trabalho é desenvolvido exclusivamente por educadores especiais que atuam em dupla em cada uma das salas.

No ano de 1999 foram fechadas as últimas quatro classes especiais, mediante a ação de apoio às escolas no sentido de oferta de formação aos docentes do ensino comum que receberiam os alunos dessas classes. As singularidades dessa proposta de formação foram apresentadas em Andrade, Baptista e Muller (2000) e Baptista et. al. (2000). Um aspecto

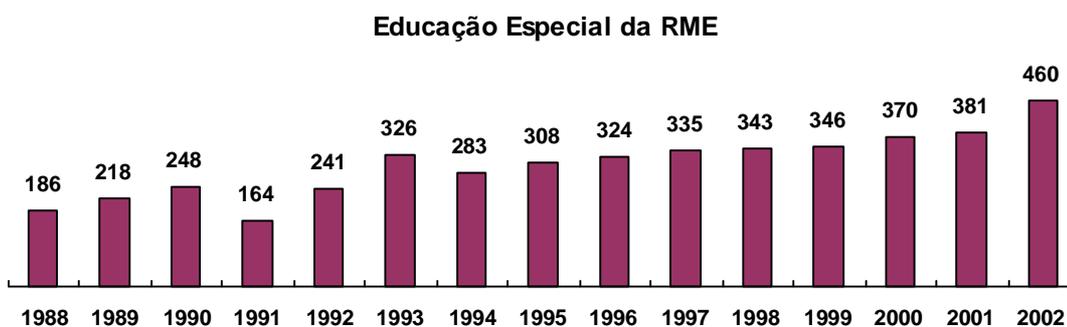
---

<sup>50</sup> Trata-se de uma atividade periódica, desenvolvida em todas as escolas, com vistas ao levantamento de temáticas prioritárias que serão integradas no planejamento das atividades didáticas.

merecedor de destaque é a ampliação dessa oferta para outros grupos de docentes do ensino comum (ANDRADE, 2004).

Atualmente, as ações da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre concentram-se nas escolas especiais, nas Salas de Integração e Recursos, na oferta de assessoria especializada ao ensino comum, além de projetos complementares. Tais projetos complementares podem ser resumidos em sete grandes grupos de ações. O *primeiro grupo* envolve o estabelecimento de parcerias e convênios com a Coordenação Municipal de Direitos Humanos, Cooperativa Crê Ser, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, Central Única dos Trabalhadores e outros na promoção de ciclos de debates com temas de interesse dos jovens e adultos, bem como de projetos de escolarização articulados com o mundo do trabalho. O Programa de Preparação para o Trabalho Educativo, o *segundo grupo* de ações, constitui-se de estágios remunerados para alunos das escolas especiais em diferentes repartições públicas municipais, Fundações e Câmara de vereadores, como experiência de trabalho e aprendizagem supervisionada pela Comissão Especial de Acompanhamento do Trabalho Educativo (CEATE), composta por professores e técnicos. A implantação de turmas específicas para surdos, com alunos oriundos das escolas especiais e integração de alunos com deficiência visual nas diferentes turmas do Centro Municipal de Ensino dos Trabalhadores – CMET constitui o *terceiro grupo* de ações. Os Conselhos Pedagógicos (Conselhos Pedagógicos da Surdez, das Altas habilidades, da Deficiência Visual e das Escolas Especiais) desenvolvem reuniões temáticas envolvendo a Secretaria, instituições e comunidade e visam à construção de uma política educacional para acessibilidade e permanência com qualidade. O *quarto grupo* de ações é constituído pelos projetos de Equoterapia e Natação, que tem como objetivo a integração por meio de atividades corporais que contribuem para o desenvolvimento geral das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais. O *quinto grupo* de ações é desenvolvido pelo Projeto de Educação Precoce e Psicopedagogia Inicial, aberto a crianças de zero a quatro anos com transtornos de desenvolvimento tem como objetivo inserir estas crianças em escola regular posteriormente. O penúltimo *grupo* de ações é desenvolvido na implementação do projeto denominado “Deficiência Associada” que iniciou o atendimento de crianças com deficiência mental e sensorial associadas, com o trabalho em cooperação com professores habilitados na área de atendimento. A criação de educação de jovens e adultos para deficientes mentais em parceria com o SEJA, junto à Cooperativa Crê Ser, que atende a um público maior de 21 anos constitui o último *grupo* de ações.

## Matrícula inicial nas escolas municipais especiais 1988/2002



Fonte: EPED/ASSEPLA/SMED (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003)

A análise do gráfico acima mostra que, depois de um período de estabilidade (1995-2001) nas matrículas nas escolas especiais do município, em 2002, houve um incremento das mesmas. Apesar da busca de informação sobre a origem dessas novas matrículas, foi impossível identificar claramente os elementos motivadores. Não houve esclarecimentos decisivos que indiquem a ampliação desse atendimento como decorrente de novas matrículas ou por transferência interna de alunos atendidos em outros espaços da rede. Ainda com relação ao atendimento exclusivamente especializado, há informações que indicam o aumento do número de alunos em 2003 para 560, o que confirma a tendência apresentada entre os anos de 2001/2002.

A investigação sobre o estabelecimento de metas/prioridades para o atendimento educacional especializado não encontrou evidência recente de formalização dessas metas. Ao longo da história recente da rede, há um documento de 1994 – *Políticas de integração dos alunos portadores de necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino* - no qual são apresentadas metas que estão em sintonia com as ações que têm caracterizado as políticas do município: ampliação do atendimento às pessoas em idade pré-escolar; implementação de ações relativas à preparação para o trabalho; expansão do atendimento às pessoas que se encontram fora da escola (SANTOS JR., 2002).

Em dezembro de 1999, durante o Congresso Municipal de Educação, foram aprovadas metas que indicam essa continuidade, além da atenção específica a alguns grupos de sujeitos:

Metas para o acesso à Educação Especial:

- ampliar parcerias com outras entidades, ofertando maior número de vagas ou possibilitando atendimentos que não existem na Rede Municipal;
- continuar a adaptação dos prédios da Rede para facilitar o acesso das pessoas portadoras de deficiência física;

- ampliar o projeto que prevê a inserção de alunos com necessidades educativas especiais no mundo do trabalho;
- contemplar a inserção de alunos com outras necessidades educativas especiais, como cegos e altas habilidades/superdotado. (Cadernos Pedagógicos nº 21 – 2000, II Congresso Municipal de Educação: Teses e Diretrizes)

Conforme Resultados Finais do Censo Escolar 2003, a cidade de Porto Alegre conta com uma matrícula inicial de 2.232 alunos na Educação Especial, sendo que desses, 1.891 encontram-se no Ensino Fundamental. Esse mesmo documento aponta, para a cidade, um total de 1.047 alunos na rede pública estadual, 560 alunos na rede municipal e 625 alunos na rede privada. Dentre os alunos atendidos na rede municipal, 461 alunos estão matriculados no Ensino Fundamental, o qual agrega a maior parte dos recursos para a educação especial.

### **Recursos/Processos Pedagógicos**

Para garantir as adaptações de espaço físico necessárias ao atendimento dos alunos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana conta com um Programa de Universalização do Acesso à Cidade que se destina a gerar condições para a remoção de barreiras físicas e culturais existentes no município de Porto Alegre, que possam impedir ou dificultar o direito de locomoção, educação, saúde, trabalho, cultura e lazer das pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldades de locomoção. Além disso, foi criada uma Comissão Permanente de Acessibilidade através de Lei Municipal.

Para o atendimento dos alunos em geral, os critérios de distribuição de alunos por turma estão claramente definidos e são os seguintes:

- a) Educação Infantil: Berçário, 16 alunos, Maternal, 20 alunos, Jardim de Infância, 25 alunos;
- b) Ensino Fundamental: Ciclo I, de 25 a 28 alunos por turma, Ciclo II, 30 alunos e Ciclo III, 35 alunos.
- c) Turmas de Progressão: máximo de 20 alunos.

No que se refere especificamente aos alunos com necessidades educativas especiais em classes comuns, não há critérios claramente definidos para a distribuição dos mesmos.

A SMED desenvolve dois dispositivos que visam a atender tais alunos de forma integrada:

- a) a implementação das Salas de Integração e Recursos (SIRs), já comentadas precedentemente.

b) o desenvolvimento dos Laboratórios de Aprendizagem: espaços pedagógicos da escola que investigam e contribuem no processo de superação das dificuldades de aprendizagem dos/as alunos/as, na sua interação com os conhecimentos escolares, facilitando o desenvolvimento do pensamento, do conhecimento, da socialização e dos processos comunicativos construídos historicamente.

Em linhas gerais, há previsão de que, no atendimento de alunos que necessitam desses recursos complementares, haja cooperação entre o professor da classe de ensino comum e aquele que atende o aluno em espaço alternativo (Laboratório ou SIR). No entanto, essa previsão ganha operacionalidade no trabalho do educador especial que trabalha na Sala de Integração e Recursos, pois o mesmo dispõe de tempo de atividade para ser utilizado em visitas e assessoria ao colega do ensino comum.

A necessidade de integração das atividades desenvolvidas no Laboratório de Aprendizagem com o trabalho das turmas regulares é reconhecida por uma boa parte dos professores, mas nem sempre esta integração é alcançada (DORNELES, 2004).

Apesar da existência de um espaço institucional específico para as trocas entre professor de SIR e colega do ensino regular, há indícios de que esse espaço é considerado insuficiente, segundo a análise de Tezzari (2002). A autora investigou as peculiaridades do espaço da SIR, em Porto Alegre, por meio de entrevistas com os educadores que atuam nessas salas e com aqueles que encaminham alunos para esse atendimento especializado. As reflexões conclusivas de Tezzari (2002) indicam que há um processo de cooperação entre esses profissionais que se encontra ainda “em construção”, o que se mostra evidente na identificação de que o educador especializado é ainda visto como o *responsável* e a *referência* para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Uma análise sobre os efeitos desse espaço – a SIR – para a permanência no ensino comum de alunos que apresentam necessidades educativas especiais é desenvolvida por Sulzbach (2003). A autora destaca o cotidiano de crianças de classes populares que são atendidas nessas salas.

Nas SIRs trabalham professores especializados, com formação em educação especial e nos LAs não há esta exigência. São professores com formação em Letras ou em Licenciatura, na sua maioria, que apresentam um projeto de apoio à aprendizagem de crianças que não acompanham o ritmo das salas regulares. Tais professores têm autonomia no desenvolvimento de seu trabalho, o que gera grandes diferenças nas ações realizadas em cada laboratório (OLIVEIRA, 2002). Cabe destacar também que os professores das SIRs têm

previsto um período semanal de conversa com os colegas do ensino comum e os professores de LAs não têm esta possibilidade.

No que se refere ao encaminhamento do aluno aos serviços especializados – SIR ou escola especial –, vale destacar que há predominância da avaliação pedagógica no processo decisório, com destaque para a atuação do educador especial.

Diante da necessidade indicada, é realizado um processo de avaliação especializada do aluno, que consiste na avaliação requerida pelos professores e realizada pelo Serviço de Orientação Pedagógica, com apoio do Laboratório de Aprendizagem e da Sala de Integração e Recursos e outros serviços especializados, destinada àqueles educandos que necessitam um apoio educativo especial e muitas vezes individualizado.

Embora não seja utilizada a terminologia “PEI” (Plano Educativo Individualizado), são desenvolvidas estratégias de atendimento educacional complementar, grupal ou até mesmo individual (excepcionalmente), a esses alunos pelos LAs e SIRs. É previsto também o Plano Didático-Pedagógico de Apoio para o educando que ainda persistir com alguma dificuldade e que progredirá para o ano seguinte mediante a elaboração e acompanhamento de um plano didático-pedagógico. Este plano deve levar em consideração o caminho percorrido pelo educando bem como o dossiê, elaborado durante a avaliação formativa, que servirá de guia para que os professores do ano seguinte possam adequar seu trabalho, considerando as dificuldades específicas apresentadas. Às vezes, o Plano didático-pedagógico passa de um ano para o outro para os professores dos LAs ou SIRs dos anos seguintes desenvolverem-no ou reformularem-no.

A Proposta de Ciclos de Formação prevê que a evolução dos alunos para o ciclo seguinte seja efetuada conforme os critérios da “progressão automática”<sup>51</sup>, pois um dos princípios da escola por ciclos é a manutenção do aluno com seus pares quanto à idade.

A Escola por Ciclos de Formação, organizada em nove anos de estudos, a partir dos 6 anos de idade, possui três grandes ciclos: o primeiro, dos 6 aos 8 anos, o segundo, dos 9 aos 11 anos e o terceiro, dos 12 aos 14 anos.

Para a educação especial é prevista uma educação precoce de zero a três anos em alguns locais que concentram profissionais especializados com formação complementar nessa fase inicial da vida. No plano geral, há uma formação por ciclos: Ciclo I de zero a nove anos;

---

<sup>51</sup> Destacamos a *progressão automática* como tendência, o que justifica o uso que faremos do termo *progressão continuada*.

Ciclo II de 10 a 14 anos e Ciclo III de 15 a 21 anos em consonância com a proposta geral da rede.

O ensino por ciclos prevê a progressão continuada com três tipos de avaliação: a avaliação formativa, que se consolida com um relatório descritivo de avaliação realizado pelos professores, a avaliação sumativa que se caracteriza por ser um quadro geral, ao final do ano, do aluno e uma avaliação especializada, requerida pelos professores e realizada pela coordenação pedagógica com apoio dos LAs e SIRs. É a avaliação sumativa que determina um dos três tipos de progressão do aluno: *progressão simples* para o aluno que avança sem recomendações; *progressão com Plano didático-pedagógico* para o aluno que avança com sugestão de ser atendido no ano seguinte por um dos recursos da escola (LAs, SIR) e com um plano a ser desenvolvido e *progressão sujeita a uma avaliação especializada* que indica a necessidade de uma investigação mais aprofundada das dificuldades do aluno e seu posterior atendimento.

A proposta curricular da RME apresenta uma concepção de conhecimento baseada na contribuição de autores progressistas, articulando a teoria de aprendizagem piagetiana ao interacionismo de Vygotsky e à dimensão sócio-antropológica da teoria freiriana. Este tripé teórico sustenta tanto as concepções de ensino-aprendizagem defendidas pela SMED quanto a própria opção pelo Ensino por Ciclos.

Há exigência da elaboração de um Projeto político-pedagógico e a RME fixa normas para elaboração de tal projeto bem como do Regimento Escolar para instituições de educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre.

As orientações apresentadas em documento (Resolução CME 006/2003) sugerem que a instituição escolar municipal deverá promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, visando garantir a consolidação e o aperfeiçoamento da gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino.

Além disso, indica que os planos deverão considerar os princípios emanados dos Congressos Municipais de Educação, do Plano Plurianual da Prefeitura Municipal, do Plano Municipal de Educação, das normas do Sistema Municipal de Ensino e da legislação vigente. Tais considerações valem para todas as escolas da rede, inclusive as especiais.

## Considerações Finais

A reflexão proposta no presente trabalho permite que se identifique um movimento na educação municipal de Porto Alegre no sentido de ampliar a escolarização de um contingente de sujeitos predominantemente oriundos de classe popular. Os indicadores numéricos mostram um aumento significativo do universo de atendimento educacional no município, ao longo dos últimos anos. No que se refere aos aspectos qualitativos, essa ampliação tem sido associada a um projeto político pedagógico que, apesar de suas diferentes designações (Escola Cidadã, Cidade Educadora), tem se caracterizado por dar prioridade à participação popular no debate relativo à educação, pela democratização dos mecanismos de gestão educacional e pela implementação de ações que visam à inclusão de sujeitos que apresentam desvantagens em relação às exigências do processo de escolarização.

Uma análise das políticas de implementação do Ensino por Ciclos no município de Porto Alegre e, inseridas nestas, das políticas de inclusão, nos leva a quatro grandes conclusões. Em primeiro lugar, as políticas de inclusão e a progressão continuada têm permitido que as crianças com necessidades educativas especiais permaneçam nas escolas regulares ou especiais sem passarem pelo estigma das repetências contínuas. Em segundo lugar, é necessário reconhecer que o número oficial de crianças com necessidades educativas especiais atendidas pela RME (560 alunos) não abarca a totalidade dos alunos, pois não inclui os alunos que estão sendo atendidos nos Laboratórios de Aprendizagem e nem nas Salas de Integração e Recursos. Nesse sentido, seria necessário refletir sobre a existência de um contingente muito mais amplo de atendimentos, o qual torna-se difícil de ser dimensionado em função dos limites dos processos de identificação e da perspectiva pedagógica assumida pela rede, no sentido de privilegiar as mudanças contextuais, as quais não estão associadas a uma tipologia de sujeitos. Caso consideremos os atendimentos nas escolas especiais e nas Salas de Integração e Recursos, o número de alunos seria de aproximadamente 1.160. Em terceiro lugar, destaca-se o papel de *recursos de apoio* que tais dispositivos – SIR, LA, professor itinerante, estagiário de integração, assessorias - vêm desempenhando como elementos fundamentais para possibilitar a inclusão de tais crianças, mesmo que tais recursos tenham dificuldades na sua implementação. Tais dificuldades decorrem da elevada demanda de recursos econômicos para sua manutenção, além da necessidade de articulação de um plano geral que delinea o dispositivo e a interpretação que o mesmo recebe no cotidiano das escolas. Em quarto lugar, é importante destacar que tais processos de inclusão não têm acontecido de forma linear, mas sim que apresentam avanços e retrocessos contínuos.

Um último aspecto merecedor de destaque é o fato de que, apesar da rede municipal ter sido objeto de estudo de vários grupos de pesquisadores de diferentes universidades da região, há um percentual ainda pequeno de trabalhos referentes às políticas de inclusão de alunos com necessidades especiais. Dentre esses estudos, há um predomínio de investigações desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A complexidade desses fenômenos e a insipiência do conhecimento produzido indicam a necessidade e a importância de novas pesquisas sobre o tema.

## Referências

- ALMINHANA, Enilda et. al. Educação e cidadania em Porto Alegre. In: Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria do Governo Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. *Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre – 2002 – Ano V*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003.
- ANDRADE, Simone G. *Ação docente, formação continuada e inclusão*. 2004. 82 f. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre.
- ANDRADE, Simone G.; BAPTISTA, Claudio R. e MÜLLER, Lourdes I. As Diferenças vão à escola.... Interatividade, individualização e a formação de professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anped, set. 2000.
- AZEVEDO, J. C. A Democratização da escola no contexto de democratização do Estado: a experiência de Porto Alegre. In: SILVA, L. H. (Org.). *Escola cidadã: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BAPTISTA, Claudio R. Ciclos de formação, educação especial e inclusão: frágeis conexões? In: MOLL, Jaqueline (Org.) *Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- BAPTISTA, Claudio R. Políticas regionais de educação especial no Sul. In: BUENO, José Geraldo; FERREIRA, Júlio R. (Orgs.) Políticas regionais de educação especial no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: Anped 2003.
- BAPTISTA, Claudio R.; ANDRADE, Simone G.; MÜLLER, Lourdes; HAMERMÜLLER, Douglas. Diferenças na escola: identidades e individualização. In: SEMINÁRIO PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Região Sul (3: 2000: Porto Alegre, RS). *Anais [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000.

CASTANHO, Maria Dolores M. Um espaço educacional possível: interdisciplinaridade e ensino especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. In: BAPTISTA, Claudio R.; BOSA, Cleonice e cols. *Autismo e educação: reflexão e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COSTA, Beatriz M. Condições de vida em Porto Alegre: o que mostram os dados do Censo Demográfico 2000. In: Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria do Governo Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. *Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre – 2002 – Ano V*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003.

DORNELES, Beatriz. Laboratórios de aprendizagem: funções, limites e possibilidades. In: : MOLL, Jaqueline (Org.) *Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Márcia Maria Heinen. *A atuação dos professores dos Laboratórios de Aprendizagem em escolas cicladas do Município de Porto Alegre – RS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFGRS, 2002.

PISTÓIA, Lenise Henz Caçula. *(Des) Vantagem e aprendizagem: um estudo de caso em uma proposta curricular e interdisciplinar na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS: 2002.

POOLI, João Paulo; COSTA, Márcia Rosa da. Os Ciclos de Formação no Contexto da Democracia Política: o discurso pedagógico do cotidiano escolar. In: MOLL, Jaqueline (Org.) *Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre. **Resolução CME N.º 006/2003** - Fixa normas para elaboração de projeto político - Pedagógico e Regimento Escolar para instituições de educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre. Porto Alegre: CME, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Governo Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. *Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre – 2002 – Ano V*. Porto Alegre: PM, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Assessoria de Planejamento. *Boletim Informativo*. Porto Alegre: ASSEPLA, out. 2003.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Pedagógicos*. Ciclos de Formação – proposta político-pedagógica da Escola Cidadã. Porto Alegre, n. 9, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Pedagógicos*. II Congresso Municipal de Educação: teses e diretrizes. Porto Alegre, n. 21, 2000.

SANTOS JÚNIOR, Francisco Dutra. *As políticas de educação especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: 1989-2000*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2002.

SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. (Orgs.). *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: SMED, 1997.

SOUZA, Fabiane R. *O lugar das diferenças e a configuração dos espaços escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2004.

SOUZA, Olga Solange Herval. *Nas entrelinhas da inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais: o desafio à formação docente*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2002.

SULZBACH, Raquel Alvarez. *Infância em cena: um estudo sobre o cotidiano de crianças de classes populares com necessidades educativas especiais*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2003.

TEZZARI, Mauren Lucia. "A SIR chegou..." Sala de Integração e Recursos e a inclusão na Rede Municipal de Ensino em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2002.

XAVIER, Maria Luiza. M. F. *Os incluídos na escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2003.

## **Constatações e questões para aprofundamento**

A partir da leitura dos textos dos cinco municípios brasileiros sobre a política de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, produzidos pelas equipes regionais, foram elaborados Quadros-síntese categorizando as informações coletadas, tal como registrados na seqüência. Essa sistematização tem a pretensão de possibilitar uma melhor apreensão das informações apresentadas em cada texto.

Cabe ressaltar que esta etapa do trabalho obedece a fins mais descritivos, demandando aprofundamento posterior para lhe conferir caráter mais analítico. Questões tais como as apontadas neste trabalho precisam ser retomadas, para que se possa, efetivamente, avaliar as políticas públicas de educação direcionadas ao atendimento das demandas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Destacando apenas a “organização do atendimento educacional especializado nas redes públicas de ensino nos municípios pesquisados” (Quadro 4.), pode-se concluir que nessa amostra há uma tendência a matricular os alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns e adotar serviços de apoio especializados como modelo preferencial de atendimento. Contudo, a confirmação de sua extrapolação para o âmbito de outras localidades demanda a realização de estudos que permitam averiguar o que vem sendo estruturado nos demais municípios brasileiros, bem como responder a outras indagações tais como: esta opção preferencial tem atendido, de fato, às necessidades e expectativas de alunos, pais e profissionais da educação? Quanto à aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, que resultados, efetivamente, estão sendo atingidos? Os serviços de apoio educacional especializado têm contribuído para que a trajetória desse alunado seja efetivada no ensino regular, em classes comuns, tal como estabelecido em seus propósitos?<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Como exemplo, o estudo intitulado *Educação especial no município de São Paulo: acompanhamento da trajetória escolar de alunos no ensino regular*, de autoria de Rosângela Gavioli PRIETO e Sandra Maria Zákia Lian SOUSA, que teve como objetivos: caracterizar as trajetórias escolares dos alunos que freqüentavam as SAPNEs no segundo semestre de 1997 até 2001; analisar essas trajetórias escolares, apreciando eventuais contribuições das SAPNEs para a integração, à escola regular, de alunos com deficiência mental.

**Quadro 1. Caracterização sócio-político-econômica dos cinco municípios**

Políticas de inclusão escolar no Brasil: uma análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões										
Objetivo: identificar como municípios brasileiros de diferentes regiões estão implementando nos seus sistemas de ensino o atendimento de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais										
Município	Unidade Federativa	Metodologia da Pesquisa	Coleta de Dados	Gestão	Extensão Territorial	População	Distribuição População	Economia	Exclusão Escolar	IDH
Belém do Pará (Capital)	Pará – PA	. Documental . Campo	. Anuários estatísticos . Documentos secretarias . Entrevista Semi-Estruturada	PT – segundo mandato Seqüencial	6.875,50 km	1.361.672 habitantes	0-14 anos = 32%	. Serviços . Comércio . Pouca indústria	30,4% 0 – 14 anos fora da escola	0,806
Natal (25.12.1599) (Capital)	Rio Grande do Norte – RN	. Documental . Campo	. Censo Populacional IBGE . Documentos Secretarias . Entrevistas Semi-Estruturadas com profissionais da SME	PSB – primeiro mandato	169,9 km <sup>2</sup>	712.317 habitantes	201.327 - menos de 15 anos	. Turismo. . Artesanato . Comércio . Pouca indústria		0,788 Médio
Campo Grande (Capital)	Mato Grosso do Sul – MS	. Documental . Campo	. Documentos Secretaria Municipal de Educação . Entrevistas profissionais da secretaria . Análise trabalhos acadêmicos . Memória dos autores	PMDB – segundo mandato seqüencial	8.096 km	663.621 habitantes (4.897 – zona rural)	0-14 anos = 28,4% (188.792)	. Setor terciário (comércio, serviço, bancos) . Outros setores	Problemas evasão e repetência	0,814 Alto
Diadema	São Paulo – SP	. Documental . Campo	. Censo Populacional 2000 . Documentos Secretaria Municipal de Educação . Entrevistas profissionais da secretaria . Análise de trabalhos acadêmicos . Memória dos autores	PT – segundo mandato Intermitente	30,7 km <sup>2</sup>	357.064 habitantes	0-19 anos = 38,86% (138.772)	. Setor secundário – suporte às montadoras automobilísticas do ABC	23,96% de sua população com mais de 10 anos ainda é declarada não alfabetizada; mais de 10.000 crianças de 0-6 anos sem fora da escola	0,790 Médio
Porto Alegre (Capital)	Porto Alegre -RS	. Análise documental . Informações com profissionais da Secretaria e Conselho Municipal de Educação	. Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre (2002) . Tese e dissertações (1996-2003) . Livros, artigos e relatórios . Trabalhos Anped (1997-2004)	Frente Popular – PT Quarto mandato		1.360.590 habitantes	0 – 18 anos = 30,3% (411.508)	. Serviços (comércio / indústria)	Problema – defasagem idade e escolaridade prevista	0,865 Alto (9º município)

**Quadro 2.** Organização administrativa e pedagógica da educação nos municípios

Município	Unidade Federativa	Estrutura Administrativa Rede Municipal	Estrutura Administrativa da Educação Especial Municipal	Plano de Educação Municipal	Eixos Temáticos e Compromissos Rede Municipal	Organização do Ensino Municipal	Avaliação Rede Municipal	Projeto Político Pedagógico Município	Orientação Metodológica e Didática Município
Belém do Pará	Pará – PA	. SEMEC – Secretaria Municipal de Educação	. Coordenadora da Educação Especial	. Plano Municipal de Educação – em elaboração (Escola Cabana, 1997)	(1) Acesso e permanência com sucesso na educação (2) Qualidade social da educação (3) Gestão Democrática na educação (4) Educação para a inclusão social (5) Formação e Valorização do profissional da educação (6) Financiamento da educação	Ciclos de formação – 9 anos	. Progressão continuada . Avaliação emancipatória (Avaliação - processual e diagnóstica) (Plano Pedagógico de Apoio)	Sim Elaborado coletivamente em Conferências Municipais e nas escolas	Dialética materialista. Teorias do desenvolvimento sócio-construtivista (Piaget, Vygostsk e Walon) e Educação Popular Freireana
Natal	Rio Grande do Norte – RN	. Sistema Municipal de Ensino - 1992 . SME – Secretaria Municipal de Educação (dez. 1959) . Coordenadora de Ensino	. Coordenadoria de Ensino / Equipe de Educação Especial	Plano Municipal de Educação – 1998 – 2001 Plano Decenal de Educação – 2003 - 2012		EI – níveis EF – ciclo e séries EJA - níveis	EI - Progressão automática EF e EJA – Progressão continuada	Sim – elaborado pelas escolas	Sócio-histórica

Município	Unidade Federativa	Estrutura Administrativa Rede Municipal	Estrutura Administrativa da Educação Especial Municipal	Plano de Educação Municipal	Eixos Temáticos e Compromissos Rede Municipal	Organização do Ensino Municipal	Avaliação Rede Municipal	Projeto Político Pedagógico	Orientação Metodológica e Didática Município
Campo Grande	Mato Grosso do Sul – MS	REME – Rede Municipal de Ensino SEMED – Secretaria Municipal de Educação	Serviço de Educação Especial (1997)  <b>Em 2002 é criada a Divisão de Políticas e Programas para Educação Especial</b>	Política Educacional, composto de Diretrizes Escolares	1. Valorização dos recursos humanos da educação; 2. Garantia do acesso e permanência do aluno na Rede Municipal de Ensino com sucesso; 3. Elevação dos padrões de qualidade do ensino da Rede Municipal; 4. Fortalecimento da Gestão Escolar; 5. Estímulo à cultura do planejamento; 6. Instituição do Sistema Municipal de Avaliação.	Séries com recuperação paralela	<b>Verificação de aquisição de habilidades e competências (nas Diretrizes Curriculares).</b> Há a proposta de instituição de um Sistema Municipal de Avaliação.	Há a elaboração de Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.	Não está claramente definida. Alguns autores citados: César Coll Paulo Freire Ferreiro e Teberosky
Diadema	São Paulo – SP	. SECEL – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (1993) . DEPED – Departamento de Educação	. Divisão de Educação Especial (1993) . Chefe da Divisão de Educação Especial	Plano de Ação Pedagógica		Ciclos ( 4 + 4)	Progressão continuada (contínua, cumulativa e sistemática)	Sim (normas dadas pela SECEL)	
Porto Alegre	Porto Alegre - RS	. Sistema Municipal de Educação - 1998 . SMED – Secretaria Municipal de Educação		PME - em fase de elaboração de um roteiro preliminar		Ciclos de formação – 9 anos 1º- 6/8 anos 2º- 9/11 anos 3º-12/14 anos	. Progressão Automática (Avaliação formativa / sumativa / especializada)	Sim (normas dadas pela RME – Rede Municipal de Ensino)	– Piaget – Vygotsky – Paulo Freire

**Quadro 3.** Estrutura e funcionamento dos sistemas municipais de ensino

Município	Unidade Federativa	Competências da Rede Estadual	Abrangência da Rede Municipal de Ensino	Matrículas Rede Municipal	Carreira Docente Rede Municipal	Quadro Docente Rede Municipal	Formação Professores Rede Municipal	Eixos da Formação dos Professores Rede Municipal	Formação Específica para Profissionais da Educação Especial
Belém do Pará	Pará – PA	EI - desobrigando EF - partilha EM – quase total N.E.E. graves	2003 EI – 34 EF – 59 Anexos – 32 EM - 1 EJA – 226 turmas (MOVA)	EI – 10.776 EF – 47.547 Alfabetização – 313 EM – 170 EJA – 13.801	. Concurso público . Contratação	Total - 2.053 EI – pré-escolar – 333 EF – 1.704 EM - 16	. Formação continuada (horas na jornada)	. Gestão democrática . Ritmos e tempos de aprendizagem . Construção social do conhecimento . Avaliação emancipatória	Não
Natal	Rio Grande do Norte – RN		70 UE EI / EF / EJA	EI – 25.554 EF – 104.248 EJA – 11.873	. Concurso público (92,1% - graduados)		. Formação permanente e continuada (professores generalistas)		Prevista em seus documentos recentes
Campo Grande	Mato Grosso do Sul – MS	EI – pouco EF – compartilha com o município EM – grande parte das matrículas EJA – maior responsável Ensino Profissional – maior responsável	85 UE (8 rurais) EI / EF /EJA	Total - 75.365 EI - 182 – turmas de educação pré-escolar (creche – SAS) EF – 65.950	. Concurso público . Convocação	Total - 3.443 EI – pré-escolar – 520 EF – 2.826 EJA – 66 EE – 32 (um professor atua no ensino rural)	. Programa de capacitação continuada	. Temas de educação especial	Há cursos de capacitação que variam de 8 a 120 horas oferecidos a todos os professores.

Município	Unidade Federativa	Competências da Rede Estadual	Abrangência da Rede Municipal de Ensino	Matrículas Rede Municipal	Carreira Docente Rede Municipal	Quadro Docente Rede Municipal	Formação Professores Rede Municipal	Eixos da Formação dos Professores Rede Municipal	Formação Específica para Profissionais da Educação Especial
Diadema	São Paulo – SP	EF – quase total EM – total	44 escolas (1 de educação especial) + CAIS EI / EF / EJA EI – rede direta e indireta (creches conveniadas)	Total = 23.921 EI – 15.735 (redes direta e indireta) EF – 3.099 (2.963 - regular + 136 - especial de 1ª a 8ª série) EJA – 5.087 (5.064 + 23 da escola especial)	. Concurso público . Celetista (estável e não estável)	Total – 1.101 (1.043 concursados e 58 celetistas) EI – 683 + 175 Creche – rede direta EF (EJA) – 208 EE – 35 (CAIS – 21; escola especial – 14, todos com formação em educação especial)	Uma meta do Plano de Ações Pedagógica (formação em serviço – prevista na jornada de trabalho)		. Formação em serviço na jornada de trabalho
Porto Alegre	Porto Alegre - RS	EI – dobro que a municipal (2002) EF – significativamente maior que o município EM - predominante	91 escolas 52 UE /EF EI / EF / EM EI – atendimento direto e creches conveniadas	Total- 56.073 EI – 5.304 EF – 49.117 EM – 1.652	. Concurso público	Total: 3.752 89% Licenciatura Plena e/ou Pós-Graduação (Professores das SIRs com formação em educação especial)	. Formação permanente (incorporada na jornada)	. Temas de educação especial	. Específicas para professores das SIRs e das escolas especiais

**Quadro 4.** Organização do atendimento educacional especializado nas redes públicas de ensino nos municípios pesquisados

Município	Unidade Federativa	Pessoas com Algum Tipo de Deficiência no Município	Denominação da População Rede Municipal	Número de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais		Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais			
				Rede Municipal	Rede Estadual	Município			Estado
						Recursos Especiais	Ações Intersetoriais	Convênios	Recursos Especiais
Belém do Pará	Pará – PA	208.707	Necessidades educacionais especiais – sem caracterização	431 (mais DM) 160- Sala de Recursos 271- sem Sala de Recursos	4.295 matrículas	Classe regular – apoio especializado (equipe técnica – professor especializado, assistente social e psicólogo)	Sim	Sim	. Classe especial . Escola especial
Natal	Rio Grande do Norte – RN		Necessidades Educacionais Especiais – com a caracterização das deficiências	484 matrículas (mais DM) (sem altas habilidades)	765 matrículas (mais DM) (sem altas habilidades)	EI – classe regular EF e EJA – classe regular, com e sem apoio pedagógico especializado Equipe de Educação Especial – itinerância  SAPEs (2004 em 6 escolas)			Classes especiais – DA Classes regulares – com e sem apoio especializado
Campo Grande	Mato Grosso do Sul – MS	84.186	Necessidades especiais - deficiência	1610 (mais DM) - com parceria	269	Salas de Recursos (DA e DM) – após 1995 2003 – implantação gradativa: Ensino Itinerante; Salas de recursos; Salas de enriquecimento curricular; Intérprete de Língua de Sinais; Núcleo de Produção Braille e Tipos Ampliados; Atendimento domiciliar; Atendimento hospitalar; Educação profissional	SM Saúde – não atende crianças com deficiência alegando demora da “melhora”; o município estabelece convênios	Vários	. fins 80 e início 90 – implantação de salas de recursos, com fechamento de classes especiais  (Total de salas de recursos – estadual + municipal = 85)

Município	Unidade Federativa	Pessoas com Algum Tipo de Deficiência no Município	Denominação da População Rede Municipal	Número de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais		Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais			
				Rede Municipal	Rede Estadual	Município			Estado
						Recursos Especiais	Ações Intersecretarias	Convênios	Recursos Especiais
Diadema	São Paulo – SP	<b>1996 – são divulgados os dados do Censo Educacional e dos Portadores de Deficiência</b> Total – 3.141 (1,01%)	Necessidades especiais	CAIS – 329 (março/2004) “Olga” - 268 (164 escola e 104 em habilitação)	4 classes especiais – 29 + 27 = 56 alunos	. CAIS – SR / SAP / itinerância . Escola especial – DA	Sim	. Convênio APAE e outras instituições	. 4 Classes especiais – DM
Porto Alegre	Porto Alegre – RS	204.455	Necessidades educativas especiais	560	1.047	(até 1989 – 21 classes especiais) . 4 escolas especiais . 17 SIRs – Salas de Integração e Recursos (3 DV) . Assessoria especializada ao ensino comum . Projetos complementares (Laboratórios de Aprendizagem e Turmas de Progressão)		. Projetos complementares	

**Quadro 5.** Marcos históricos da educação especial nos municípios, critérios e princípios do atendimento educacional e informações adicionais

Município	Unidade Federativa	Marcos Educação Especial	Avaliação/ Encaminhamento Rede Municipal	Composição Classes Rede Municipal	Adaptações Grande Porte Rede Municipal	PEI Rede Municipal	Princípios Rede Municipal	Regula- mentação Específica	Produções Acadêmicas
Belém do Pará	Pará – PA	Rede Municipal: 1997 – Paradigma Inclusão Rede Estadual: 1955 – escola especial	Relatório pedagógico para equipe técnica	. Máximo 3 alunos especiais . Surdo – 2 alunos	Sim	Não	. Diversidade . Pluralidade Cultural	. PPP - 2003 . PME - 2003	Não
Natal	Rio Grande do Norte – RN	Rede Municipal: 1994 Rede Estadual: 1972 – classes especiais DA	Escola – equipe educação especial SME – Centro Estadual de Educação Especial	20 alunos por classe com n.e.e. DV ou DA no máximo 4 por classe e DM 2	Sim (MEC – 2004)	Não		. PME – 2003-2012 . Resolução CME - 1996	Uma Dissertação
Campo Grande	Mato Grosso do Sul – MS	Rede Municipal: 1988 – equipe multiprofissional Rede Estadual: final década 70 – classes especiais Rede Privada: 1958 DV / 1971 APAE/DM	.Observações do professor subsidiando encaminhamento para avaliação de natureza pedagógica e pela equipe de educação especial ou complementares	Rede municipal – máximo de 3 alunos com necessidades especiais, preferencialmente do mesmo tipo, por sala	Não foram encontrados registros	Não	. cidadania e ética “Linhas de ação”: -valorização dos recursos humanos; -garantia de acesso e permanência; -elevação da qualidade; -fortalecimento da gestão escolar; -estímulo à cultura do planejamento; Instituição do Sistema Municipal de Avaliação.	. Delibera- ção – 2002 . Delibera- ção - 1997	. Seis dissertações . Uma tese . Uma qualificação mestrado
Diadema	São Paulo – SP	Rede Municipal: Escola Especial DA /1988 Rede Estadual: Rede Privada: APAE/1979	. Professor itinerante deve identificar e analisar junto com a coordenação os casos de necessidades especiais e, se necessário, segue para estudo de caso no CAIS	. o número de vagas por classe será reduzido em até 20% segundo avaliação da equipe de educação especial, junto ao grupo- escola, com conhecimento e aprovação do Departamento de Educação	Sim. SECEL + BNDES 2004.		. qualidade social da educação; . democratização da gestão; . democratização do acesso e permanência	. Resolução 001 - 2003 (Normas Regimenta- is - 2000)	Uma Dissertação

Município	Unidade Federativa	Marcos Educação Especial	Avaliação/ Encaminhamento Rede Municipal	Composição Classes Rede Municipal	Adaptações Grande Porte Rede Municipal	PEI Rede Municipal	Princípios Rede Municipal	Regula- mentação Específica	Produções Acadêmicas
Porto Alegre	Porto Alegre – RS	Até 1989 – classes especiais 1989 - 1992 – abertura de escolas especiais e fechamento de classes especiais 1995 – SIRs 1999 – fim das classes especiais	. para SIR ou escola especial – avaliação pedagógica, com destaque para a atuação do educador especial	. Não há critérios claramente definidos para distribuição de alunos com necessidades educativas especiais por turma	Sim	Não (podem ser previstos atendimentos até individuais) (Plano Didático-Pedagógico de Apoio)	. democratização do ensino; . participação popular; . qualificação dos processos de aprendizagem	Resolução PPP - 2003	. Três teses . Seis dissertações . Capítulos em livros . Artigos